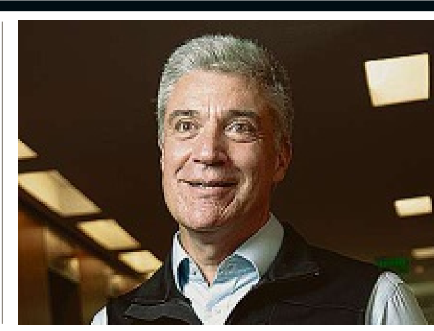
INÊS 249

Mineração
MRN obtém licença prévia do Ibama para projeto de extração de bauxita de R$ 5 bilhões no Pará, diz Germani B1



Argentina
Em recessão profunda e governada por adversário de Milei, Província de La Rioja cria a própria moeda A13



Energia
Siemens fecha contratos de R$ 300 milhões para modernizar ativos de transmissão da Eletrobras, diz Clark B4

Quarta-feira, 4 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6080 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

PIB acelera no 2º trimestre, com mercado de trabalho forte e expansionismo fiscal

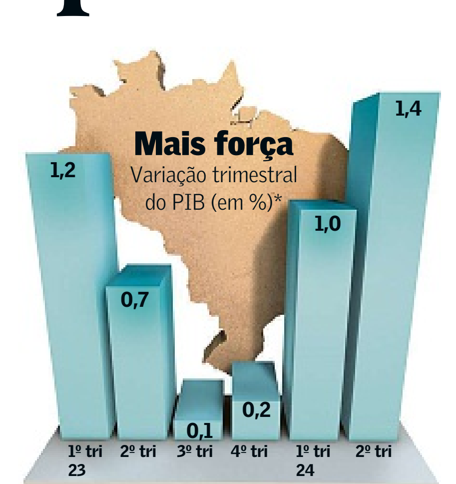
Conjuntura Investimento e consumo impulsionam a demanda; estimativas para 2024 aumentam para a casa de 3%

De São Paulo, Rio e Brasília

A economia brasileira cresceu com força no segundo trimestre, avançando 1,4% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, uma alta de quase 6% em termos anualizados. Pelo lado da demanda, o investimento, o consumo das famílias e o consumo do governo puxaram o PIB, enquanto a indústria e os serviços foram os destaques pelo lado da oferta. O resultado superou o consenso dos analistas, de avanço de 0,9%, e mostrou aceleração na comparação com o 1% do primeiro trimestre. Vários analistas elevaram as projeções para o PIB no ano, com estimativas subindo para a casa de 3%. Ao mesmo tempo, aumentou a chance de um novo ciclo de alta de juros.

A força do mercado de trabalho e o expansionismo fiscal, em especial por meio de transferências de renda, impulsionaram a economia, também favorecida pelo crédito. Os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul, em maio, não impediram que o PIB ganhasse fôlego no segundo trimestre.

Uma das boas notícias foi a terceira alta seguida do investimento, de 2,1% sobre o trimestre anterior. Investir mais é fundamental para aumentar a capacidade de crescimento do país a taxas mais altas. Já o consumo das famílias teve alta de 1,3%, estimulado pelo mercado de trabalho e pelas transferências de renda, como programas sociais e aposentadorias.



O consumo do governo surpreendeu, com expansão de 1,3% no período. Segundo o IBGE, o resultado se deve ao calendário eleitoral, que antecipa despesas para a primeira metade do ano, e aos gastos para combater os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul. O aumento no número e na remuneração dos funcionários públicos também contribui para o movimento.

O crescimento do segundo trimestre, desse modo, foi concentrado na demanda interna. O setor externo deu contribuição negativa de 1,21 ponto percentual para o PIB do trimestre, segundo o economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs. As exportações cresceram 1,4% sobre o primeiro trimestre, bem menos que a alta de 7,6% das importações, puxadas pela demanda. Na oferta, a indústria teve o melhor resultado, com alta de 1,8%. Já os serviços cresceram 1%, e a agropecuária caiu 2,3%.

Para a segunda metade do ano, os analistas esperam uma desaceleração da economia. Um eventual aumento de juros levará tempo para ter impacto sobre a atividade, mas pode ter efeito mais imediato sobre o investimento. Ainda assim, o crescimento do PIB em 2024 deve ficar em torno de 3%. **Páginas A4 a A9, A16 e B9**

Atividade reforça aposta em aumento dos juros

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O resultado mais forte que o esperado do PIB no segundo trimestre reforçou a aposta em retomada do ciclo de alta da Selic na reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom). Para os que defendem um aumento mais expressivo dos juros, a economia aquecida é um forte argumento. O mercado futuro de juros indica probabilidade de 47% de alta de 0,5 ponto na taxa básica pelo Banco Central neste mês. Logo após a divulgação dos dados de atividade, essa projeção chegou a superar 60%. "Do ponto de vista do BC, é preocupante essa economia que não desacelera. Não tem muito como evitar um ciclo de alta", diz Marina Rossi, economista-chefe da Ventor Investimentos. Na bolsa, o PIB deu ânimo a ações ligadas à economia local. Mas a queda de Vale e Petrobras, afetadas pelo enfraquecimento das commodities, levou o Ibovespa a recuar 0,41%, num dia negativo para as bolsas americanas. Já o dólar subiu 0,48%, a R$ 5,641. **Páginas C1 e C2**

Starlink recua e informa que vai cumprir ordem de bloquear o X

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

A Starlink, empresa de banda larga por satélite controlada por Elon Musk, recuou no embate com o Supremo Tribunal Federal e disse que vai bloquear o acesso à rede social X em seu serviço. A decisão foi informada no perfil da empresa no X. No comunicado, ela reafirma que considera o congelamento de seus ativos no país ilegal e que tentará reverter a decisão na Justiça.

Líder do mercado brasileiro, com 42% de participação, a Starlink tem aproximadamente 224 mil clientes no país, entre eles as Forças Armadas. O comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen, disse que o serviço da Starlink tem a melhor relação custo-benefício, especialmente em áreas remotas, como a Amazônia, mas que não haveria dificuldade em buscar outros fornecedores. **Página B7**

Expansão


GABRIEL REIS/VALOR

Ao mesmo tempo em que aposta no desenvolvimento de tratamentos oncológicos de alto custo — cujo carro-chefe é o Enhertu —, a Daiichi Sankyo investe para dobrar a capacidade de sua fábrica em Barueri (SP), voltada a produtos de atenção primária, disse o CEO global, Sunao Manabe, à repórter Beth Koike. B2

Relator do PLOA se opõe à elevação de impostos

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o senador Angelo Coronel (PSD-BA) se posiciona taxativamente contra os projetos de aumento de arrecadação por meio da alta de impostos contida na proposta para 2025, criticando o impacto sobre os empresários. O governo projeta ampliar a arrecadação em R$ 46,7 bilhões, elevando as alíquotas dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com o senador, para atingir a meta de déficit zero no ano que vem são necessárias medidas para enxugar a máquina pública. Diante do aumento de R$ 36,5 bilhões no gasto com pessoal e da previsão de R$ 2 bilhões para a realização de novos concursos, Coronel defende uma reforma administrativa. **Página A10**

TJ-SP isenta de imposto divisão de bens em divórcio

Laura Ignacio
De São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo, o maior do país, tem concedido isenção do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na divisão do patrimônio imobiliário de casais em processo de divórcio. Recentemente, os desembargadores reformaram sentença de 1ª instância que favorecia a Prefeitura da capital. A decisão é importante por ser de colegiado e porque o tema não é pacífico nos tribunais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não julgou o assunto em recurso repetitivo.

O argumento aceito pelo TJ-SP é o de que na divisão igualitária do conjunto dos bens não há "transmissão onerosa" — fato gerador do ITBI — ao atribuir-se um imóvel a apenas um dos dois antigos proprietários. O número de divórcios tem crescido no país e chegou ao recorde de 420 mil em 2022 — um divórcio a cada 2,3 casamentos naquele ano —, segundo o IBGE. **Página E1**

Juro 'alto por mais tempo' pode se tornar pesadelo em futuro breve
Martin Wolf **A15**

CEO ativista não é o que fala mais alto, é o que age com maior coerência
Carlo Pereira **B2**

Indicadores

Ibovespa	3/set/24	-0,41 % R$ 22,6 bi
Selic (meta)	3/set/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	3/set/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	3/set/24	5,6218/5,6224
Dólar comercial (mercado)	3/set/24	5,6407/5,6413
Dólar turismo (mercado)	3/set/24	5,6716/5,8516
Euro comercial (BC)	3/set/24	6,2076/6,2088
Euro comercial (mercado)	3/set/24	6,2286/6,2292
Euro turismo (mercado)	3/set/24	6,2993/6,4793



Nacionalização


ROGERIO VIEIRA/VALOR

Líder na venda de carros elétricos no Brasil, o vice-presidente da BYD no país, Alexandre Baldy, disse a Marli Olmos que a meta é "ganhar a confiança do consumidor para que ele nos veja como uma marca brasileira". B4

Destaques

Embraer quer vender a Tempest
A Embraer decidiu vender sua empresa de cibersegurança, a Tempest, e contratou o Bradesco BBI para buscar um comprador, apurou o **Valor**. A decisão é parte da estratégia de manter apenas os negócios que fazem parte do "core business" da fabricante de aeronaves. Procuradas, Embraer e Tempest disseram que não há negociações em curso. O Bradesco BBI não fez comentários. **B3**

Noman destaca obras em BH
Em sabatina promovida ontem pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, o prefeito e candidato à reeleição em Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), lamentou o rompimento com o ex-prefeito Alexandre Kalil, de quem foi vice, e disse que as obras que executou durante sua gestão são a principal marca de seu governo entre os eleitores da capital mineira. **A12**

Hitachi Energy vai investir no país US$ 200 mi

Robson Rodrigues
De São Paulo

A fabricante de equipamentos Hitachi Energy vai investir US$ 200 milhões na expansão de sua fábrica de transformadores em Guarulhos (SP) e na construção de uma nova planta no eixo Rio-São Paulo. A empresa japonesa pretende contratar 600 novos funcionários. A expectativa é que, em menos de dois anos, a expansão em Guarulhos esteja concluída. Já a nova unidade deve ficar pronta em 2028, dobrando a capacidade de produção da empresa. O presidente da Hitachi, Glauco Freitas, diz que os aportes ocorrem em antecipação a uma projeção do setor elétrico de aumento da demanda por equipamentos de transmissão de energia no Brasil e no mundo. **Página B1**

INÊS 249

Empresas ficaram com ciúme da Petrobras



Lu Aiko Otta

Morada do diabo, os detalhes é que vão dizer quanto o governo conseguirá arrecadar com a celebração de acordos para encerrar grandes litígios judiciais e administrativos. A expectativa é recolher R$ 30 bilhões no ano que vem, de acordo com as estimativas constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, enviado na sexta-feira passada ao Congresso Nacional.

A nova etapa de negociações começou também na semana passada, com o lançamento do Programa de Transação Integral (PTI). A novidade é que agora as empresas podem sugerir ao governo em quais disputas gostariam de fechar acordo.

Até então, partia do governo essa seleção. A escolha recaía sobre disputas em que a União tendia a sair perdedora. Assim, eram acordos que não interessavam tanto às empresas. Com o PTI, o jogo fica mais equilibrado.

O detalhe decisivo estará na regulamentação ainda em elaboração pelo governo, que determinará o desconto a ser dado às empresas.

A inspiração para esse novo programa foi o acordo com a Petrobras, de junho passado. Foi oferecido um desconto de 65% para a estatal encerrar disputas administrativas e judiciais que envolviam a cobrança de tributos sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamentos de embarcações. Com a transação, a Petrobras está pagando, em parcelas, R$ 19,8 bilhões à União em 2024.

Grandes empresas brasileiras ficaram com ciúme do acordo, contou um integrante da equipe econômica. Disseram que também tinham interesse em limpar seus balanços e pediram algo parecido.

A cifra incluída no PLOA foi de R$ 30 bilhões, mas as empresas informaram um potencial de R$ 130 bilhões em 2025, com base em um estoque de disputas de R$ 700 bilhões, informou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na entrevista em que a proposta orçamentária foi detalhada, na última segunda-feira.

Dependendo de como ficar a regulamentação, o governo tem chances de conseguir bons bilhões com as novas transações, comentou à coluna o presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesario.

Há interesse em limpar, por exemplo, a prateleira das causas envolvendo tributos sobre o consumo. A reforma tributária foi aprovada e o sistema vai mudar, deixando de herança mais de 20 anos de disputas, comentou.

A Portaria Normativa 1.383, que cria o PTI, lista 17 teses que podem ser objeto das novas transações, sem prejuízo de as empresas sugerirem outras. Por exemplo, a discussão sobre a incidência de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a título de participação de lucros e resultados da empresa. São dezenas de bilhões em disputa.

Na visão da Abrasca, o ideal seria aprovar uma nova lei para dar base às transações. A Fazenda, porém, optou pela via infralegal, ao menos por enquanto.

No PLOA 2025, estão previstos R$ 168,3 bilhões em receitas novas, incluindo as transações. São dependentes de aprovação de leis pelo Congresso Nacional R$ 46,7 bilhões em receitas. O que, na atual conjuntura, é um fator de incerteza.

Por exemplo: o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que é quase impossível que prospere a proposta do governo de elevar as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a do Imposto de Renda sobre pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio (JCP). São esperado com elas R$ 17,9 bilhões.

"Nós do PP temos uma cláusula pétrea: não aceitamos aumento de tributos que já existem", disse o deputado Cláudio Cajado (BA), que foi relator do novo arcabouço fiscal. Uma coisa, disse, é cobrar de quem não paga o que deveria. Outra é aumentar alíquotas.

A elevação da CSLL e da JCP chegou ao Congresso junto com uma proposta de aumento do auxílio-gás, que, na visão de Cajado, é uma tentativa de burlar o limite de gastos do arcabouço. "Não pode ser assim."

O deputado acrescentou que ficará "de olho" nas despesas a serem financiadas com as receitas decorrentes do aumento de impostos. Um "artifício" usado pelo governo há muitos anos, contou, é atrelar essas receitas incertas a despesas como aposentadorias e Bolsa Família. Cria-se, assim, uma situação em que a arrecadação precisa ser concretizada, de uma forma ou de outra.

O PLOA de 2025 não é diferente, a julgar por dados do Ministério do Planejamento. Receitas condicionadas à aprovação do Legislativo aparecem financiando despesas da Previdência, além de transferências a Estados e municípios. A pasta esclarece que, caso haja frustração, a fonte de financiamento pode ser alterada. Ou seja, não significa que a despesa não será executada.

O PIB acima do esperado anunciado ontem deve trazer algum alívio para o PLOA. Uma consequência destacada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi a possibilidade de rever para cima as projeções de receitas em 2025.

Mesmo com esse possível respiro, o avanço das despesas e a timidez dos freios para gastos apresentados pelo governo seguem como o grande desafio no campo fiscal, com reflexos nos juros.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Infraestrutura Preços elevados dos modelos, ampliação de pontos de recargas são alguns desafios para cenário até 2034 se concretizar

Compra de carros elétricos vai crescer 300%, prevê EPE

Rafael Bitencourt
De Brasília

Em uma década, os veículos leves eletrificados (híbridos e elétricos) devem representar quase 18% do crescimento dessa categoria no Brasil, totalizando 694 mil novas unidades em circulação. Essa frota deve alcançar 3,7 milhões de unidades licenciadas ao fim dos próximos dez anos.

A projeção consta no caderno de "Eletromobilidade: Transporte Rodoviário", com dados que vão compor o Plano Decenal de Expansão de Energia 2034, preparado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em parceria com o Ministério de Minas e Energia.

Se confirmado a alta nas vendas de carros leves eletrificados, as compras dessa modalidade crescerá 4,1 vezes em dez anos. Seria um saldo de 170 mil novos unidades licenciadas em 2024, conforme previsto no caderno, para os quase 700 mil em 2034.

A venda de veículos eletrificados leves no Brasil, entre janeiro e julho deste ano, superou o volume registrado em todo ano de 2023, segundo a Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE). Nos primeiros sete meses do ano, foram emplacados 94,6 mil desses veículos, ultrapassando 93,9 mil alcançados em 2023, que já tinha sido o melhor ano da história da eletromobilidade no Brasil.

O estudo da EPE, supervisionado pelo MME, projeta que a eletrificação de veículos pesados deve avançar por nichos, como no serviço de transporte de carga voltado para entrega em distâncias mais curtas, nos grandes centros urbanos e suas extremidades, a chamada "última milha". A eletrificação deve alcançar 16% dos veículos comerciais leves e caminhões leves licenciados no período e 26% entre os ônibus urbanos.

Já em relação aos caminhões semipesados e pesados, o caderno da EPE indica que as tecnologias híbridas e a gás natural vão se expandir mais do que a categoria dos elétricos, mas se mantendo com participação inferior a 10%. Isso porque os motores de combustão a diesel devem continuar tendo um maior peso no segmento, com 93% das vendas em 2034.

O caderno destaca que os veículos híbridos e elétricos devem inibir o consumo de mais de 28,6 bilhões de litros de gasolina por veículos leves e mais 6,3 e 2 bilhões de litros de óleo diesel em ônibus e caminhões, respectivamente.

Em mensagem preparada para divulgação do estudo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirma que o governo aposta na "na diversidade, na pluralidade de fontes" de energia. Para ele, deve haver uma "combinação dos biocombustíveis com a eletrificação", atrelados à busca por "ganhos de eficiência energética".

A análise preparada pelo quadro técnico da EPE reconhece que a chamada eletromobilidade impõe, como desafios para Brasil, os preços elevados dos modelos de veículos leves eletrificados, a necessidade de ampliação de infraestrutura dos pontos de recarga e a estruturação do parque fabril nacional, que deverá estar preparado para produzir motores híbridos.

Sobre o alto preço dos modelos para a população, a EPE reforça que a maior parte das vendas ainda está voltada para segmento "premium", com custo unitário acima de R$ 200 mil. Na prática, os modelos disponíveis no mercado são acessíveis apenas para os consumidores de maior padrão de renda, aponta. No ano passado, o preço médio dos veículos da categoria ficou em R$ 243 mil.

De acordo com o governo, o mercado de veículos elétricos deve amadurecer nos próximos anos com o resultado de iniciativas como o programa federal Mobilidade Verde e Inovação (Mover). Neste contexto, as montadoras já sinalizaram investimento de R$ 130 bilhões até 2030. Para ajudar a converter a frota de ônibus em elétrica, o caderno indica que o Novo PAC prevê investimento de R$ 7,3 bilhões até 2028 para acelerar a renovação da frota em sete Estados e 61 municípios.

Uma lacuna identificada na estratégia brasileira para a eletrificação de frota está na falta de política para o aproveitamento de minerais estratégicos para fabricação de baterias. Questionado, o MME informou que "atua para ampliar a produção de minerais importantes para a transição energética no Brasil, bem como agregar valor a esses minerais".

> Eletrificação de veículos pesados deve avançar por nichos, aponta estudo da empresa

A ação do ministério, ressaltou o órgão, inclui esforços para "priorizar os processos minerários de pesquisa e lavra desses minerais, bem como impulsionar os levantamentos e mapeamento de áreas". Outra frente de atuação da pasta é a busca de apoio financeiro de bancos e agências de fomento, incluindo o incentivo ao "desenvolvimento da tecnologia nacional para o processamento desses minerais estratégicos e a capacitação de profissionais para o setor".

O plano decenal até 2034 é esperado por especialistas e investidores pelo fato de sinalizar os rumos da política pública para o setor em uma década. Para o presidente da ABVE, Ricardo Bastos, o plano ajuda a dar segurança aos investidores na tomada de decisão com efeitos no longo prazo. Ele ressaltou que o lançamento do caderno reforça o "papel importantíssimo" que a mobilidade tem para a transição energética.

Questionada sobre a elaboração do caderno e quais seriam os desafios e oportunidades para o setor na próxima década, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) disse que, "sem conhecer o estudo, não pode tecer nenhum comentário".

Ver também página B4

12 caminhos

Para pesquisas na área da tecnologia

1	Tecnologias alternativas para acesso à internet;
2	Ensino de computação desplugado e educação digital;
3	Formação, conhecimentos e competências digitais, conectividade e diversidade;
4	Ética digital, E-gov, governança digital e green digital;
5	Usabilidade e letramento digital para idosos;
6	Tecnologias assistivas na educação para estudantes e professores;
7	Inclusão digital na internet das coisas, infraestrutura e equipamentos;
8	Divulgação científica, divulgadores e tecnologias educacionais;
9	Medicina de precisão e Inteligência Artificial;
10	Saúde digital e IA, e Telemedicina;
11	Interseccionalidades, questões de raça, gênero e orientação sexual no mundo digital;
12	Mulheres em atividade na tecnologia.

Jovem Cientista busca meios de inclusão digital

"O Globo", do Rio

Como forma de incentivar a carreira de pesquisadores já atuantes, o Prêmio Jovem Cientista desafia estudantes do ensino superior, mestres e doutores a pensarem soluções tecnológicas sustentáveis no contexto brasileiro. Com o tema "Conectividade e Inclusão Digital", essas categorias podem escolher uma das 12 linhas de pesquisas disponíveis para aplicar seus projetos até 4 de outubro.

A premiação busca projetos que passem, por exemplo, desde a construção de modelos utilizando inteligência artificial para abordar questões de saúde pública, educação e sustentabilidade, até a necessidade de uma discussão mais filosófica sobre a ética em tempos de realidade virtual.

"É muito importante difundir nas pesquisas uma cultura de que as tecnologias devem estar a serviço do bem-estar da humanidade e que elas são ferramentas de transformação social", defende o professor Alex Sandro Gomes, mentor da startup Redu.Digital, incubada no Polo Tecnológico da Universidade Federal de Pernambuco.

Na categoria Mestre e Doutor, são aceitos estudantes de mestrado, mestres, estudantes de doutorado e doutores com até 39 anos de idade em 31 de dezembro de 2024. Na categoria Estudante do Ensino Superior, participam alunos que estejam frequentando cursos de graduação ou que tenham concluído a faculdade a partir de 1º de janeiro de 2023 e tenham menos de 30 anos podem se inscrever.

O programa permite ainda a participação por Mérito Institucional e Mérito Científico, que celebra um pesquisador doutor que seja destaque na área relacionada ao tema desta 30ª edição.

O Prêmio Jovem Cientista, uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação Roberto Marinho, conta com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. As inscrições são feitas pelo site jovemcientista.cnpq.br. Entre as premiações previstas, estão laptops, bolsas do CNPq e valores em dinheiro que vão de R$ 12 mil a R$ 40 mil.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição



Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760	0,83	0,5584	0,5088	0,3143	-	24,44	1.412,00
2024	**0,57**	**5,18**	**5,18**	**7,29**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,82**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,82**	**7,04**	**7,04**	**10,08**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,85**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	2º Tri/24	1º Tri/24	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.888	2.714	11.174	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	553	547	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	1,4	1,0	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	-2,3	11,1	0,0	15,1	-1,1	0,0
Indústria	1,8	-0,1	2,6	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,0	1,4	2,6	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,1	3,8	-0,9	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,8	16,9	16,6	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 2º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	0,18	0,06	2,12	3,15	3,56	689,58	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24		jun/24		jul/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público	**jul/24**		**jun/24**		**jul/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

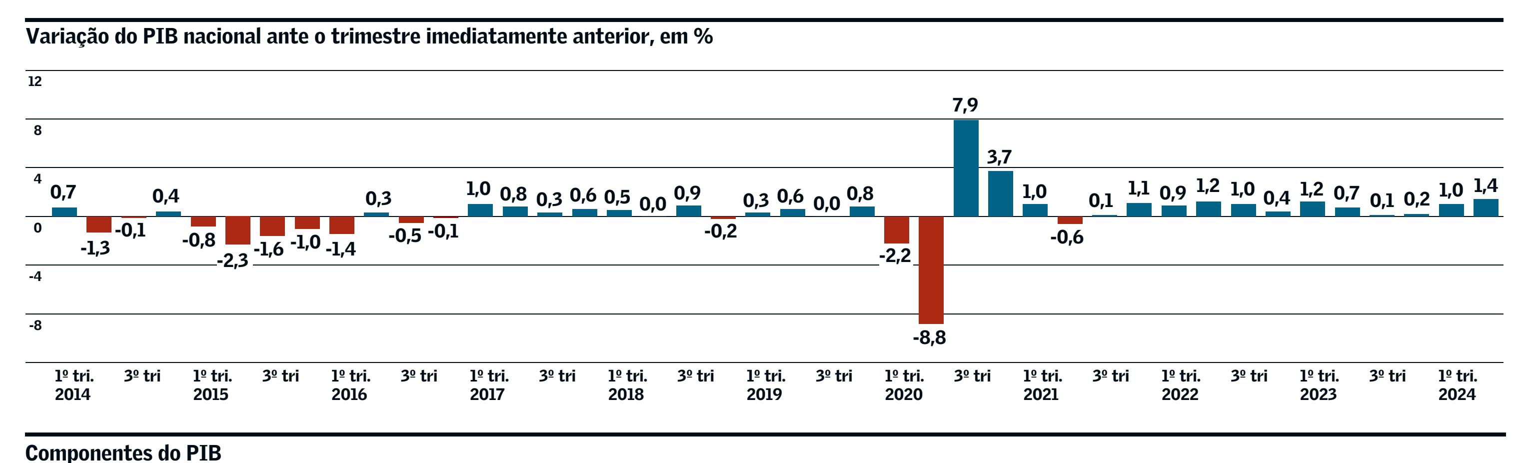
INÊS 249

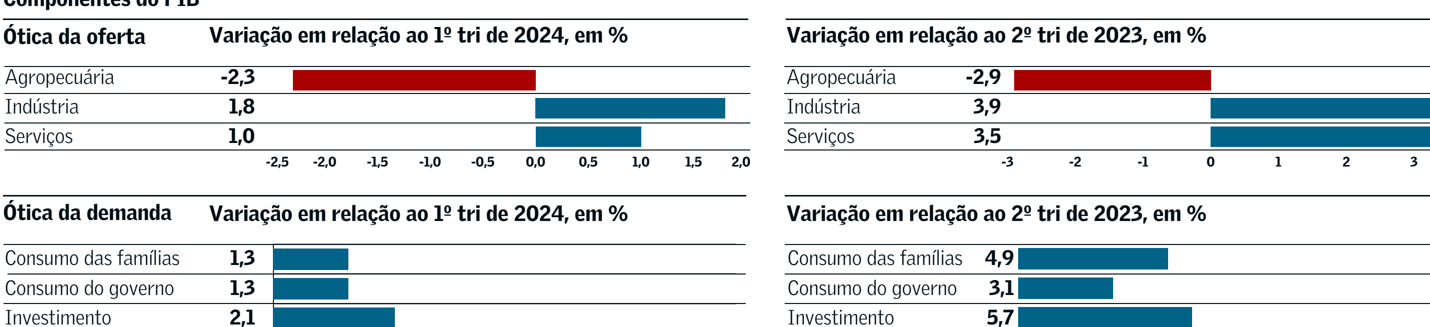
Conjuntura Atividade surpreende e cresce 1,4%, a maior elevação desde o trimestre final de 2020

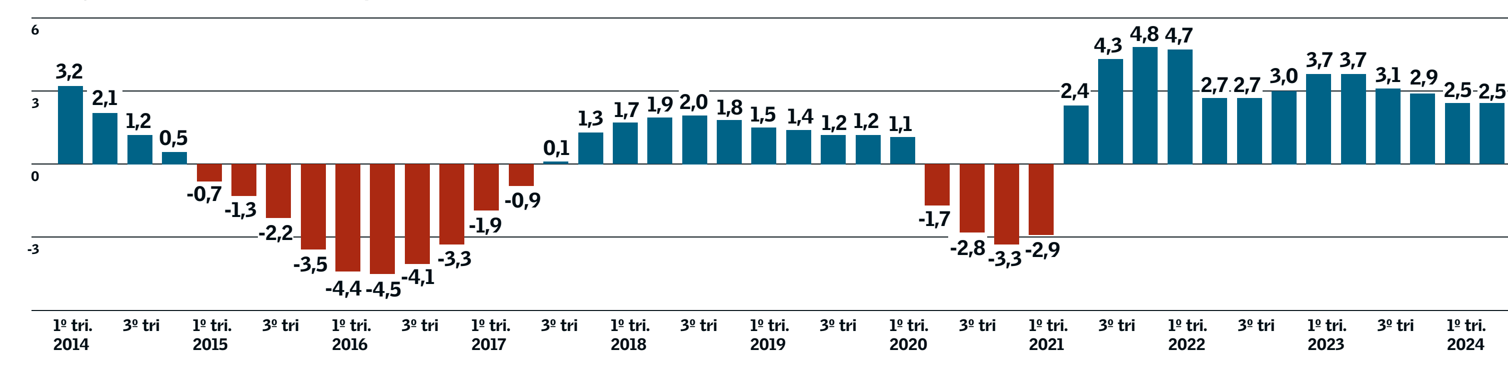
Investimento, consumo e indústria puxam alta do PIB no 2º tri

Ganhando força

Economia brasileira tem maior crescimento em quase quatro anos







Fonte: IBGE

Do Rio e de São Paulo

A atividade brasileira voltou a surpreender positivamente no segundo trimestre do ano, a despeito da tragédia no Rio Grande do Sul. Do lado da oferta, a economia foi impulsionada pelos serviços e pela indústria. Do lado da demanda, ganhou impulso com o consumo das famílias, o do governo e o investimento. Olhando à frente, o arrefecimento dos estímulos fiscais e o ambiente monetário menos favorável indicariam desaceleração no segundo semestre, mas o mercado de trabalho ainda robusto, entre outros fatores, traz dúvidas para essa previsão.

O PIB subiu 1,4% no segundo trimestre, ante o primeiro, na série com ajuste sazonal, conforme divulgou ontem o IBGE. O resultado veio acima da projeção mediana de 0,9% captada em pesquisa do **Valor**. A expansão também foi a maior para um trimestre desde os últimos três meses de 2020, quando o PIB subiu 3,7% após o choque inicial da pandemia. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, a alta do PIB foi de 3,3%.

O avanço no segundo trimestre não só foi maior do que o esperado como ocorre sobre uma base mais forte, já que o IBGE revisou o crescimento de janeiro a março de 2024 de 0,8% para 1%, em relação ao quarto trimestre de 2023, cujo PIB também foi revisto de queda de 0,1% para alta de 0,2%. Assim, o PIB encontra-se no maior patamar da série histórica do IBGE.

Só com o resultado do segundo trimestre, se o PIB ficasse estagnado até o fim do ano, o crescimento da economia brasileira em 2024 já seria de 2,5%, estimam economistas. É por isso que diversas instituições financeiras levaram suas projeções para o PIB em 2024 a algo mais próximo de 3%, como a Kínitro Capital. "Para manter os 2,7%, teríamos que observar uma desaceleração mais significativa da economia, mas nenhum dado atual justifica isso", afirma, em relatório, João Savignon, economista para Brasil da Kínitro. Ele diz também não acreditar em "uma postura passiva do governo em deixar a atividade desacelerar".

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, lembra que havia uma preocupação grande no início do segundo trimestre de as enchentes no Sul trazerem impacto maior para a economia do país. "Mas a recuperação foi muito rápida. Tivemos muito estímulo fiscal direcionado para essa retomada e vemos que foi bem usado. Chegou-se a especular até um PIB [do Brasil] negativo no trimestre, mas isso não aconteceu."

O crescimento do segundo trimestre foi totalmente concentrado na demanda interna, já que a absorção doméstica (soma do consumo das famílias, dos investimentos e dos gastos do governo) subiu 1,5% no segundo trimestre, ante o primeiro, segundo Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs. Ainda que represente desaceleração em relação ao trimestre imediatamente anterior, a taxa é "robusta", diz Ramos.

Já o setor externo deu contribuição negativa de 1,21 ponto percentual para o PIB do trimestre, segundo Ramos, com exportações crescendo bem menos do que importações: 1,4%, ante o primeiro trimestre, contra 7,6%. O investimento em estoques, por sua vez, ajudou em 1,13 p.p. o crescimento trimestral, estima o Goldman Sachs.

"É o terceiro trimestre consecutivo em que a absorção interna sobe e a absorção externa cai, corroborando a ideia de que o crescimento econômico no Brasil está muito pautado nas atividades internas", diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

> "É visível que o governo tem ajudado a atividade"
> *Flávio Serrano*

Segundo ele, a parte "cíclica" do PIB, que considera as atividades mais sensíveis ao ciclo econômico, cresceu 5% na comparação com o segundo trimestre de 2023, enquanto a "acíclica" subiu 2,1%. "É o segundo trimestre consecutivo em que o PIB 'cíclico' sobe acima do 'acíclico'. Isso é uma inversão completa do que foi observado ao longo dos quatro trimestres do ano passado", afirma.

O fato de as importações estarem crescendo tanto mesmo com a forte desvalorização do real ante o dólar é mais um sinal de que a demanda interna está aquecida, dizem economistas.

Pelo lado da oferta, a indústria subiu 1,8% no segundo trimestre, ante o primeiro, bem acima da mediana de 0,7% indicada pela pesquisa do **Valor**. Foi a maior alta para esse tipo de comparação desde o crescimento de 3,3% no primeiro trimestre de 2022. Ainda assim, a indústria está 5,4% abaixo do maior patamar da série histórica do IBGE, registrado no terceiro trimestre de 2013.

Os serviços, por sua vez, subiram 1% no segundo trimestre, ante o primeiro, acima da expectativa mediana de 0,8% e renovando o patamar recorde. Foi o 15º trimestre consecutivo de alta dos serviços, nota Ramos.

Ainda pelo lado da oferta, a agropecuária recuou 2,3% no segundo trimestre, ante o primeiro, quando havia subido 11,1%. Tradicionalmente, o agro concentra a maior parte de sua produção nos três primeiros meses do ano.

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias subiu 1,3% no segundo trimestre, ante o primeiro, acima da expectativa mediana de 0,9%. O mercado de trabalho aquecido — com ocupação em alta, desemprego em baixa e massa salarial em trajetória ascendente —, a inflação relativamente controlada, os juros mais baixos em relação a 2023 e a oferta de crédito consistente explicam, segundo economistas, a força do consumo das famílias.

"Olhando a dinâmica do primeiro semestre, é visível que o governo tem ajudado a atividade. Além das transferências diretas, como precatórios, o consumo do governo também veio bem acima do esperado. Mas não é só isso, já que existe um mercado de trabalho robusto", diz Flávio Serrano, economista-chefe do banco BMG.

O crescimento também de 1,3% do consumo do governo no segundo trimestre, ante o primeiro, foi o maior nesse tipo de comparação desde a alta de 2,4% no terceiro trimestre de 2022. Para Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria, o resultado pode ser explicado pela alta de gastos no ciclo eleitoral municipal e também pelas despesas com saúde pública. Yihao Lin, economista da Genial Investimentos, nota que os desembolsos da União aos governos locais por causa das enchentes no Sul também devem ter contribuído.

"A transferência do governo federal para o Rio Grande do Sul não influencia [diretamente], mas o que foi feito pelo governo local com esses recursos, sim. E também o que foi feito pelo governo estadual", diz Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Ainda na demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no PIB, subiu 2,1% no segundo trimestre, ante o primeiro. O resultado ficou um pouco abaixo da expectativa mediana de 2,5%, mas, ainda assim, atingiu o maior patamar desde o primeiro trimestre de 2015.

De acordo com o IBGE, a taxa de investimento ficou em 16,8% do PIB no segundo semestre, a mais forte para um período de abril a junho desde 2021 (17,3%), na série disponibilizada pelo instituto. Ramos, do Goldman Sachs, pondera que a taxa ainda está abaixo dos 20% vistos entre 2010 e 2013. A taxa de poupança, por sua vez, ficou em 16% do PIB, a mais baixa para um segundo trimestre desde os 13,8% de 2019, segundo o IBGE.

> "Demanda coloca em dúvida processo sem ser inflacionário"
> *Silvia Matos*

À frente, economistas tendem a apostar em uma desaceleração da atividade no segundo semestre. Por um lado, a alta dos investimentos é uma boa notícia, mas, por outro, o crescimento da demanda doméstica pode colocar em dúvida a continuidade desse processo sem que ele seja inflacionário, diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto de Economia Brasileiro (FGV Ibre).

A aceleração do consumo do governo também levanta um "alerta vermelho", principalmente por causa da situação fiscal do país, aponta Vitória, do Inter. Para ela, o segundo semestre não deve ser de estagnação, mas também não devemos observar taxas de crescimento no patamar de 1%.

O ABC Brasil espera altas trimestrais ao redor de 0,4% na segunda metade do ano. "O encarecimento de energia tende a reduzir o valor adicionado industrial. Em paralelo, a construção civil deve perder ímpeto com o calendário eleitoral efetivo. E observaremos também o arrefecimento das concessões de crédito, junto com elevação dos juros na ponta", diz o economista-chefe Daniel Xavier. ***(Alessandra Saraiva, Anaïs Fernandes, Lucianne Carneiro, Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Marta Watanabe e Rafael Rosas)***

Mais PIB nas páginas A5, A6, A8, A9, A16, B9 e C1

Economia acelera com expansão forte da demanda interna

Análise

Sergio Lamucci
São Paulo

O ritmo de crescimento da economia brasileira acelerou no segundo trimestre, com expansão de 1,4% sobre o trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. É uma taxa mais alta que o 1% registrado de janeiro a março, equivalendo a quase 6% em termos anualizados, a maior desde os 3,7% do quarto trimestre de 2020. Pelo lado da demanda, os destaques foram o investimento, o consumo das famílias e também o consumo do governo. Pelo lado da oferta, a indústria e os serviços puxaram o avanço do PIB.

A atividade avança num cenário marcado por um mercado de trabalho forte, com grande impulso fiscal, especialmente por meio de transferências de renda, e pela retomada do crédito. Os efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul, em maio, não tiraram o dinamismo da economia no período.

Além de o crescimento no segundo trimestre ter superado o consenso dos analistas, de uma alta de 0,9%, houve revisão para cima na variação do PIB nos dois trimestres anteriores. O avanço do primeiro trimestre subiu de 0,8% para 1%, e o desempenho do quarto trimestre de 2023 passou de queda de 0,1% para aumento de 0,2%, sempre na comparação com os três meses anteriores.

Com esse ritmo de crescimento, as projeções para a expansão do PIB no ano devem se aproximar de 3%. A herança estatística do segundo trimestre ficou em 2,5%. Isso significa que, se o PIB ficar estável no nível registrado de abril a junho, o avanço em 2024 será de 2,5%. O Goldman Sachs elevou a estimativa para o ano de 2,5% para 3%, por exemplo. Nesse quadro, aumenta a perspectiva de uma alta dos juros já em setembro.

Com peso de mais de 60% na economia pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu no segundo trimestre 1,3% sobre o trimestre anterior. O aumento do emprego e da renda, turbinado também pelos programas sociais e pela alta do salário mínimo acima da inflação, contribui para a alta da demanda das famílias. A melhora do crédito também ajuda.

Uma das melhores notícias do PIB foi a terceira alta consecutiva do investimento — e a um ritmo expressivo. A formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em construção civil, máquinas e equipamentos e inovação) cresceu 2,1% em relação aos três meses anteriores. Investir mais é fundamental para o país crescer a um ritmo mais forte de modo sustentado. Com o resultado, a taxa de investimento ficou em 16,8% do PIB no segundo trimestre, acima dos 16,4% do PIB do mesmo período de 2023. Ainda assim, é baixo, bem inferior aos 20,5% a 21% do PIB registrados entre 2010 e 2013.

O consumo do governo surpreendeu os analistas, com alta de 1,3% em relação ao primeiro trimestre. O consenso dos economistas ouvidos pelo **Valor** era de um aumento de 0,3% para o indicador.

Para o diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, a alta do consumo do governo está em linha com o recente ativismo nos gastos públicos.

"A política fiscal tem sido claramente expansionista e pró-cíclica", afirma ele, para quem a economia está aquecida demais. Ramos avalia que a queda da taxa de poupança, de 16,8% do PIB no segundo trimestre de 2023 para 16% do PIB no mesmo trimestre deste ano, reflete principalmente a piora da situação das contas públicas.

Segundo o IBGE, a expansão forte do consumo do governo se deve ao calendário eleitoral, que antecipa despesas para a primeira metade do ano, e aos gastos para combater os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul. O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, diz ainda que o aumento do número de funcionários públicos e da remuneração desses servidores também contribui para a alta do consumo do governo.

Com uma atividade econômica mais firme, as importações cresceram com força, a um ritmo bem superior ao das exportações. As compras do exterior tiveram alta de 7,6%, enquanto as vendas externas subiram 1,4%. Nesse cenário, o setor externo contribuiu negativamente para o crescimento. Nas contas de Ramos, tirou 1,21 ponto percentual da expansão do PIB no segundo trimestre.

Do lado da oferta, a indústria teve o crescimento mais expressivo, de 1,8%, mesmo com o encolhimento de 4,4% do setor extrativo. A indústria de transformação avançou 1,8%, mas o desempenho mais forte foi da construção civil, com alta de 3,5%, e do segmento de eletricidade, gás, água e esgoto, que avançou 4,2%. Segundo o IBGE, o resultado desse último setor refletiu "o maior consumo de eletricidade, principalmente nas residências", além do fato de a manutenção da bandeira tarifária verde ter ajudado o segmento.

Os serviços, por sua vez, tiveram mais uma expansão firme, de 1%. É o setor com maior peso na economia pelo lado da oferta, respondendo por mais de dois terços do valor adicionado. Vários segmentos de serviços se destacaram. O comércio cresceu 1,4% e transportes e armazenagem avançaram 1,3%, enquanto informação e comunicação teve alta 1,7% e atividades financeiras, de 2%.

Fechando a avaliação do PIB pelo lado da oferta, a agropecuária teve queda de 2,3%, após subir 11,1% no primeiro trimestre. O recuo já era esperado.

Em resumo, a economia brasileira teve um primeiro semestre muito forte, com a atividade acelerando no período de abril a junho em relação aos primeiros três meses do ano. Esse resultado aumenta a chance de mais um crescimento na casa de 3%.

No segundo semestre, os analistas acreditam que o ritmo será mais fraco. Ainda assim, os economistas têm sistematicamente subestimado a força da economia, algo que tem ocorrido desde 2021.

De qualquer modo, a taxa de expansão observada na primeira metade do ano não deverá se manter. Além disso, cresceu a possibilidade de o Banco Central (BC) começar um ciclo de alta de juros, talvez já neste mês. Isso terá impactos defasados sobre a atividade, mas poderá produzir algum efeito mais imediato sobre o investimento, por exemplo. Para que a alta de juros, se ocorrer, não seja intensa, seria importante uma contenção do ritmo de gastos.

Conjuntura Segmento de transformação lidera crescimento e leva o setor a um protagonismo que não ocorria desde o primeiro trimestre de 2022

Indústria surpreende, cresce 1,8% e puxa investimento no 2º tri

De São Paulo e do Rio

Pela ótica da oferta, a indústria de transformação foi um dos destaques da economia brasileira no segundo trimestre. A indústria como um todo avançou 1,8% no segundo trimestre, ante o primeiro, e 3,9% na comparação com mesmo período de 2023.

O desempenho positivo é explicado pela indústria de transformação, que cresceu 1,8% ante o primeiro trimestre e 3,6% na comparação com mesmo período de 2023, por atividades de eletricidade e gás, água, esgoto, e gestão de resíduos, que cresceram 4,2% e 8,5%, respectivamente, e construção, que avançou 3,5% na variação trimestre contra trimestre anterior e 4,4% na anual.

As indústrias extrativas, por sua vez, caíram 4,4%, ante o primeiro trimestre. Mas, na comparação com mesmo período de 2023, houve alta de 1%.

A indústria de transformação foi uma das principais influências para a alta de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Em igual período, a alta dos serviços foi de 1%.

O crescimento de 1,8% foi a maior variação para o setor desde o primeiro trimestre de 2022. A atividade responde por 15,3% do cálculo do PIB.

A indústria manufatureira não era protagonista do crescimento da economia desde o primeiro trimestre de 2022, avaliou a coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis.

"Naquele trimestre, os serviços cresceram 0,8%, e a indústria de transformação, 4,9%. Apesar de a indústria de transformação ter um peso muito menor que os serviços, a diferença é bem grande. Então dá para dizer que a indústria de transformação foi protagonista naquele trimestre", afirmou.

A atividade da indústria de transformação puxou a alta de investimentos no segundo trimestre, diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto de Economia Brasileiro da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

"A indústria surpreendeu, ainda mais quando pensamos no impacto que as enchentes no Rio Grande do Sul poderiam ter tido. Temos visto bom desempenho no setor automobilístico, alimentos, e refino de petróleo", afirma Matos.

A economista observa que quando a indústria vai bem, importa mais e investe mais. "Uma parte desse investimento de máquinas e equipamentos é da indústria de transformação. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) também mostra a indústria investindo. Os dados de bens de capital mostram a indústria comprando [mais]", diz. "Quando a indústria vai bem, há um ciclo virtuoso [na economia]".

Um impulso importante à alta da indústria e também do investimento no segundo trimestre foi a redução dos juros desde o ano passado, diz Rafael Cagnin, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

"É um movimento muito influenciado pela redução da taxa de juros que vimos no ano passado e no começo deste ano", afirma, ao ressaltar o retardo do efeito da queda de juros sobre a economia. "Isso ajudou a destravar investimento e a produção dos bens de consumo duráveis."

Segundo Cagnin, além dos juros, contribuíram para a alta do investimento condições mais favoráveis de financiamento. No segundo trimestre, a formação bruta de capital fixo (FBCF), indicador que mede o quanto empresas aumentaram os seus bens de capital, cresceu 2,1%, ante o trimestre anterior.

"Tivemos um papel mais incisivo do BNDES, que é importante quando falamos de investimentos no Brasil. Mas isso também é [parte de] um movimento geral de redução das taxas de juros, que contribui para empresas reduzirem o endividamento e abre espaço a investimentos."

O economista diz que um motor da produção industrial neste ano vem sendo a produção de bens de capital, o que se reflete no PIB na formação bruta de capital fixo e, de certa forma, na construção civil.

Uma das razões por trás dessa alta baseada na produção de bens de capital é o nível de obsolescência de máquinas e equipamentos da indústria brasileira, afirma. A sondagem Idade e ciclo de vida das máquinas e equipamentos, divulgada no fim de julho pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que máquinas e equipamentos industriais brasileiros possuem, em média, 14 anos, e 38% estão próximos ou já ultrapassaram a idade sinalizada pelo fabricante como ciclo de vida ideal.

"Isso, com ociosidade da capacidade instalada muito baixa, vai pressionando para a retomada de investimentos", diz.

Segundo Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas, a combinação de ano eleitoral com atividade aquecida e variações bruscas de temperatura explica a alta inesperada na construção e no consumo de energia elétrica.

Para a atividade de construção, Rocha esperava alta de 1,6%. Para as de eletricidade e gás, esgoto, atividades de gestão de resíduos, por sua vez, a Principal Claritas previa crescimento de 0,6%.

"Neste ano de eleição municipal, os gastos de governos e municípios crescem, indicando uma toada mais rápida devido ao calendário", diz. "Há muito desse consumo relacionado à força da atividade, mas também a variações de temperatura. O calor acima da média e mudanças abruptas, para muito frio ou muito quente, demandam mais energia elétrica."

Roberto Secemsky, economista-chefe para Brasil do banco Barclays, argumentou em relatório a clientes que o comportamento da construção no segundo trimestre reflete o calendário político. Conforme as eleições municipais de outubro se aproximam, diz, é normal haver uma retomada dos gastos dos governos, incluindo projetos de infraestrutura.

Ele acrescenta ainda os esforços de reconstrução do Rio Grande do Sul, que podem ter ajudado a construção no trimestre. ***(Marsílea Gombata, Anaïs Fernandes, Lucianne Carneiro, Alessandra Saraiva e Rafael Rosas)***

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Ano eleitoral e alterações de temperatura puxam consumo
Marcela Rocha

INÊS 249

Conjuntura Instituições financeiras e consultorias recalibram suas projeções e aproximam dos 3% o crescimento estimado para o ano

PIB acima do previsto leva a onda de revisões para cima

Marsílea Gombata, Anaïs Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

O desempenho da economia brasileira acima do previsto para o segundo trimestre levou a uma série de revisões das projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano.

Bancos como Citi Brasil, Barclays, Goldman Sachs, J.P. Morgan e consultorias e instituições financeiras revisaram a projeção de crescimento para a economia brasileira neste ano, após a divulgação dos dados do PIB pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O ABC Brasil revisou sua projeção de crescimento para 2024 de 2,6% para 3,3% "Nossa expectativa agora é de um crescimento da ordem de 3,3% neste ano. Desacelerando para mais próximo do potencial em 2025, com alta de 1,9%", afirmou o economista Daniel Xavier Francisco, em nota a clientes.

Com a surpresa do PIB no segundo trimestre, o J.P. Morgan atualizou a projeção de crescimento do PIB de 2024 de 2,9% para 3,2%, indicando que o crescimento deste ano será mais forte do que o do ano passado, mesmo que desta vez não tenha havido nenhum impulso vindo do setor agrícola.

Em boletim divulgado pelo banco, os economistas Vinicius Moreira e Cassiana Fernandez afirmaram que o desempenho econômico no primeiro semestre ficou bem acima de expectativas do banco.

À frente, esperam moderação no crescimento econômico, principalmente porque a maior parte dos efeitos de estímulos fiscais está perto de acabar.

Os bancos Goldman Sachs, Citi Brasil, B. Side, Pine recalibraram projeções de crescimento neste ano para 3%, assim como a ASA Investments e a Kinitro Capital.

O Citi elevou a projeção para 2024 de 2% para 3%, após a divulgação do resultado do segundo trimestre. A estimativa para 2025 também subiu de 1,5% para 2%.

Para a equipe do banco, o crescimento do PIB no segundo trimestre fortaleceu a visão de que a demanda continua a crescer muito acima da oferta, dada estimativa de crescimento potencial do PIB de 1,5% a 2% ao ano, ante crescimento médio de 4,7%, anualizado, no primeiro semestre de 2024.

> "A atividade se firmou ainda mais no segundo trimestre"
> *Alberto Ramos*

O Goldman Sachs também revisou sua projeção para o PIB do Brasil em 2024 de 2,5% para 3%.

Dinâmica doméstica

"A atividade se firmou ainda mais no segundo trimestre, impulsionada pela dinâmica de demanda doméstica", afirmou Alberto Ramos, economista chefe para América Latina do banco, em relatório enviado a clientes.

Ele observou que, apenas com o resultado do segundo trimestre, se o PIB ficasse estagnado até o fim do ano, o crescimento da atividade econômica brasileira em 2024 já seria de 2,5%.

A B.Side elevou sua projeção de PIB para 2024 de 2,4% para 3%, assim como o banco Pine confirmou a projeção preliminar de crescimento em torno de 3% da economia brasileira neste ano. O relatório do banco destaca que a projeção está em linha com cenário do Pine "de que nos próximos um a três anos, a taxa de crescimento do PIB será maior do que a média dos últimos 40 anos".

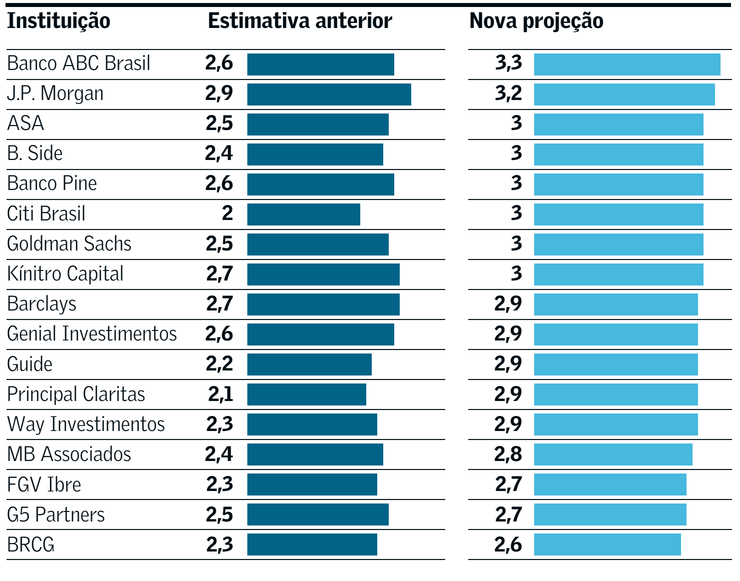
O Barclays atualizou sua projeção de crescimento para 2,9% ante estimativa anterior de crescimento de 2,7% neste ano.

"Destacamos a força dos componentes da demanda doméstica, com forte crescimento no consumo privado e público, além do investimento, embora parcialmente apoiados por eventos pontuais — incluindo o pagamento de sentenças judiciais conhecidas como precatórios e o desembolso antecipado de vários benefícios sociais, bem como o apoio fiscal fornecido aos afetados por enchentes catastróficas no Sul no fim de abril e início de maio", disse o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, em relatório.

A Principal Claritas também subiu para 2,9% a estimativa de crescimento para 2024, ante 2,1% anteriormente.

"Para o segundo trimestre esperávamos alta de 0,6%, o consenso de mercado era de 0,9%, e veio 1,4%. Isso inegavelmente leva a revisões para o ano", afirma Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas. "Esses 2,9% consideram moderação da atividade ao longo do segundo semestre, depois de crescer 1% no primeiro trimestre e 1,4% agora. Para o terceiro trimestre, esperamos crescimento de 0,5%. Para o quarto, de 0,3%", disse.

A MB Associados passou a prever crescimento de 2,8% neste ano, ante 2,4% estimados antes.



Recalibragem com otimismo
Projeções de crescimento do PIB em 2024 - em %

Instituição	Estimativa anterior	Nova projeção
Banco ABC Brasil	2,6	3,3
J.P. Morgan	2,9	3,2
ASA	2,5	3
B. Side	2,4	3
Banco Pine	2,6	3
Citi Brasil	2	3
Goldman Sachs	2,5	3
Kínitro Capital	2,7	3
Barclays	2,7	2,9
Genial Investimentos	2,6	2,9
Guide	2,2	2,9
Principal Claritas	2,1	2,9
Way Investimentos	2,3	2,9
MB Associados	2,4	2,8
FGV Ibre	2,3	2,7
G5 Partners	2,5	2,7
BRCG	2,3	2,6

Fontes: Consultorias e insituições financeiras

Sérgio Vale, economista chefe da MB Associados, contudo, argumenta que o crescimento acelerado pressionará o Banco Central a rever a taxa de juros.

"Com a bandeira vermelha afetando a conta de energia, o IPCA já chega a 4,5% neste ano, considerando que a bandeira permaneça nesse patamar até o fim do ano. Se adicionarmos a pressão de demanda que vem acelerando, o BC não terá alternativa a não ser subir os juros em setembro. A chance maior era de 0,25 ponto percentual, mas a possibilidade de alta de 0,5 ponto percentual aumentou", disse.

> "BC não terá alternativa a não ser subir os juros em setembro"
> *Sérgio Vale*

Apesar do otimismo menor do que o de consultorias e instituições financeiras, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) também revisou sua projeção de crescimento do PIB neste ano de 2,3% para 2,7%.

A mudança, afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, é atribuída ao desempenho acima do previsto de atividades de construção e de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos.

A G5 Partners também recalibrou a projeção para o PIB neste ano para 2,7%, ante estimativa anterior de 2,5%. Em relatório, o economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, afirmou, no entanto, que a nova previsão tem "possível viés de alta, caso a atividade não apresente acomodação no segundo semestre".

A BRCG, por sua vez, revisou a estimativa de crescimento em 2024 de 2,3% para 2,6%.

INÊS 249

Conjuntura Queda nos preços de commodities e demanda doméstica aquecida levam a alta maior das importações que das exportações

Setor externo 'vira' e passa a ter contribuição negativa

Marta Watanabe
De São Paulo

Com mudança em relação à tendência de 2023, o setor externo teve contribuição negativa para o PIB no segundo trimestre e deve terminar 2024 dessa forma, apontam especialistas. Mesmo com variação positiva, a exportação perdeu força. As commodities saíram um pouco do papel de protagonistas no PIB, o que contribuiu para os embarques crescerem em ritmo menor que o das importações, que vieram embaladas pela forte demanda doméstica.

A exportação avançou 1,4% no segundo trimestre ante os três meses anteriores, com ajuste sazonal. As importações aumentaram 7,6%. Nesse critério o setor externo tirou 1,0 ponto percentual (p.p.) do PIB, aponta o economista Rodolfo Margato, da XP. No mesmo critério, a absorção doméstica contribuiu com alta de 1,4 p.p. O cálculo não inclui os estoques, que adicionaram 1 p.p. Já na comparação com o segundo trimestre de 2023, a absorção doméstica mostrou alta de 4,6 p.p. enquanto o setor externo teve contribuição negativa de 1,5 p.p, aponta Margato. Os estoques, nesse critério, adicionaram 0,3 p.p. Nessa base, as exportações cresceram 4,5% e as importações avançaram mais (14,8%).

No campo das commodities, importantes para a pauta brasileira de exportações, o desempenho do agro tem sido um pouco melhor do que se imaginava a princípio, mas a base em relação ao ano passado é alta, diz o economista Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). "No petróleo há mais pressão para a produção, mas estamos entrando em momento mais complicado para minério de ferro. Então, no agregado do PIB, há efeito positivo, mas não tão grande quanto alguns imaginam."

Estamos saindo daquele momento que tivemos nos últimos anos, em que as commodities tiveram peso mais importante no crescimento, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. "Tivemos num primeiro momento a expansão pelos preços e depois por produção, com uma super safra de grãos em 2023. Agora saem um pouco as commodities, e entra a demanda doméstica pressionada especialmente por empuxo fiscal. As exportações líquidas tiveram impacto forte em 2023 e isso está se invertendo neste ano."

A demanda doméstica, estima Vale, deve crescer 4,3 p.p. em 2024, já considerando a variação de estoques, "devido ao empuxo de aumento de gastos do governo de um lado e das transferências de outro". A exportação líquida deve cair 1,5 p.p., projeta. O crescimento do PIB agregado no ano é estimado em 2,8%. Em 2023, compara, a absorção externa cresceu 2,7 p.p. enquanto a demanda doméstica, também incluindo estoques, avançou apenas 0,2 p.p.

"Desde o salário mínimo, o Bolsa Família, entre outros estímulos, é um cenário completo e intenso de expansão fiscal que vivemos nos últimos dois anos e que explica boa parte da expansão da economia agora. Este ano não tem agro, não tem commodities, mas tem impulso fiscal com força. É o grande dínamo do crescimento deste ano", diz Vale.

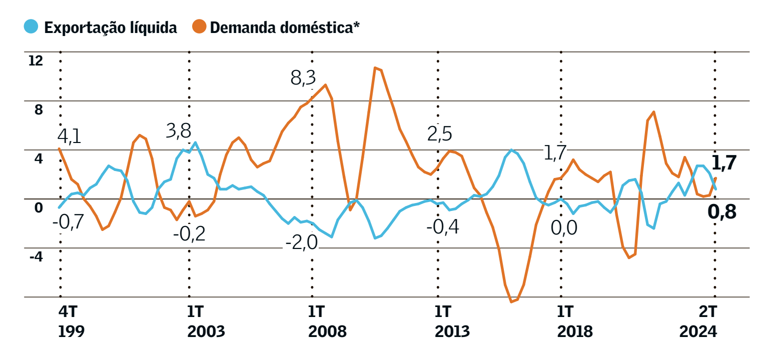
A aceleração maior das importações, diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, é reflexo da demanda interna mais aquecida, com consumo das famílias crescendo de maneira mais significativa que a oferta interna. "Isso acaba compensando com a importação. Isso não traz tanto uma preocupação de curto prazo, porque o nosso balanço de pagamentos é muito saudável e temos capacidade para essa importação, principalmente de bens de capital, que é relevante para o investimento. Mas é um ponto de atenção, porque reforça a preocupação em relação a um consumo um pouco mais acelerado do que a gente tem capacidade hoje para atender." Ela destaca que o investimento teve bom desempenho no segundo trimestre, mas o nível é ainda baixo na comparação com o PIB e seu crescimento está aquém ao do consumo das famílias no acumulado do ano. "Teremos dificuldade em manter o ritmo de crescimento se a oferta não acompanhar a demanda."

Ribeiro, da BRCG, lembra que as importações no segundo trimestre foram bem puxadas pela antecipação da importação de carros chineses, em razão do calendário de aumento de alíquotas do imposto de importação para automóveis elétricos e híbridos. "Mas o substrato do debate é uma economia cuja demanda roda acima da oferta. Portanto, a contribuição do setor externo tende a ficar negativa Não tem como fugir do vazamento de demanda para importações."

Com os dados do segundo trimestre, Ribeiro elevou a projeção para o PIB de 2024 de 2,3% para 2,6%. O setor externo, estima, deve ter contribuição negativa de 0,5 p.p. no PIB do ano.

"Não tem como fugir do vazamento de demanda para importações"
Livio Ribeiro

Demanda doméstica versus exportações
Variação em quatro trimestres, em pontos percentuais



Fonte: IBGE, com elaboração da MB Associados. *Considerando a variação de estoques

Após nova surpresa, expectativa é de moderação dos serviços

Marcelo Osakabe, Alessandra Saraiva, Luciana Carneiro e Rafael Rosas
De São Paulo e do Rio

Apoiado por alguns "velhos conhecidos", o setor de serviços voltou surpreender positivamente no segundo trimestre. Na visão de especialistas, o desempenho deve moderar ao longo do segundo semestre, mas o momento em que a virada de chave ocorrerá ficou mais incerto.

Responsável por cerca de dois terços do PIB pela ótica da oferta, o segmento cresceu 1% no segundo trimestre, na comparação com trimestre anterior, na série com ajuste sazonal.

Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, notou que os motores que têm impulsionado o setor são conhecidos. De um lado, o impulso fiscal via pagamento de precatórios, BPC e outros benefícios, o aumento real do salário mínimo e outras ações do governo, como a ajuda às famílias do Rio Grande do Sul. De outro, um mercado de trabalho pujante que leva a taxa de desemprego a patamares não vistos desde 2014 e continua a fazer a renda das famílias alcançar novas máximas da série histórica.

"Vale também chamar atenção para o crédito, que continua forte em concessões apesar de o ciclo de cortes da Selic ter se encerrado ainda em terreno contracionista", acrescentou.

"A surpresa do resultado me parece muito pautada no peso que o governo teve para a economia no período. Além das transferências diretas, o consumo do governo também veio bem acima do esperado", diz Flavio Serrano, economista-chefe do banco BMG. se referindo à alta de 1,3% do consumo do governo. "É novamente algo que não esperávamos, pode levantar novamente questões como a discussão do crescimento potencial do país. Era projetada uma maior restrição por questões como a taxa de juros alta, mas esta não ocorreu ainda."

Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, destacou que o setor de serviços atingiu o maior patamar da série histórica, juntamente com o PIB, mas que sua fatia dentro da economia ainda pode crescer.

"Os serviços perderam muito peso após a pandemia", disse, lembrando do isolamento social, que prejudicou atividades como bares, hotéis e restaurantes. O segmento corresponde hoje a 67,4% do PIB, contra 66,5% em 2021. Em 2020, no entanto, ele respondia por 70,9% da economia brasileira.

A abertura dos dados trouxe bons números para o setor, com destaque para o varejo, que manteve performance positiva (1,3%).

Outro ponto positivo foram os serviços ligados à informação e comunicação, que subiram 1,7% no período. "Achávamos que o fim da transição da pandemia e os juros em patamar alto iriam afetar esse segmento, que é bastante focado em investimento em softwares. No entanto, o ritmo de expansão continua elevado", disse Thiago Xavier, da Tendências Consultorias.

Nishida destacou ainda o avanço de 2,0% do segmento intermediação financeira e seguros. "Esperávamos um baque em consequência do desastre no Rio Grande do Sul, mas o setor continuou a crescer como nos trimestres anteriores."

Pela ótica da demanda, o reflexo foi o avanço de 1,3% do consumo das famílias, também superior à mediana de 0,9% do Valor Data. "Embora não o ritmo de alta não tenha surpreendido na análise trimestral, ainda assim significa um avanço de 4,9% na comparação interanual e renova o patamar recorde da série histórica", disse Yihao Lin, da Genial Investimentos.

Analistas esperam uma desaceleração do setor e de toda a economia na segunda metade do ano, mas afirmam que esse cenário ficou mais incerto após mais uma surpresa altista da atividade. Entre os fatores que devem contribuir neste sentido, disse Serrano, do BMG, estão a desaceleração das despesas de entes municipais por causa da proximidade da eleição e também a taxa de juros ainda restritiva.

"A grande questão é quando esta dinâmica positiva de aumento do consumo se transformando em mais emprego, massa de renda e mais consumo vai começar a desacelerar. Até agora a gente errou o timing e a intensidade dos movimentos, afirmou Xavier, da Tendências.

Ministros projetam crescimento maior

Jéssica Sant'Ana, Gabriela Pereira e Edna Simão
De Brasília

Com o desempenho melhor do que o esperado para o resultado do PIB no segundo trimestre, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) disseram que a previsão do governo para o crescimento da economia vai subir. A Secretaria de Política Econômica (SPE) projeta avanço de 2,5% para a economia brasileira em 2024. A nova revisão sai até o dia 22 deste mês.

"Nós vamos provavelmente reestimar o PIB para o ano, que deve, pela força com que ele vem se desenvolvendo, deve superar 2,7%, 2,8%, e há instituições que já estão projetando um PIB superior a 3%", disse Haddad. "O PIB do ºsegundo trimestre de 2024 surpreendeu com um crescimento de 3,3% em relação ao mesmo trimestre de 2023! A indústria, os serviços e o investimento foram os destaques. Esses resultados reforçam nossa expectativa de um crescimento próximo de 3% em 2024", escreveu Tebet na rede social Threads.

Em nota, a SPE reforçou que o ritmo de expansão continuará acentuado puxado por mercado de trabalho aquecido e melhoria das condições do crédito. No entanto, chama atenção que "incertezas para esse cenário estão relacionadas, principalmente, a decisões de política monetária, que podem prejudicar a recuperação do mercado de crédito". "Dessa maneira, a projeção do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB de 2024, atualmente em 2,5%, deverá ser revisada para cima."

DIOGO ZACARIAS/MF



"Pela força com que vem se desenvolvendo, [PIB] deve superar 2,8%"
Fernando Haddad

Já o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que o resultado do PIB do segundo trimestre foi muito importante considerando três aspectos: crescimento econômico, o comparativo com os demais países do G20 e a qualidade do crescimento.

"O resultado foi positivo sobre três aspectos: primeiro, o crescimento da economia, o mercado esperava 0,9% e cresceu 1,4%. O segundo comparativo foi com os demais países do G20, nós tivemos o terceiro maior crescimento entre todos os países do G20. E, finalmente, a qualidade do crescimento, o que cresceu mais foi a indústria, 1,8%, e investimentos, 2,1%", destacou Alckmin.

Haddad comentou que o resultado do PIB pode fazer com que a equipe econômica reestime as projeções de receita do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, enviado na sexta-feira passada ao Congresso Nacional.

"Nós vamos analisar com calma a peça orçamentária, que está fechada com o que foi feito em julho, mas de julho para cá o PIB evoluiu mais do que nós imaginávamos na ocasião", disse. O PLOA 2025 foi feito com uma projeção de crescimento de 2,64% do PIB. "Qualquer coisa para além disso [2,64%] vai se refletir no aumento de receitas provenientes do crescimento orgânico da economia. Isso é muito bom", frisou o ministro.

Questionado se há uma preocupação de o crescimento da economia resultar numa pressão inflacionária, Haddad negou. "Se a demanda vier puxada pelo investimento, daqui para frente, é tudo que a gente quer. O crescimento com um investimento maior é a garantia de equilíbrio entre oferta e demanda."

Conjuntura Crescimento maior e novas projeções de população aceleram ganhos, mas cenário é desafiador

PIB per capita deve superar pico de 2013

Lucianne Carneiro
Do Rio

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita subiu 1,34% no segundo trimestre de 2024, ante o trimestre anterior, após alta de 0,93% no primeiro trimestre, calcula a pesquisadora sênior de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e coordenadora do Boletim Macro Ibre, Silvia Matos. O resultado considera o avanço de 1,4% do PIB, descontado do aumento da população, e estima o PIB per capita em R$ 52.453.

As contas incorporam também as novas projeções de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período de 2000 a 2070, com ritmo mais lento de expansão populacional que o estimado anteriormente.

Com essa mudança na velocidade da transição demográfica e uma revisão para cima de sua projeção do PIB de 2024, a economista acredita que será possível ao fim deste ano, enfim, ultrapassar o nível de PIB per capita observado em 2013, antes da recessão brasileira dos anos de 2015 e 2016. Antes, sua expectativa é que esse patamar só fosse alcançado no fim de 2025.

"Com menos crescimento populacional, teve mais per capita por ano. Isso faz um PIB melhor também, um PIB mais forte. Então vai recuperar praticamente todas as perdas que teve em PIB per capita lá na grande recessão [2015 e 2016]. O ano deve fechar o ano com o PIB per capita acima do nível de 2013", afirma a economista.

O indicador de PIB per capita retrata a riqueza de um país com o tamanho de sua população e pode ser considerada como uma medida de bem-estar. Funciona, principalmente, para comparar a situação de um país com os demais.

As novas estimativas do IBGE recalculam a trajetória da população desde o ano 2000. Com isso, Silvia Matos também refez a série histórica do PIB per capita. Antes, a população crescia, em média, algo entre 0,6% e 0,7% ao ano. Agora, com as novas projeções, esse ritmo é menor, de 0,4% ao ano, uma diferença de 0,2 ponto percentual.

Esse ritmo diferente também altera o nível do PIB per capita. Antes, o valor era de R$ 50,2 mil em 2023. Agora, subiu a R$ 51,2 mil. Outra diferença é a alta acumulada no PIB per capita entre 1981 e 2023, que era de 40% e subiu para 44% com o cálculo atualizado pelas novas projeções populacionais.

Apesar de parecer um resultado mais positivo, Silvia Matos explica que o cenário ficou mais negativo, por causa da transição demográfica mais rápida e com menos gente em idade para trabalhar e contribuir para a economia do país.

"A foto é melhor, mas o filme é pior nesse sentido. A transição demográfica, o aumento populacional, olhando mais para frente, é mais assustador", diz.

Além do novo ritmo de transição demográfica, o cenário para o PIB per capita de Silvia Matos também leva em consideração uma revisão para cima de sua projeção para o PIB de 2024 como um todo. Sua estimativa agora é de um crescimento de 2,7% do PIB este ano, acima dos 2,3% que previa anteriormente. Com isso, o PIB per capita fechará o ano 1,2% acima daquele observado ao fim de 2013.

Pelo cenário de PIB per capita traçado na divulgação das Contas Nacionais do primeiro trimestre, Matos estimava alta de 2% do PIB neste ano, o que significaria que o patamar de PIB per capita de 2013 só seria alcançado ao fim de 2025.

Crescimento acima do potencial, riscos e perspectivas

Artigo

José Ronaldo de C. Souza Jr.
Para o **Valor**, do Rio

Nos últimos anos, o desempenho do PIB brasileiro tem surpreendido positivamente. Em 2023, o crescimento foi impulsionado não apenas pelo setor agropecuário, que se recuperou de uma safra perdida no ano anterior, mas também por uma combinação de fatores que estimularam a demanda. Ainda assim, esse crescimento acima do esperado não garante que continuaremos a ter surpresas positivas em relação às projeções de crescimento nos próximos anos.

Em contraste, o cenário para os investimentos tem sido mais desafiador. Após uma queda de 3% em 2023, o primeiro semestre de 2024 trouxe sinais de recuperação. No entanto, apesar dessa recente alta, o nível de investimento ainda está apenas retornando aos valores observados no fim de 2022 e a taxa de investimento permanece abaixo de 17% do PIB. O crescimento recente é um alento, mas o caminho para alcançar níveis de investimento que possam impulsionar de forma consistente o crescimento da capacidade produtiva ainda é longo.

Essa modesta recuperação nos fluxos de investimentos reflete-se no crescimento do estoque de capital. Dados do Ipea indicam um aumento ligeiramente acima da estabilidade nos 12 meses terminados em março. Este é um indicativo de que o produto potencial da economia — ou seja, a capacidade máxima de produção sem gerar pressões inflacionárias — está crescendo lentamente.

Além disso, outros indicadores, como a queda significativa da taxa de desemprego para a mínima histórica desde o início da série do IBGE em 2012, e o aumento do nível de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação para o nível mais alto desde 2014, sugerem um cenário em que o PIB está crescendo a taxas superiores ao produto potencial.

Esse crescimento mais elevado foi viável devido à margem de ociosidade criada pelas crises econômicas que o Brasil enfrentou entre 2014-2016 e em 2020, que deixaram o PIB significativamente abaixo do seu potencial por um período prolongado. No entanto, é fundamental reconhecer que, no longo prazo, crescer acima do potencial tende a gerar pressões inflacionárias e é insustentável.

Outros fatores também adicionam complexidade a esse cenário. O crescimento real dos gastos públicos projetado para o próximo ano deverá ser quase inteiramente absorvido por despesas obrigatórias, como transferências de renda e gastos com pessoal. Além disso, a receita esperada no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 pode estar superestimada, considerando que o PIB projetado de 2,64% parece pouco factível num cenário em que se pretende manter a inflação dentro da meta. Também há uma expectativa de arrecadação de R$ 168 bilhões em receitas extraordinárias, que dependem da concretização de acordos com devedores da União e da aprovação de medidas no Congresso. Tudo isso sugere que, no ano que vem, haverá novamente um contingenciamento significativo das já limitadas despesas discricionárias, o que pode impactar negativamente os investimentos públicos.

O desequilíbrio fiscal e a falta de perspectiva de melhora sustentável na trajetória das despesas públicas adicionam incerteza ao cenário macroeconômico, criando um ambiente desafiador para a manutenção da estabilidade e desestimulando investimentos privados de longo prazo. Esse desequilíbrio fiscal coloca um peso ainda maior na responsabilidade da política monetária para manter a inflação sob controle, gerando uma pressão de alta de juros.

Em resumo, o Brasil tem experimentado um crescimento acima do potencial nos últimos anos, mas a ociosidade está se esgotando. A demanda, fortemente estimulada por política fiscal expansionista, não poderá sustentar esse ritmo de crescimento por muito mais tempo. Para 2025, o cenário aponta para uma desaceleração do crescimento, com a expectativa de que a expansão do PIB fique abaixo de 2%, refletindo os limites impostos pela capacidade produtiva e a necessidade de ajuste das condições estruturais.

José Ronaldo de C. Souza Jr é economista-chefe da Leme Consultores e professor do Ibmec/RJ



O experimento do PT para atrair o voto evangélico



Fernando Exman

Muito se fala sobre a realização de campanhas eleitorais por igrejas evangélicas, mas pouco se sabe sobre a metodologia aplicada por pastores para alavancar candidaturas de aliados.

É tema delicado. A legislação proíbe propaganda "em bens de uso comum", ou seja, locais aos quais a população em geral tem acesso, e a interpretação da lei não costuma ser consensual em relação ao que é vedado ou permitido. Mas um influente parlamentar da bancada evangélica assegura que é possível saber com relativa precisão quantos votos a igreja dá para candidatos a deputado federal, deputado estadual e vereador.

As igrejas têm coordenadores políticos. Eles dividem cidades e Estados em uma espécie de distritos. Em seguida, é feito o mapeamento dos colégios eleitorais que estão dentro de cada uma dessas áreas e o potencial de votos em função do número de fiéis.

São distribuídas, então, as candidaturas que serão defendidas em cada uma dessas regiões. Nas eleições municipais, o "distrito" tem um candidato ou uma candidata para a câmara de vereadores. Quando há eleições nacionais, são feitas "dobradinhas" entre uma candidatura a deputado federal e outra a deputado estadual.

A quantidade de votos desses candidatos nessas áreas sempre é semelhante, assegura a fonte.

É nesse cenário que o PT tenta reduzir a rejeição dos evangélicos ao partido. Nos últimos meses, a comunicação da Presidência já tentou adaptar a linguagem de peças publicitárias para alcançar esse público, de 40 milhões de eleitores, segundo dados da própria legenda. E há auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que defendem uma aproximação mais intensa dos líderes religiosos de base, os quais poderiam ser agentes para ajudar a dar capilaridade a programas sociais.

Mas uma cartilha divulgada em meados de agosto pela Fundação Perseu Abramo, instituição vinculada ao Partido dos Trabalhadores, vai além. Ela aponta caminhos práticos para que a militância tente disputar o voto do eleitor evangélico.

A cartilha aponta, por exemplo, que as igrejas são espaços fundamentais para seus integrantes. Tornaram-se os locais onde, na ausência do Estado, encontram apoio espiritual e material.

O documento cita passagens bíblicas com as quais pode haver convergência de pensamento entre militantes do partido e religiosos, com uma pegada social. Lembra que muitas das famílias brasileiras são lideradas por mulheres negras e evangélicas de periferia. Elas colocam o bem-estar de seus filhos como objetivo central de suas vidas, o que pode ser explorado nas campanhas citando as políticas públicas do governo.

Segundo o manual de campanha, grupos conservadores têm usado a ideia de perseguição à fé cristã como "isca aglutinadora". Por isso, destaca, deve-se evitar associar críticas a pastores e crentes à sua fé ou, então, associar eventuais erros cometidos por estes à religião. E um aviso às campanhas: não se pode tratar todo evangélico como fundamentalista.

Em outro trecho, a cartilha ensina que se deve ter cuidado na forma de combater "fake news". "É preciso refletir antes de compartilhar conteúdos como forma de reduzir a desinformação." Nesse sentido, alerta-se para que não ocorram exageros ao falar no nome de Deus nem citar a Bíblia sem conhecê-la.

De meados de agosto para cá, no entanto, algumas notícias para o PT nesse campo não são animadoras.

Em São Paulo, pesquisa do Datafolha divulgada em 23 de agosto aponta que Pablo Marçal (PRTB) liderava no segmento evangélico com 30% das intenções de voto, seguido do prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 22%. José Luiz Datena, do PSDB, aparecia com 14%. Candidato de Lula e do PT, Guilherme Boulos (Psol) tinha 12%. A arrancada de 7 pontos percentuais de Marçal, ainda segundo o instituto, havia se dado junto aos eleitores de 35 a 59 anos, entre evangélicos, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aqueles que se declaram "bolsonaristas". Boulos apresentava maior rejeição entre homens, evangélicos e quem tem renda familiar acima de cinco salários mínimos.

Porto Alegre é outro exemplo. Candidato à reeleição, o prefeito Sebastião Melo (MDB) tinha 40% de intenção de votos entre evangélicos, contra 26% da petista Maria do Rosário, apurou uma pesquisa Quaest. Entre pessoas de outras religiões, havia uma inversão: Maria do Rosário tinha 39%, contra 31% de Melo.

Em Belo Horizonte, o desafio também é grande. O Datafolha apurou que Mauro Tramonte, do Republicanos, tem preferência acima da média entre eleitores com renda familiar de até dois salários (34%) e entre evangélicos (37%). Já pesquisa Quaest disse que ele aparece na frente entre os eleitores evangélicos, com 39% das intenções de voto. Candidato do PT, Rogério Correia tinha apenas 3% nesse grupo.

Em Teresina, aposta do partido de Lula nas capitais, o eleitorado evangélico é disputado por Silvio Mendes (União Brasil) e Fábio Novo (PT). As articulações vão de compromissos com pautas comportamentais, as quais deveriam ser objeto de discussão apenas do Congresso Nacional, até promessas de regularização de residências e templos religiosos em terras pertencentes ao município.

A disputa deste ano vai servir de laboratório para o PT experimentar essa nova estratégia na abordagem do eleitorado evangélico. Seu resultado será crucial para a eleição de 2026.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Angelo Coronel disse discordar dos projetos que envolvem o aumento de impostos enviados pelo governo na semana passada

Relator do Orçamento defende corte de gastos para zerar déficit fiscal



GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Coronel: "Vai ter mudança na emenda de bancada. O governo quer que indique só 4. Estamos querendo de 10 a 15"

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, o senador Angelo Coronel (PSD-BA) afirmou ser contra projetos que envolvem o aumento de impostos enviados pelo governo na semana passada para fechar as contas no ano que vem. Em entrevista ao **Valor**, o parlamentar defendeu que o objetivo de zerar o déficit fiscal seja reforçado por medidas de corte de gastos, como a reforma administrativa.

Coronel se refere ao projeto que prevê o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto sobre a Renda (IR) retido na fonte incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

A medida já foi alvo de críticas no Senado ao ser apresentada como forma de compensação da desoneração da folha de pagamentos, instrumento de substituição tributária defendido por empresas e sindicatos para a manutenção de emprego. Os 17 setores intensivos em mão de obra que aderem ao sistema empregam, juntos, 9 milhões de trabalhadores.

Em outra frente, em meio ao impasse entre os três Poderes, o parlamentar antecipou possíveis mudanças no formato das emendas parlamentares. Coronel também criticou o que considera falta de diálogo do Ministério da Fazenda com o Senado.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *O governo projeta ampliar a arrecadação em R$ 46,7 bilhões com o aumento do JCP e da CSLL. Acredita que esses projetos têm chance de avançar?*

Angelo Coronel: Eu não sou favorável ao aumento, tanto da JCP quanto da CSLL. Tiveram medidas tomadas pelo Congresso que, na minha ótica, e na de muitos aqui, já suprem a desoneração. Não vejo qual a razão para esse aumento de tributo tão elevado.

Valor: *O governo diz que é para cobrir o impacto fiscal.*

Coronel: Precisa primeiro que o governo comprove se houve realmente esse problema. Nós temos um ofício solicitando qual foi o efeito financeiro da desoneração dos municípios. Não sabemos até hoje quanto o governo deixou de arrecadar. A meu ver, deve ter aumentado a arrecadação porque antes não havia o pagamento integral e agora os prefeitos estão pagando.

Valor: *O Ploa prevê R$ 39 bilhões para as emendas impositivas. Há um consenso sobre o formato desses recursos?*

Coronel: Vai ter mudança na emenda de bancada. O governo quer que indique só 4 emendas [nessa categoria]. Isso é pouco. Estamos querendo de 10 a 15 emendas [por bancada]. É melhor para você atender a base porque nem todo lugar do Brasil tem a capacidade de absorver uma emenda de R$ 100 milhões.

Valor: *E como ficaria a divisão na bancada?*

Coronel: Se forem 10 [emendas], por exemplo, ficaria 1/3 para o Senado e 2/3 para a Câmara, como é hoje em outras emendas.

Valor: *Acredita que o acordo vai sair dentro do novo prazo do STF, que concedeu mais 10 dias?*

Coronel: Eu acredito que esse acordo vai chegar às vésperas de se votar a LDO, a partir de novembro. É muito difícil pegar quase 600 parlamentares e chegar a um consenso célere.

Valor: *O senhor vê espaço para o Congresso rever as vinculações dos pisos constitucionais com o salário mínimo através de uma PEC?*

Coronel: Esse piso é difícil ser retirado. E o governo ainda conta com algo que ele diz que não é verdade, mas é verdade. Todas as emendas que os parlamentares colocam na área de saúde entram para o cálculo do piso. Nós estamos ajudando o governo.

Valor: *Senadores têm reclamado que as emendas de bancada, pelo acordo dos três Poderes, serão exclusivas de projetos estruturantes.*

Coronel: Estamos discutindo que 50% da emenda de bancada possa ir para infraestrutura, mas também para custeio. Hoje, por exemplo, a maioria das bancadas bota 100% para custeio. Agora vai ser 50% para cada. Isso é importante, porque 60% da saúde quem faz são as Santas Casas e os hospitais filantrópicos.

> "A Fazenda manda projeto para cá sem diálogo antecipado. Isso cria um clima ruim"

Valor: *Acha viável a possibilidade de manter o déficit zero previsto?*

Coronel: Tem que rever as despesas. Para você atingir o déficit menor a cada período, você tem que cortar despesas. Não dá para ficar com despesas elevadas e crescentes. Senão você não consegue, por mais imposto que você queira cobrar... Para terminar você não chega no déficit do zero e o que acontece? Vamos tornar a cobrar mais imposto.

Valor: *Mas, da forma que está o texto da LOA, não considera possível cumprir a meta de déficit zero?*

Coronel: A meta é possível, o déficit zero ou perto de zero. Agora, não dá para fazer isso sacrificando quem gera emprego, que são os empresários, é quem gera o imposto.

Valor: *O senhor tem alguma ideia de onde poderia vir o corte?*

Coronel: No Brasil existe uma gama de servidores que estão prestes a se aposentar. Se você aposenta, tem que botar alguém no lugar. Na verdade, você aumenta o seu gasto, porque você está botando no lugar do aposentado um novo. O aposentado vai para a Previdência e vai continuar recebendo. E o novo tem que receber. É nova despesa.

Valor: *A solução para isso parece ser difícil, não?*

Coronel: O governo tem que rever toda a sua folha para ver se o que vai aposentar é mesmo necessário abrir um concurso para colocar outro no lugar. Às vezes, se aposentaram 10, mas com três pode resolver o problema. Nós estamos vivendo hoje o mundo da tecnologia. O governo deveria esperar a reforma administrativa para ver a real necessidade de ter mais gente trabalhando. Não dá para apresentar o remédio sem saber o diagnóstico.

Valor: *Há um ruído na relação entre Senado e Fazenda?*

Coronel: A verdade é que a Fazenda não dialoga. Ela manda alguns projetos para cá sem diálogo antecipado. Isso cria um clima ruim entre governo e Congresso Nacional.

Valor: *O ministro Fernando Haddad disse que Pacheco não atendeu o telefone para comunicar a indicação de Gabriel Galípolo ao BC.*

Coronel: Da mesma forma que eu sou o relator do Orçamento e não fui convidado para fazer parte da comitiva que receberia a peça orçamentária, possivelmente o presidente Pacheco não foi comunicado que havia um nome para ser sabatinado.

Valor: *Isso pode impactar na reforma tributária?*

Coronel: Tem muita coisa que a gente precisa discutir. O presidente Rodrigo [Pacheco] já sinalizou que o governo deve recuar e retirar [a urgência]. Não sei se vai continuar essa queda de braço.

Valor: *Sobre a sucessão no Senado, o PSD deveria ter candidato?*

Coronel: Até então se fala no nome de Davi, mas também se ventila o nome de Otto Alencar (PSD). Vamos aguardar mais um período pela frente para ver como o governo vai se posicionar. No Senado, o candidato que o governo se posicionar favorável vai sair com vantagem. A eleição vai depender muito se é candidatura única ou se tem concorrente. Se forem dois governistas ou meio governistas, o governo pode cruzar os braços. O Davi me disse hoje, você é resistente, é o único que não está comigo. Eu não estou contra, eu quero ter uma candidatura do meu partido. Senão é União lá [na Câmara] e aqui. Que negócio é esse?

Valor: *Quem deve ter papel decisivo nessa definição?*

Coronel: Se a oposição sair unida, qualquer partido grande tem chance. Eles têm 30 integrantes.

Adiada votação do projeto que reduz inelegibilidade

De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou para novembro a votação do projeto de lei complementar (PLP) que, na prática, diminui o período de inelegibilidade para condenados por crimes comuns ou políticos cassados. O texto, se aprovado, tem efeito imediato e caráter retroativo.

Na visão de especialistas, a matéria poderia beneficiar nomes como o do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (Republicanos).

Relator da matéria, o senador Weverton Rocha (PDT-MA) apoiou o pedido de adiamento ao perceber que não havia apoio para a aprovação do texto. Partidos como PT e MDB posicionaram-se contra o PLP.

"Quero pedir que Vossa Excelência [Rodrigo Pacheco] retire [o texto] de pauta porque eu quero continuar conversando com os líderes da Casa para que possamos trazer fora do calor das eleições, pós-outubro, para o plenário", disse Weverton em outro momento.

Um dos contrários ao texto foi o senador Humberto Costa (PT-PE), que seguiu a posição do seu partido. Para ele, a matéria é "flagrantemente inconstitucional". "Especialmente no que diz respeito à busca de assegurar a aplicação imediata das novas regras, inclusive há processos em curso e há processos transitados em julgado, alcançando condenações e fatos pretéritos, ou seja, o desrespeito flagrante ao art. 5º da Constituição, que garante a irretroatividade de leis a aspectos importantíssimos", disse Costa.

Já entre os defensores estava o senador Sergio Moro (União-PR), que citou o caso do deputado cassado Deltan Dallagnol, seu aliado. "A Lei da Ficha Limpa tem pontuais injustiças, e esse projeto corrige várias delas. Eu me refiro àqueles casos de inelegibilidade não decorrentes de uma condenação criminal, mas, sim, decorrentes de outra espécie de julgamento", alegou.

Líder do PL, partido de Bolsonaro, o senador Carlos Portinho (RJ) disse que desistiria de uma obstrução em plenário para apoiar o projeto que, na visão dele, é importante para evitar supostas "perseguições judiciais".

A matéria, que mantém o texto da Câmara, flexibiliza as regras de inelegibilidade. O início do prazo para o impedimento passará a ser contado, a depender do caso, a partir da data de saída do cargo, da decisão que gerar a perda do mandato, da data da eleição na qual ocorreu a prática abusiva, da data da condenação por órgão colegiado ou da data da renúncia ao cargo.

Hoje, o político cassado pode ficar inelegível pelo período restante do mandato e por mais oito anos após essa etapa. *(JL e CT)*

Congresso Decisão busca construir consenso em torno de Hugo Motta (PB), do Republicanos

Marcos Pereira abre mão de disputa pelo comando da Câmara

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pereira: presidente do Republicanos desistiu diante de dificuldade para aglutinar seu grupo político em torno de sua candidatura

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), desistiu na terça-feira da candidatura à presidência da Câmara dos Deputados. O gesto é uma tentativa de fazer com que os deputados Elmar Nascimento (União-BA) e Antonio Brito (PSD-BA) também desistam para apoiar o deputado Hugo Motta (PB), líder do Republicanos e aliado de Pereira.

A decisão foi comunicada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em reunião no fim da tarde, ao lado do ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e à noite ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), segundo apurou o **Valor**.

O deputado que agora desponta como favorito na eleição está em seu quarto mandato de deputado federal e tem apenas 34 anos. Herdeiro de uma poderosa família na política de Patos, quarto município mais populoso da Paraíba, Motta ganhou protagonismo na Câmara pelas mãos do ex-presidente Eduardo Cunha, mas continuou influente mesmo após a cassação deste. No fim do governo Temer (MDB), trocou o MDB pelo Republicanos para disputar a reeleição. Mais recentemente, virou líder do partido na Câmara e se tornou vice-presidente nacional da sigla.

Motta era há meses um dos nomes favoritos de Lira para a sucessão, em especial pelo apoio do presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PI), que o tem como um "filho". Mas tinha a candidatura interditada por estar no mesmo partido de Pereira — que há três eleições trabalhava para concorrer à presidência da Câmara. O presidente do Republicanos resistia a desistir novamente, mas cedeu pela dificuldade de aglutinar o seu grupo político (Republicanos, MDB, PSD e Podemos) em torno da própria candidatura.

Na terça-feira, Lula pediu ao presidente do PSD, Gilberto Kassab, para retirar a candidatura de Brito por um consenso para eleger Pereira. O presidente do PSD, porém, disse que precisava de mais tempo para avaliar. No partido, acredita-se que Brito seria mais forte contra Elmar Nascimento pelo trânsito entre o baixo clero e popularidade na Casa.

Com um acordo distante entre o bloco PSD, Republicanos e MDB, e com Lira pressionando para decidir logo o candidato, Pereira desistiu na terça-feira e lançou Motta. Em tese, um nome capaz de unir esses grupos todos, já que conta com apoio de Lira e do PP, além de maior simpatia por parte do governo do que Nascimento — que tem histórico de oposição ao PT na Bahia.

> "O presidente representa a Casa, é independente"
> *Antonio Brito*

O presidente da Câmara pediu ao Republicanos que ainda não faça o anúncio oficial da troca para que possa convencer Nascimento a recuar em prol do acordo. Deve ser oferecida a ele a vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), que será indicada pela Câmara até 2026 com a aposentadoria de Aroldo Cedraz. Mas, até o fechamento desta edição, aliados não tiveram sucesso em contactá-lo, o que foi visto como sinal de insatisfação.

No caso de Brito, petistas dizem que o mais provável é que ele também desista agora, já que seu principal ativo era o apoio de parte do governo. Mas, da mesma forma, também não havia ainda uma decisão neste sentido.

Outra dúvida na noite de terça-feira entre os deputados é o impacto dessa decisão para o governo Lula. O petista quebrou a promessa de não se envolver na disputa do Legislativo e atuou ativamente em favor de um acordo que pode ungir o candidato do Republicanos ao comando da Câmara. Por um lado, isso o aproxima mais do partido e pode facilitar a governabilidade. Por outro, pode atrapalhar as relações com o União e dar mais força a um dos principais aliados de Ciro Nogueira.

INÊS 249

Eleições Prefeito de BH é o segundo candidato sabatinado pelo "Valor", "O Globo" e rádio CBN

Noman lamenta rompimento com Kalil e diz que obras são principal marca do seu governo



Ívina Garcia
De São Paulo

Em sabatina do **Valor**, "O Globo" e rádio CBN, na manhã de terça-feira (3), o prefeito e candidato à reeleição em Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), colocou-se como um candidato sem padrinhos políticos, apesar de ter o apoio do deputado federal Aécio Neves (PSDB) e de estar em uma coligação com seis partidos. Disse que as obras que executou durante a gestão são a principal marca do seu governo e lamentou o rompimento com o ex-prefeito Alexandre Kalil, de quem foi vice, por "divergências com o partido".

Segundo Noman, o ex-aliado teria mudado de posição porque o PSD não deu espaço para que ele pudesse se candidatar ao governo do Estado nas eleições de 2026.

Noman foi vice de Kalil nas eleições de 2020. Assumiu a prefeitura em 2022, depois de Kalil renunciar ao cargo para concorrer ao governo do Estado. Kalil perdeu a eleição para o atual governador, Romeu Zema (Novo). Apesar de adversários políticos, ambos — Zema e Kalil —, apoiam o candidato Mauro Tramonte (Republicanos) para a Prefeitura de BH.

Além de apoiar um adversário de Fuad Noman, Kalil também tem feito críticas à atual gestão. Disse, recentemente, não ter confiança no ex-companheiro de chapa e, em postagem nas redes sociais, chamou a administração atual de "desastre".

"Eu não quero fazer polêmica. Me entristece a posição do ex-prefeito", disse Noman inicialmente. Emendou, em seguida, no entanto, que o ex-aliado mudou rapidamente de opinião após perceber que o PSD não estava dando espaço para uma candidatura ao governo do Estado em 2026.

"Ele estava discutindo a possibilidade [de apoio], ele estava aberto a conversar com a gente, mas percebeu que não tinha espaço para ser candidato em 2026 e foi procurar uma alternativa", afirmou o prefeito na sabatina.

Noman também disse não ter padrinho político, apesar do apoio do deputado federal Aécio Neves (PSDB). "Eu não tenho padrinho, eu não procurei padrinho. O padrinho pra mim são as obras que eu fiz. Se o Kalil viesse ótimo, seria bom pra mim. Ele não vindo, paciência. Eu sinto, mas não sofro por isso", afirmou.

Para Noman, Aécio talvez tenha sido "um dos melhores governadores que Minas Gerais já teve". Recordou ter sido seu secretário por oito anos, mas afirmou que, se reeleito, o deputado não terá influência sobre o seu secretariado. "Aécio em momento nenhum pediu nada. O prefeito, se for eleito, serei eu, e eu vou escolher as pessoas. Temos uma equipe qualificada, mas é possível que façamos mudanças estratégicas", afirmou.

Na última pesquisa Quaest, divulgada em 28 de agosto, Noman tinha 9% das intenções de voto e estava empatado tecnicamente, em segundo lugar, com outros quatro candidatos.

Tramonte estava na liderança, com 30% das intenções de voto. Em segundo estão a deputada federal Duda Salabert (PDT), com 12% das intenções de voto; o deputado Bruno Engler (PL), com 12%; Noman, com 9%; o senador Carlos Viana (Podemos), com 8%; e o deputado federal Rogério Correia (PT), 6%. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Com uma elevada taxa de desconhecimento — de mais de 40% — Fuad Noman justificou, na sabatina, que assumiu a prefeitura durante a pandemia. Disse ter "enfiado a cara no trabalho" e que não se preocupou "em fazer nenhum tipo de marketing pessoal"".

Agora, ele aposta nos debates e na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV para se tornar mais conhecido entre os eleitores e mostrar os feitos de sua gestão. "As pessoas vão começar a perceber que essa quantidade de obras em BH foi esse prefeito que fez. Fuad que fez", disse.

Noman ressaltou que as obras são a principal marca do seu governo. "Belo Horizonte sempre teve problema muito sério de enchente e nunca ninguém enfrentou. Nós estamos fazendo dez obras", afirmou. "As obras contra enchentes evitaram mortes."

O candidato garantiu que a capital mineira não fechará o ano com déficit, apesar da previsão inicial de R$ 200 milhões. Segundo Noman, a gestão tem acompanhado rigorosamente o fluxo de caixa e pretende gastar 100% do orçamento, como ocorreu no ano anterior.

"No ano passado, gastamos 98% do orçamento e, este ano, queremos gastar o mesmo, porque dinheiro não é para ficar tesourado; é para gastar com obras e serviços públicos", afirmou.

Alvo de críticas dos adversários, Noman reconheceu que a falta de um plano de carreira tem levado à evasão de médicos do sistema de saúde pública. Afirmou, no entanto, que está buscando maneiras de reforçar a permanência desses profissionais e de tornar a carreira no serviço público mais atrativa. "Sabemos que muitos saem para fazer uma especialização ou uma residência, e pensamos se não pode ser feita conjugada [com o serviço público]", disse.

Afirmou que durante o seu mandato foram contratados 3.450 profissionais, incluindo 941 médicos. "Estamos avaliando o que pode ser feito para melhorar a permanência dos médicos aqui", concluiu.

Quanto à promessa de zerar a fila das creches para crianças cadastradas, o prefeito admitiu que pode não ser cumprida este ano. "Essa vai ser uma demanda muito difícil de zerar 100% neste ano", afirmou, destacando, no entanto, que o número de vagas foi ampliado.

Segundo o candidato à reeleição, a infraestrutura escolar foi significativamente melhorada nos últimos anos. Ele afirmou que mais de 1,2 mil professores foram recentemente contratados para diversos níveis de ensino e que foi feita a ampliação de salas de aula e escolas.

Ponderou, ainda, que a ampliação das escolas de tempo integral depende, em parte, da aceitação por parte dos pais, o que dificultaria a realização da promessa no segundo semestre deste ano.

Fuad Noman foi o segundo participante da sabatina promovida pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN com os cinco candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto. As sabatinas serão realizadas com os cinco melhores colocados nas pesquisas de intenção de votos. Nesta quarta-feira será a vez do deputado Bruno Engler (PL); na quinta-feira, a deputada federal Duda Salabert (PDT); e na sexta-feira, o senador Carlos Viana (Podemos).

Os candidatos são entrevistados pelas colunistas Bela Megale e Renata Agostini, de "O Globo" e da CBN, pela âncora da rádio Shirley Souza e pela jornalista Cibelle Bouças, repórter do **Valor**.

Todas as entrevistas têm início às 10h30, com aproximadamente uma hora de duração, e transmissão ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos.

As próximas duas semanas serão dedicadas às disputas das prefeituras do Rio e de São Paulo. Dos dias 9 a 13 de setembro serão sabatinados os cinco primeiros colocados para a disputa.

A partir do dia 16 de setembro, os veículos entrevistam os cinco primeiros colocados na disputa à Prefeitura de São Paulo.



RAQUEL ROMAGNA/CBN

Fuad Noman: "O prefeito, se for eleito, serei eu, e eu vou escolher as pessoas. Temos uma equipe qualificada, mas é possível que façamos mudanças estratégicas"

valor.com.br
Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/03/veja-o-que-e-fato-ou-fake-na-sabatina-de-fuad-noman-para-o-globo-valor-e-cbn.ghtml

Datena passa dia no hospital, mas diz que não desistirá

Cristiane Agostine
De São Paulo

O apresentador e candidato do PSDB à Prefeitura de São Paulo, José Luiz Datena, passou a manhã e a tarde de terça-feira (3) em um hospital da capital paulista para realizar exames e disse que fará um cateterismo e colocará seu sétimo stent cardíaco depois das eleições. Mesmo com problemas de saúde, Datena afirmou que não desistirá de concorrer à prefeitura paulistana.

O candidato afirmou que não se sentiu bem na terça-feira, desmarcou atividades de campanha e cancelou a participação em uma sabatina do jornal "Folha de S.Paulo" e UOL para realizar exames no Hospital Sírio-Libanês.

"Mais para frente vou ter que fazer o sétimo cateterismo e botar o sétimo stent. Estou virando o Robocop. O que tem de pecinha no meu coração... Mas isso mais para frente, depois da eleição", disse Datena. O candidato lembrou que está com 67 anos, disse que é diabético e tem "probleminhas" de saúde.

O stent é um pequeno dispositivo, em forma de tubo, que é inserido no interior de uma artéria para prevenir ou evitar a obstrução do fluxo sanguíneo do local, restaurando a corrente sanguínea na artéria coronária.

Datena disse que "está bem" e relatou que não imaginava que o ritmo de uma campanha eleitoral fosse tão pesado. "Eu pensava que seria mais fácil, mas é extenuante, é estressante e de repente você tem que consertar, dirigir o rumo", disse. O candidato do PSDB citou ainda o ex-governador Mário Covas e o ex-prefeito Bruno Covas, que morreram de câncer, para afirmar que os dois tucanos "sustentaram" um governo mesmo doentes. E reiterou que não desistirá da disputa.

"Vou ser prefeito de São Paulo se o povo quiser me eleger. Não vou lutar desesperadamente para ser prefeito de São Paulo nem de lugar nenhum. Acho que as pessoas têm que ser eleitas. Se o povo escolher, tudo bem, se não escolher, pelo menos eu tentei. Das outras vezes eu não tentei e me arrependo", disse. "Claro que eu não vou desistir da campanha."

Questionado se os problemas de saúde poderão fazê-lo mudar de ideia e desistir, negou novamente. "Se eu ganhar a Prefeitura de São Paulo, a primeira pergunta que vão me fazer é se eu vou renunciar, porque até agora estão me perguntando se eu vou desistir. É claro que eu não vou desistir. É claro que não afeta a minha candidatura. 'Ah, prejudica seu rendimento'... Prejudica se eu tiver um infarto e morrer. Eu nunca vi ninguém ser eleito morto. Mas estou com saúde suficiente para disputar a eleição. Foi uma intercorrência um pouco mais séria, mas aparentemente está resolvido", declarou ao falar com a imprensa, na porta do hospital.

Datena disse que deve descansar nesta quarta-feira, mas que manterá o ritmo de campanha até as eleições. Sem citar nomes, o candidato falou que adversários torcem até mesmo por sua morte.

Nas redes sociais, o ex-presidente do PSDB paulistano Fernando Alfredo, que foi expulso do partido depois de boicotar a candidatura de Datena, afirmou que o candidato desistirá da disputa e que "usará" problemas de saúde como uma suposta desculpa para justificar sua saída. Datena, no entanto, refutou essa hipótese. "Vou até o fim. Não importa em que posição vou ficar. Eu quero dar a São Paulo a oportunidade de votar em mais um cara que é interessado."


CRISTIANE AGOSTINE/ VALOR

Datena colocará o 7º stent no coração

Tarcísio vai a Bolsonaro para discutir apoio a Nunes

De São Paulo

Com o avanço do influenciador e candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, sobre o eleitorado bolsonarista na capital paulista, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vão se reunir na tarde desta quarta-feira (4), em Brasília, para discutir o apoio à candidatura à reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Bolsonaro alertou recentemente Tarcísio sobre os riscos de desgaste político com o apoio à reeleição do prefeito. Nas redes sociais, o governador tem sido criticado por bolsonaristas por defender Nunes e não Marçal na disputa paulistana. Aliados do ex-presidente têm se aproximado do candidato do PRTB, ao mesmo tempo em que se distanciam de Nunes.

O governador, no entanto, foi um dos principais articuladores da aliança de Nunes com bolsonaristas, que culminou com a indicação do coronel Mello Araújo (PL) para a vice do prefeito, por indicação do ex-presidente. Tarcísio tem reforçado o apoio ao prefeito e participado diretamente da estratégia de campanha.

Há duas semanas, depois de Bolsonaro falar publicamente que Nunes não é o candidato dos sonhos e elogiar Marçal, Tarcísio fez uma reunião na sede do governo paulista com o prefeito, o marqueteiro da campanha, Duda Lima, e o deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), para discutir como lidar com o crescimento do candidato do PRTB. A família Bolsonaro tem oscilado entre o apoio a Nunes e acenos a Marçal, evitando romper politicamente com um dos dois candidatos da direita em São Paulo.

No ato de 7 de setembro organizado por bolsonaristas na capital paulista, Marçal e Nunes já deram indicações de que vão participar, junto com Bolsonaro.

Tarcísio evita embates diretos com Marçal. Em paralelo, tem participado de agendas de campanha de Nunes e é exibido pelo prefeito na propaganda eleitoral. Desde o início oficial da campanha, no dia 16 de agosto, foram ao menos três dias de agendas conjuntas entre prefeito e governador. Nesta terça-feira (3), Tarcísio disse que vai "intensificar" sua participação na campanha do prefeito.

"Vamos intensificar, sim, para mostrar a importância da parceria. A parceria do governo do estado com a prefeitura dá resultado. Não é possível a gente resolver problema numa cidade com 12 milhões de habitantes se não tiver trabalho conjunto entre estado e prefeitura", disse o governador, depois de agenda com Nunes. *(CA)*


EDILSON DANTAS/O GLOBO

Bolsonaro teria advertido Tarcísio sobre risco de desgaste ao apoiar prefeito

Medida contra opositor de Maduro 'preocupa' Brasil e Colômbia

Murillo Camarotto
De Brasília

Os governos de Brasil e Colômbia voltaram a se manifestar sobre os desdobramentos da eleição presidencial na Venezuela. Desta vez, o comunicado conjunto manifestou preocupação com a ordem de prisão contra Edmundo González, que disputou a eleição em 28 de julho contra o presidente Nicolás Maduro. Antes, o assessor internacional do Palácio do Planalto, Celso Amorim, declarou em entrevista ver uma "escalada autoritária" na Venezuela e que o Brasil não aceitará prisões políticas.

Conforme apurou o **Valor**, um eventual cumprimento da ordem de prisão pode levar o governo brasileiro a elevar ainda mais o tom contra o regime. Fontes no Ministério das Relações Exteriores disseram que "será difícil ignorar" se a prisão do oposicionista — hoje, foragido — se concretizar.

"Esta medida judicial afeta gravemente os compromissos assumidos pelo governo venezuelano no âmbito dos Acordos de Barbados, em que governo e oposição reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da democracia e a promoção de uma cultura de tolerância e convivência", diz o comunicado.

"[O pedido de prisão] dificulta, ademais, a busca por solução pacífica, com base no diálogo entre as principais forças políticas venezuelanas", completa a nota.

À agência Reuters, Amorim disse que "não há como negar" a escalada autoritária na Venezuela. "Não sentimos abertura para o diálogo; há uma reação muito forte a qualquer comentário", afirmou ele. "A situação da eleição na Venezuela não está resolvida; nós não vemos a vitória de um lado ou de outro. Seria uma prisão política, e não aceitamos presos políticos", completou.

O grau de endurecimento da posição brasileira diante de um eventual cumprimento da ordem de prisão, contudo, ainda é incerto. Segundo diplomatas, a forma pela qual os acontecimentos se apresentarem na Venezuela é que vai delinear a reação, portanto, a ordem é esperar.

As hostilidades entre Brasília e Caracas se intensificaram nas semanas que se seguiram a eleição presidencial venezuelana. Apesar do histórico alinhamento ao regime chavista, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — assim como a maioria dos países do mundo — não reconheceu o resultado do pleito, que indicou sem provas a vitória de Maduro.

Tanto Lula quanto Amorim já disseram publicamente que o Brasil não vai reconhecer o resultado eleitoral sem a apresentação das atas das urnas, o que o regime não fez e não deve mais fazer. Apesar da falta de respaldo internacional, Maduro seguiu reprimindo opositores, mas a eventual prisão de González pode obrigar a comunidade internacional a uma reação maior.

González foi acusado pela procuradoria venezuelana de crimes como usurpação de funções da autoridade eleitoral, falsificação de documentos oficiais, incitação de atividades ilegais, sabotagem de sistemas e associação criminosa. Ele foi o nome escolhido para enfrentar Maduro após a principal expoente da oposição, María Corina Machado, ter a candidatura inabilitada pelo regime.

"Maduro perdeu completamente o contato com a realidade. O mandado de prisão emitido pelo regime para ameaçar o presidente eleito Edmundo González ultrapassa uma nova linha que apenas fortalece a determinação do nosso movimento", afirmou a líder opositora. ***(Com agências internacionais)***

Argentina Com os cortes dos repasses do governo federal, uma das províncias mais pobres do país enfrenta uma recessão profunda

La Rioja lança moeda própria para driblar 'choque' de Milei

Ignacio Olivera Doll
Bloomberg

Há poucos lugares na Argentina tão pobres quanto La Rioja, uma sonolenta e desolada província no noroeste do país que faz limite com o Chile. É ali, em La Rioja, onde melhor se pode observar as consequências da terapia de choque do presidente da Argentina, Javier Milei — uma tentativa de domar a inflação crônica. Quando Milei fez um grande corte nas transferências mensais de dinheiro do governo federal para as províncias, La Rioja quebrou. Em fevereiro, entrou em inadimplência. Em pouco tempo, a economia local mergulhou em uma profunda recessão.

O governador Ricardo Quintela, um crítico aberto de Milei, elaborou seu próprio plano radical contra a crise. Criou uma moeda própria da província, o chacho, mandou imprimir as cédulas e começou a distribuí-las em maços de 50 mil chachos a todos os funcionários públicos. Trata-se de uma pequena bonificação, segundo Quintela, para ajudar as pessoas a consumir mais dos produtos básicos que haviam passado a comprar menos. Os donos de lojas não são obrigados a aceitar chachos, mas são fortemente encorajados. Cada chacho vale 1 peso argentino.

Em uma manhã fria no fim de agosto, os trabalhadores da província se agasalharam bem e correram para entrar nas filas para receber a nova moeda. O pagamento, equivalente a cerca de US$ 40, representa um bom dinheiro em uma província onde o salário mensal médio é de US$ 240.

Eles não perderam tempo em gastar os chachos. Em um posto de gasolina na capital da província, houve aumento de 10% no movimento naquela manhã. No Noed-Fama, um pequeno açougue de esquina, cerca de metade dos clientes naquela primeira semana pagaram com a nova moeda. Juan Bonaldi, um caixa da loja, disse que os donos, receosos de ficarem com muitos chachos encalhados, criaram suas próprias (e bem detalhadas) regras: se a compra for feita na nova moeda, o troco em pesos pode ser de até 20% do valor das cédulas de chachos que eles estiverem entregando. Caso o troco precise ser maior, será feito em chachos ou, quando não for possível, o pedido será cancelado.

Segundo orientações de Quintela, os comerciantes que queiram se livrar logo de seus chachos podem ir a dois escritórios do governo na capital que, após uma espera obrigatória de 48 horas, os trocarão por pesos. Se esperarem até dezembro, segundo Quintela, o governo provincial pagará 1,17 pesos por chacho, uma taxa de juros de 17% em pesos que, anualizada, equivale a mais de 50%.



NATALIA FAVRE/BLOOMBERG

Funcionários públicos da província de La Rioja esperam horas na fila para receber seu maço de 50 mil chachos



NATALIA FAVRE/BLOOMBERG

Notas de chachos, moeda de La Rioja

Isso ilustra a essência do que, em última análise, é o esquema do chacho: uma forma de uma província inadimplente, que teve os repasses federais de dinheiro cortados e ficou sem acesso aos mercados de dívida nacionais e internacionais, obter financiamento e continuar gastando.

Mesmo em um país conhecido pelo inchaço do setor público, La Rioja se sobressai. Controlado pelo partido peronista de esquerda que governou o país na maior parte deste século, o governo emprega dois em cada três trabalhadores da província. E é dono de dezenas de empresas — mineradoras, vinhedos, granjas avícolas, fábricas de vidro — por meio das quais controla grande parte da economia local. Depois que Milei iniciou sua tentativa frenética de romper com esse modelo econômico peronista e transformar o país, talvez fosse inevitável que La Rioja fosse a primeira a quebrar. Críticos do governo provincial o rotulam de forma condenatória: Venezuela.

Mariana Chanampa, vice-presidente de uma câmara de comércio fora da capital da província de La Rioja, diz que a disposição das pessoas em ficar horas na fila "para receber uma ajuda que lhes permitirá comer" por alguns dias mostra como a comparação com a Venezuela é apropriada. O chacho, diz ela, "é um reflexo dessa pobreza".

Assessores do governador não quiseram fazer comentários sobre a adoção da moeda.

Os chachos vêm em denominações de 1 mil a 50 mil. Cerca de 3 bilhões deles, ou aproximadamente US$ 3 milhões, foram distribuídos. Há planos para que, em breve, isso aumente para 9 bilhões de chachos. Coisa pequena, por enquanto, mas um sinal, segundo especialistas, do que está por vir, talvez, em todo o país. Se parecer que a aposta funcionou bem em La Rioja — ou pelo menos se ela conseguir conquistar pontos políticos para Quintela — outros governadores podem seguir o exemplo.

"Quem pode afirmar que outro governador não fará algo similar?", diz Nicolas Casas, professor de economia na Universidade Nacional de La Rioja. Ele duvida que alguma outra tente o mesmo tão cedo, mas acha que o apoio à ideia pode começar a aumentar. "Isso é como uma bola de neve."

Isso já ocorreu antes. No início dos anos 2000, quando o governo federal impôs um plano de austeridade no país similar ao de Milei hoje, as províncias correram para emitir suas próprias moedas. No total, mais 12 províncias, incluindo La Rioja, imprimiram novas moedas. (La Rioja também havia feito o mesmo nos anos 80)

As moedas tiveram resultados variados enquanto país se afundava cada vez mais em uma crise, até todas serem trocadas por pesos pelo novo governo peronista que chegou ao poder em 2003.

Milei não falou sobre os chachos, mas indicou que, fiel a sua filosofia libertária, não irá proibi-los, como alguns de seus aliados conclamaram, nem se oferecerá para trocá-los por pesos. "De jeito nenhum", publicou no X.

O esquema prevê uma taxa de conversão inflexível, de 1-por-1, entre o chacho e o peso. Segundo Quintela, embora as lojas possam se recusar a aceitar chachos, não podem impor descontos ao aceitá-los como pagamento. Os infratores, prometeu, serão fechados.

É uma regra difícil de aplicar, no entanto. O chacho tem limitações óbvias. "Você precisa rodar por todos os lados para ver que lojas os aceitam", disse a professora Edith Leguize. E, é claro, são inúteis para quem viaja a províncias vizinhas.

Também, há restrições aos donos de empresas, como usar os chachos para pagar salários. Por isso, muitas lojas só oferecem vales de crédito como troco aos clientes que pagam com chachos. E já há sites de compra de chachos com um desconto de 10% no valor de face.

Preocupação com custos da moradia aumenta entre países mais ricos

Valentina Romei e Sam Fleming
Financial Times, de Londres

A insatisfação com os custos de moradia atingiu um recorde nos países ricos, superando preocupações com saúde e educação. Metade dos entrevistados em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disseram estar insatisfeitos com a oferta de moradias, apontam números da Gallup Analytics. Isso é um aumento acentuado desde que os bancos centrais elevaram as taxas de juros para enfrentar a pior onda inflacionária em uma geração.

Embora taxas mais altas tenham ajudado a reduzir o preço dos imóveis em vários países europeus, a habitação continua mais cara do que antes da pandemia — mesmo antes de levar em conta o custo mais alto dos empréstimos.

Nos EUA, os preços dos imóveis dispararam apesar dos aumentos nas taxas de juros. Quase 60% dos consultados na maior economia do mundo disseram estar insatisfeitos com a oferta de moradias.

Enquanto isso, os alugueis subiram no momento em que preços mais altos de outros itens essenciais, como alimentos e combustíveis, corroem a renda disponível.

Os pesquisadores atribuem em parte a falta da construção de moradias pela crise de oferta. "Basicamente, não estamos construindo o suficiente", diz Willem Adema, economista da divisão de política social da OCDE, acrescentando que incorporadores imobiliários frequentemente visam as famílias mais ricas, aumentando a pressão sobre as de renda mais baixa.

Andrew Wishart, analista da Capital Economics, diz: "As tendências populacionais podem mudar muito mais rápido do que você pode mudar a oferta de moradias".

O descontentamento com a moradia deverá ter um papel importante nas eleições deste ano, especialmente nos EUA, onde os eleitores votam em novembro.

O preço médio das moradias está agora quase 38% mais alto do que quando o presidente dos EUA, Joe Biden, assumiu em janeiro de 2021, mostra o índice Case-Shiller.

Uma pesquisa do Centro Conjunto de Estudos de Habitação da Universidade Harvard mostra que a mensalidade de uma casa com preço mediano, com um crédito de baixo depósito (uma baixa diferença entre o valor do imóvel e do empréstimo no início do financiamento), preferido pelos compradores de primeira viagem, é de US$ 3.096 — de cerca de US$ 2.000 em janeiro de 2021.

Enquanto isso, muitos proprietários de imóveis existentes estão presos a financiamentos de 30 anos a taxas ultrabaixas, e como um todo estão pagando menos no serviço da dívida do que em qualquer outro momento desde 1980, segundo a Universidade Harvard.

Os dados da Gallup — com base nas respostas de mais de 37 mil pessoas dos 37 países ricos da OCDE — mostram que o descontentamento com a falta de acesso às moradias é o maior entre as pessoas com menos de 30 anos e aquelas que estão na faixa de 30 a 49, muitas das quais podem estar tentando entrar no mercado imobiliário.

Cerca de 44% das pessoas com mais de 50 anos estão insatisfeitas com a moradia nos países da OCDE, mas a proporção sobe para 55% entre as pessoas com menos de 30 anos e para 56% entre aquelas com idades entre 30 e 49 anos.

Na Inglaterra, os preços das moradias estão agora oito vezes maiores do que o salário anual médio, segundo estatísticas oficiais. Isso é mais do que duas vezes a relação vista quando o último governo trabalhista assumiu em 1997. O número de famílias vivendo em acomodações temporárias na Inglaterra também se encontra num patamar recorde de alta.

> "Não estamos construindo imóveis suficientes para conter crise"
> *Willem Adema*

Cerca de 30% da população nos países ricos está insatisfeita com os sistemas de saúde, educação e transporte público. A infelicidade com o padrão de vida aumentou em 2023, mas apenas ligeiramente, passando de 24% para 25%.

A Pesquisa Mundial Gallup é compilada anualmente, com o estudo de 2023 baseado nas respostas de 145.702 pessoas em 142 países e ponderado de acordo com a população. Os participantes são indagados sobre questões socioeconômicas e políticas.

Alguns países onde os dados de 2024 já estão disponíveis vêm apresentando um aumento maior na insatisfação com a moradia este ano. Na Alemanha, a parcela dos insatisfeitos com a oferta de moradias subiu para um novo patamar de 46%, comparado a 42% em 2023, sendo também mais do que o dobro dos níveis de 2012. Na Espanha, a parcela dos que estão insatisfeitos com a moradia subiu para 62% em 2024, a maior desde a crise financeira.

Casas ficam caras em países ricos
Índice de preços pelo valor nominal, 2015=100

OCDE · Reino Unido · EUA · Zona do euro

140
120
100

Jan 2010 · Jan 2012 · Jan 2014 · Jan 2016 · Jan 2018 · Jan 2020 · Jan 2022 · Jan 2024

Fonte: OCDE/FT

Curtas

Ataque russo mata 50
Um ataque com mísseis russos matou mais de 50 pessoas em Poltava, leste da Ucrânia. Autoridades de Kiev disseram que o ataque foi um dos piores desde a invasão da Rússia, há dois anos e meio.

Espionagem chinesa
Uma ex-assessora da governadora de Nova York foi acusada de ser agente chinesa. Linda Sun, nascida na China, evitou aproximações com Taiwan e fraudou cartas para chineses entrarem nos EUA.

Netanyahu não cede
Mesmo enfrentando protestos em Israel, o premiê Benjamin Netanyahu disse ontem que não cederá ao Hamas para obter um acordo e liberar reféns. Ele insistiu que manterá soldados no sul de Gaza.

China reage a Canadá
A China deve abrir investigações de dumping sobre algumas importações canadenses. A medida ampliar as tensões comerciais após o Canadá impor tarifas sobre veículos elétricos chineses.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

PIB cresce mais que previsto e acende alerta sobre gasto fiscal

A economia acelerou seu ritmo no segundo trimestre do ano e cresceu 1,4%, muito acima da mediana das expectativas dos economistas consultados pelo **Valor** e perto do topo delas, de 1,5%. Na relação do segundo trimestre passado com o segundo de 2023, o PIB avançou 3,3% e, no primeiro semestre, 2,9%. Os estímulos fiscais explicam boa parte do crescimento, que deixa uma herança estatística de 2,5% — o quanto o PIB evoluirá no ano se a expansão for zero nos dois trimestres restantes. Todos os componentes da demanda cresceram, mas os investimentos cresceram a uma velocidade menor e, sob algumas métricas, ainda não avançaram. O aumento do consumo tem sido mais rápido do que o da capacidade produtiva — um alerta para a possibilidade de inflação maior.

Os números do IBGE mostram que a economia pode ter entrado no túnel do tempo, ou seja, adquiriu um ritmo de expansão que não se vê há uma década, com a diferença de que no triênio 2011-2014 a taxa de investimento era maior. Em quase todas as comparações, de trimestre contra trimestre do ano anterior, semestre contra semestre ou taxa acumulada em quatro trimestres, o ritmo da expansão do consumo das famílias e dos gastos do governo agora foi tão forte quanto no início de 2011, excetuado o período da pandemia. Nele, a economia mergulhou velozmente em recessão, para se recuperar com igual rapidez em seguida.

Os gastos das famílias aumentaram 4,9% no segundo trimestre do ano em relação ao segundo do ano passado. O consumo do governo subiu 3,1%. Essas taxas se assemelham à conjuntura existente no início da década de 2010, marcada, a partir de 2015, pela maior recessão da história republicana. O mercado de trabalho estava então perto do pleno emprego, como agora, e a inflação primeiro ficou no teto da meta da inflação, de 6%, para depois ultrapassá-la e se alojar na casa dos dois dígitos. No período também houve forte expansão fiscal, mas heterodoxa, com as pedaladas ilegais que escondiam gastos não previstos no orçamento. A diferença é que agora a expansão das despesas consta do próprio regime fiscal, à razão de aumento de 0,6% a 2,5% acima da inflação.

A indústria de transformação ressuscitou, crescendo a 1,8% em relação ao primeiro trimestre do ano, e nada menos de 3,9% sobre o segundo trimestre de 2023, puxada pelos serviços de energia, gás e esgoto, que deram um salto de 2%. Importante para o crescimento geral, a construção civil avançou 3,5%. A expansão é ainda maior na comparação com o segundo trimestre de 2023, de 3,9%, com o setor de transformação a um ritmo de 3,6% e a construção civil, de 4,4%.

Os serviços puxaram o PIB pelo lado da oferta, com 1% de avanço na ponta, contra o trimestre anterior, e de 3,5% sobre o mesmo trimestre de 2023. Este é o setor que mais tem chamado a atenção do Banco Central, pois tem crescido acima da média da inflação. Informação e comunicação têm liderado o crescimento, seguido por outras atividades de serviços (4,5% em 12 meses), um segmento que se move muito em função da renda e da evolução dos salários. É o simétrico do consumo das famílias, pelo lado da demanda, que mostra igualmente forte expansão.

Os investimentos tiveram alguma recuperação na ponta, devido em boa parte ao aumento da importação de bens de capital. No trimestre, cresceram 2,1%, e 5,7% em 12 meses, mas sua evolução na taxa acumulada em quatro trimestres é ainda negativa, de -0,9%. A trajetória segue abaixo do avanço do PIB na mesma comparação, de 2,5%, e do consumo das famílias, de 3,7%. A taxa de investimento geral da economia subiu para 16,8%, ante 16,4% do PIB no segundo trimestre de 2023, ao passo que a taxa de poupança diminuiu de 16,8% para 16%.

De maneira geral, o PIB cresce em um ritmo semelhante ao do início da década passada, sem que os investimentos estejam perto do nível da época, quando chegaram ao pico do século no segundo trimestre de 2014, de 21,1% do PIB, para nunca mais sequer se aproximarem dele.

Com o embalo do impulso fiscal, que aqueceu o mercado de trabalho e diminuiu o desemprego a seu menor nível da série histórica para o mês de julho, os salários subiram acima da inflação. A renda disponível bruta aumentou 7,1%, de R$ 2,62 trilhões no segundo trimestre de 2023 para R$ 2,8 trilhões no segundo trimestre deste ano. Despesas de consumo final seguiram o mesmo compasso e subiram 7,18% — e os do governo, 9,6%.

A inflação, diante do crescimento robusto, reluta em cair e ameaça subir, como mostra a mais recente ata do Comitê de Política Monetária, que indica que novo ciclo de alta de juros é uma possibilidade iminente. O governo deveria então concentrar-se em zerar o déficit público e cortar gastos, já que tudo indica que novos bloqueios e contingenciamentos serão necessários para isso. Manter as despesas nos níveis correntes e assistir passivamente à elevação da inflação não é uma opção. Seria corroborar erroneamente o enredo de expansão além das possibilidades da economia que terminou em um desastre no governo de Dilma Rousseff, do qual o país levou uma década para começar a se recuperar.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Bioma precisa de solução baseada na natureza e nas pessoas. Por **Andrea Azevedo, Valmir Ortega e Marcello Brito**

Pecuária como parte da solução na Amazônia

Parte da opinião pública considera que a pecuária deve desaparecer da Amazônia, por associar a atividade ao desmatamento. Mas essa avaliação deixa de levar em conta que a produção de bovinos pode, sim, ser parte da solução para a manutenção da floresta em pé no bioma. Precisamos assumir a necessidade de fomentar uma pecuária diferente, que seja conduzida sem derrubar uma árvore (ao contrário, que os pastos possam ser consorciados com florestas) e que seja mais produtiva, gerando mais retorno ao produtor, sobretudo ao pequeno, a partir de práticas regenerativas, armazenando mais carbono e enriquecendo a terra. Isso não é um sonho.

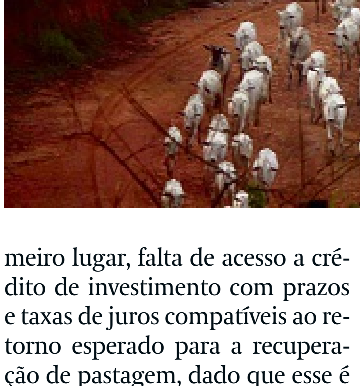
A pecuária não vai sumir da Amazônia Legal repentinamente, dado que 42% do rebanho brasileiro está na região, ou seja, é uma questão de escala. Existem praticamente 60 milhões de hectares com pastos, segundo o MapBiomas, e 15% do PIB dos Estados da Amazônia Legal é representado por essa atividade. Além disso, há uma questão cultural — uma vez que uma parte significativa das famílias que emigraram para ocupar a região ao longo do século 20 e no início do 21 se dedicaram à produção de carne e leite. Esses pontos nos indicam que o desenvolvimento da pecuária na Amazonia não requer que a retiremos da região, dada sua escala, mas, sim, que haja a necessidade de mudança no processo de produção e nas políticas públicas em vigor.

O Brasil já tem diversas tecnologias avançadas desenvolvidas para o setor, que refletem uma produtividade maior e que são aplicadas por aproximadamente 22% dos produtores, abrangendo 31,8% da produção de bovinos (análise Athenagro a partir dos dados do IBGE). Além disso, sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta com biotecnologia e agricultura de precisão são um exemplo de tecnologias que ajudam a diminuir a emissão de gases de efeito estufa, com dados mostrando uma redução de 36% em consórcios de forragens com oleaginosas e leguminosas, como descreve a Embrapa. Mas e o que ocorre com os outros 80%?

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), quase 500 mil propriedades na Amazônia estão nas mãos de pequenos produtores da agricultura familiar (83% das propriedades da região), sendo que 78% das propriedades geridas por agricultores ou agricultoras familiares têm pecuária. Isso representa 30% do total da área ocupada por propriedades rurais e mais de 200 mil famílias dependendo da atividade para sobreviver. Diante desse cenário, existe uma urgência em desenvolver alternativas que fomentem a adoção de práticas produtivas regenerativas e de baixo carbono na pecuária capazes de superar as barreiras socioeconômicas que acabam estimulando o desmatamento.

De acordo com dados do MapBiomas, existem hoje aproximadamente 10 milhões de hectares de áreas degradadas em propriedades de até 200 hectares na Amazônia (1/3 da área total de pastos com algum nível de degradação na Amazônia). Por aí seria um caminho para ampliar a produção rural no bioma e promover a inclusão produtiva e de renda. Entretanto, a maioria dos produtores pequenos e médios enfrentam três desafios principais na transição para uma pecuária mais regenerativa e sustentável: em primeiro lugar, falta de acesso a crédito de investimento com prazos e taxas de juros compatíveis ao retorno esperado para a recuperação de pastagem, dado que esse é um financiamento de mais longo prazo e mais difícil de conseguir.

EVANDRO MONTEIRO/VALOR



Segundo aspecto: a dificuldade para acessar uma assistência técnica eficiente que promova efetivamente a melhoria da produtividade, via tecnologias, por exemplo, relacionadas à genética, ao manejo de pastagem e à suplementação alimentar. De acordo com o IBGE (2017), somente 9% da agricultura familiar da região Norte recebe alguma assistência técnica pública. Em terceiro lugar, e não menos importante, falta acesso a insumos com preços competitivos, por causa da pequena escala.

Podemos acrescentar ainda um quarto desafio: a conformidade na regularização ambiental e fundiária, presente em muitos casos e que inviabiliza a permanência na cadeia formal de negócios.

Tanto a fiscalização do poder público sobre o desmatamento ilegal como as políticas de rastreabilidade bovina realizadas hoje por empresas privadas que atuam na região são instrumentos essenciais para baixar o risco ligado à produção pecuária na Amazônia. Contudo, sozinhos, eles não conseguem endereçar esses desafios essencialmente econômicos e dos quais derivam problemas ambientais e sociais que assolam a Amazônia rural. Prova disso é que o desmatamento desde 2008 tem se mantido na faixa de 28% em relação ao desmatamento total no bioma Amazônico (IPAM, 2023).

Considerado esse cenário, é crucial que todos os setores da sociedade, inclusive a filantropia (por meio de capital catalítico), bancos de desenvolvimento (BNDES e outros) e o mercado financeiro (por meio de investimentos em startups de impacto e instrumentos de crédito), fomentem a escala de modelos de negócios que avancem na solução desses desafios, de maneira mais integrada, priorizando a inclusão dos pequenos produtores na cadeia formal da pecuária e a superação dos desafios estruturantes apontados.

O negócio de impacto Rio Capim Agrossilvipastoril, iniciado em 2023, é um exemplo que inova na cadeia da pecuária, incluindo pequenos produtores como parceiros comerciais, levando assistência técnica e crédito público para recuperação de pastagens, além de acesso ao mercados. Após o início do negócio, a Rio Capim e a gestora de investimentos Vox Capital se uniram para lançar um instrumento financeiro (CRA) de capital híbrido para captar mais R$ 100 milhões para financiar a escala do negócio.

Esse tipo de iniciativa deve ganhar escala, pois é essencial para a regulação do clima e para a inclusão do pequeno produtor de pecuária da Amazônia em uma atividade mais produtiva, com rastreabilidade desde o bezerro e sem desmatamento. Isso significa, no fim do dia, interromper a pressão para abertura de novas áreas, liberando áreas de pastagens degradadas para o plantio de florestas, de agroflorestas ou para regeneração natural, quando for o caso.

Em resumo, advogamos, sobretudo, a favor da inclusão dos pequenos produtores nesse processo. As pessoas não podem ser esquecidas nessa transição para uma economia de baixo carbono, pois elas são a chave para a sustentabilidade dos negócios. Caso fiquem de fora do processo, corremos um sério risco de agravar ainda mais as desigualdades socioeconômicas na Amazônia. A expressão da vez para mudanças climáticas em países como o Brasil é a Nature-based solutions, que significa soluções baseadas na natureza. Estamos propondo a Nature & People based solutions.

Andrea Azevedo é diretora-executiva do Fundo JBS pela Amazônia e integrante do comitê executivo da Uma Concertação pela Amazônia e conselho consultivo da Conservação Internacional- Brasil.
Valmir Ortega é CEO da Belterra e da Rio Capim Agrossilvipastoril.
Marcello Brito é secretário-executivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL).

INÊS 249

Bancos centrais e os mercados financeiros

José Júlio Senna



Num livro de 2004, denominado "The Quiet Revolution", Alan Blinder reuniu três conferências que proferira em Yale como parte da "Arthur Okun Memorial Lecture Series", em homenagem ao antigo professor daquela universidade. As conferências cobriram três aspectos distintos do que Blinder considera ter constituído uma espécie de "revolução" no mundo dos bancos centrais.

O primeiro tem a ver com a maior transparência com que os banqueiros centrais passaram a administrar suas políticas, abandonando o mistério que cercava tudo o que faziam. Ilustrativas da maneira antiga de pensar são as palavras de Montagu Norman, presidente do Banco da Inglaterra por mais de 20 anos (1920-1944): "Nunca se explique, jamais se justifique". Por certo, banqueiros centrais transparentes constituem um avanço. Quando os participantes de mercado têm um bom entendimento acerca da estratégia da autoridade monetária e de como ela reage a determinadas situações, eles se antecipam ao que está para acontecer. Isso concorre para ampliar a eficácia da política monetária. O custo de atingir determinado objetivo fica mais baixo.

O segundo refere-se à ideia de entregar o comando da política monetária a um comitê, algo que supostamente tende a melhorar a qualidade das decisões, comparativamente ao arranjo antigo, de escolhas individuais. Diante do fato de que decisões de política monetária são tomadas em ambiente de muita incerteza, melhor realmente dividir a responsabilidade. De modo geral, há incertezas tanto quanto ao curso futuro da economia, quanto sobre as reações do mercado, do público e do próprio meio político às ações das autoridades.

O terceiro aspecto tem a ver com a maneira pela qual os banqueiros centrais enxergam as estatísticas financeiras. A ideia antiga era ignorar o mercado. A mudança aqui foi no sentido de que as autoridades passaram a respeitar os mercados. Sobre este ponto, a reação de Blinder não deixou de ser positiva, mas envolveu certa apreensão. De um lado, bancos centrais não devem realmente ignorar os sinais de mercado. De outro, há o risco de levarem tal ideia ao extremo, sentindo-se "tentados a seguir os mercados", pondo em prática "a política monetária que os mercados esperam ou demandam".

De onde vem a preocupação de Blinder? Por que seria inadequado um banco central optar por seguir os mercados? De saída, é difícil imaginar que banqueiros centrais possam ter algum interesse em terceirizar a administração da política monetária. De qualquer modo, o risco principal é a possibilidade de perda do controle da política monetária. Isso aconteceria na hipótese de os mercados levarem o banco central a praticar uma política incompatível com os objetivos oficiais. Caracterizado esse quadro, as autoridades teriam de alterar a estratégia adotada. E aqui residiria o problema. Mudanças de rumo voltadas para recuperar o controle da política costumam ser complexas e custosas, além de demandarem tempo para produzir efeito.

Com o passar dos anos, os banqueiros centrais perceberam as razões pelas quais seria arriscado (e, portanto, indesejável) conduzir a política monetária com base nos sinais do mercado. Blinder explicou as razões. Primeiro, com frequência, os mercados se comportam com espírito de manada. Nesses casos, as reações a sinais e políticas tendem a ser exageradas, produzindo situações de overshooting. Mesmo que, para um participante de mercado, seguir determinado líder possa ser racional, sob a ótica coletiva isso dificilmente acontece.

Segundo, frequentemente, os mercados financeiros embarcam em modismos e fantasias, capazes de gerar bolhas especulativas. Terceiro, costuma haver um viés de curto prazo no horizonte com que trabalham os mercados financeiros, seja porque muitos precisam contabilizar a mercado os ativos que adquirem, seja porque os critérios de remuneração dos profissionais costumam privilegiar resultados de curto prazo.

Diante de argumentos tão claros e largamente conhecidos, causa certa surpresa perceber que, entre nós, muitos acreditem que o Banco Central costuma agir com base no que o mercado espera ou demanda.

Não se sustentam as alegações de que o BC segue os mercados ou que a eles interessa defender juros altos

Nas discussões que envolvem os mercados financeiros, há outro aspecto relevante. Alega-se, com frequência, que a esses mercados interessa que os juros subam ou fiquem elevados. Isto faria parte da "agenda do mercado". Dado esse interesse, segue a alegação, os participantes de mercado fazem de tudo para induzir o Banco Central a acreditar na necessidade de juros elevados.

Um mínimo de reflexão sobre os efeitos de juros altos sobre os preços de ativos reais e financeiros deveria ser suficiente para perceber que o referido interesse não existe. Juros altos produzem a depreciação de ativos em geral, como imóveis, títulos etc. Que sentido faz desejar algo capaz de produzir perdas generalizadas?

Segundo, há séculos, instituições que fazem empréstimos reconhecem que juros altos deterioram a qualidade do crédito e dificultam reaver empréstimos. Juros altos lhes trazem perdas e acabam fazendo com que o crédito fique restrito a projetos de retorno e risco elevados, algo pouco confortável.

Pensemos agora no mercado futuro de juros. Nesse mercado, de elevada liquidez, uns se posicionam imaginando juros para cima. Outros fazem o contrário. É um jogo de soma zero. O interesse dos "comprados" é o oposto do interesse dos "vendidos". Isso deixa clara a impossibilidade de prática de se formar em mercado um mínimo de consenso sobre o caminho desejável da taxa de juros.

No segmento à vista, é fácil constatar que o mercado como um todo está liquidamente "comprado", em títulos públicos, enquanto o Tesouro está "vendido", em montante dado pela dívida pública mobiliária. A julgar por esse aspecto, se existe algo que, liquidamente, o mercado deseje é a redução dos juros, e não a alta, pois tal queda valoriza a carteira dos carregadores da dívida.

Em suma, não se sustentam as alegações de que o Banco Central tende a seguir os mercados. Tampouco faz sentido argumentar que aos mercados interessa defender juros altos.

José Júlio Senna é pesquisador do FGV/Ibre, consultor associado da MCM, e ex-diretor do Banco Central.

Grandes choques devem se repetir no futuro, trazendo desafios significativos. Por **Martin Wolf**

Lições da grande inflação

O discurso de Jerome Powell, presidente do Federal Reserve, no Simpósio Econômico de Jackson Hole no mês passado, foi o mais próximo de um hino da vitória que um banqueiro central sensato poderia proferir. "A inflação caiu significativamente", observou ele. "O mercado de trabalho não está mais superaquecido e as condições agora são menos apertadas do que aquelas que prevaleciam antes da pandemia. As restrições de oferta se normalizaram". Ele acrescentou que "com uma redução apropriada da contenção política, há bons motivos para pensar que a economia retornará a uma inflação de 2%, mantendo ao mesmo tempo um mercado de trabalho forte". Tempos felizes, portanto!

Este é um resultado melhor do que eu e muitos outros esperávamos há dois anos. De fato, o sucesso em reduzir a inflação com apenas um modesto enfraquecimento da economia real é uma surpresa bem-vinda. O desemprego, observou Powell, está em 4,3% "ainda baixo pelos padrões históricos". Na zona do euro e no Reino Unido, a perspectiva é menos promissora. Mas lá também as perspectivas são de taxas de juros mais baixas e uma demanda mais forte. Como ele observou, um dos motivos desse sucesso foi a estabilidade das expectativas de inflação no longo prazo. Isso é o que o regime de "meta de inflação média flexível" pretendia alcançar. Mas também vale a pena acrescentar que houve um pouco de sorte, especialmente em relação à oferta de trabalho.

Apesar desses resultados, lições precisam ser aprendidas, porque algumas das histórias que estão sendo contadas sobre esse episódio não estão certas. Erros foram cometidos na compreensão da economia da covid. Erros também foram cometidos ao atribuir o aumento dos preços apenas a choques de oferta inesperados. A demanda também desempenhou um papel. É altamente provável que grandes choques de oferta venham a ocorrer novamente, assim como haverá outras crises financeiras. Os bancos centrais precisam aprender com essas experiências, mesmo acreditando que esse episódio não terminou tão mal.



Uma grande questão é se a inflação vai se estabilizar. Outra é até que ponto o salto nas taxas de juros será revertido. Estamos em um mundo em que as taxas de juros serão permanentemente mais altas? Se assim for, o medo do limite inferior nas taxas de juros já desapareceu?

Um ponto importante é que é mais útil ver o que aconteceu como um choque no nível geral de preços do que um salto nas taxas de inflação. Assim, entre dezembro de 2020 e 2023, o índice de preços ao consumidor subiu perto de 18% nos EUA e na zona do euro, e 21% no Reino Unido. Isso está muito longe dos quase 6% que supostamente eram a meta para três anos. Não admira que tantos reconheçam uma "crise do custo de vida". Além disso, esse é um salto permanente. Sob a meta de inflação, esses são choques passados. Isso não significa que eles logo serão esquecidos.

Decisivamente, choques temporários na oferta não causam saltos permanentes no nível geral de preços. A demanda precisa, pelo menos, acomodar — e é mais provável que ela estimule — saltos permanentes nos preços. Neste caso, as respostas fiscais e monetárias ao choque da covid foram fortemente expansionistas. De fato, a pandemia foi tratada quase como se fosse outra grande depressão. Portanto, não surpreende que a demanda tenha disparado assim que ela terminou. No mínimo, isso acomodou o efeito geral dos aumentos de preços de produtos e serviços escassos. Pode-se argumentar que isso impulsionou grande parte da demanda que gerou esses aumentos.

O monetarista britânico Tim Congdon, alertou sobre isso, conforme observei em maio de 2020. Pense na famosa "equação de trocas" do economista americano Irving Fisher: MV=PT (onde M é dinheiro, V é velocidade de circulação, P o nível de preços e T o volume das transações).

Entre os quartos trimestres de 2019 e 2020, a proporção de M3 (dinheiro amplo) em relação ao PIB aumentou em 15 pontos porcentuais na zona do euro, 17 pontos porcentuais nos EUA, 20 pontos porcentuais no Japão e 23 pontos porcentuais no Reino Unido. Isso foi um excesso monetário global. Milton Friedman teria dito que nada era mais certo do que as subsequentes "escassez de oferta" e níveis elevados dos preços. A política fiscal contribuiu para agravar a situação. Sim, não se pode direcionar a economia apenas pelo dinheiro em tempos normais. Mas um artigo acadêmico do centro de estudos Bruegel sugere que é em condições instáveis que o dinheiro importa para a inflação. O Banco de Compensações Internacionais (BIS) argumentou de forma semelhante. Assim, grandes expansões (e contrações) monetárias não devem ser ignoradas.

Essa expansão monetária foi pontual: desde 2020 os índices foram autorizados a cair de volta para onde começaram, à medida que o PIB nominal disparou. Os monetaristas previam que a inflação iria se estabilizar, como aconteceu. Esse resultado foi ajudado por expectativas de inflação estável e, em alguns lugares, pela imigração.

O fato de o grande salto nos níveis de preços tenha se devido à interação entre os gargalos na oferta e a forte demanda induzidos pelo pós-pandemia e a guerra na Ucrânia não significa que esta última tenha sido um grande de erro em relação às alternativas. Uma demanda mais fraca também teria imposto grandes custos econômicos e sociais. Mas precisamos analisar rigorosamente essas alternativas porque grandes choques provavelmente ocorrerão novamente.

Este último, no entanto, já passou. E agora? Uma grande questão é se a inflação de fato vai se estabilizar. Outra é até que ponto o salto nas taxas de juros será revertido. Estamos em um mundo em que as taxas de juros serão permanentemente mais altas? Se assim for, o medo do limite inferior nas taxas de juros já desapareceu?

O fato de as economias terem sido robustas em sua maioria, apesar do aperto monetário, sugere que esse poderá ser o caso. Mas isso cria uma ameaça à estabilidade financeira e fiscal futura: novas dívidas serão muito mais caras do que as antigas. É plausível que o envelhecimento, as taxas de poupança menores, as pressões fiscais e as grandes necessidades de investimentos, principalmente para o clima, se combinem para tornar a dívida pública e privada consistentemente mais cara. Se for assim, esse potencial problema de "alto por mais tempo" poderá se mostrar um pesadelo.

O regime de metas de inflação enfrentou dois grandes testes: a crise financeira e a covid. Ele sobreviveu a ambos, ou quase. Mas mais choques grandes podem vir, alguns deles até muito em breve. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do FT.

Frase do dia

"Este ano não tem agro, não tem commodities, mas tem um impulso fiscal com força. É o grande dínamo do crescimento deste ano".

De Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, sobre o PIB

Cartas de Leitores

Eugene Fama

Adorei a matéria especial com Eugene Fama, no **Valor** (03/09). Fui aluno de Fama em Chicago na segunda metade da década de 1990, assim como de Douglas Diamond, outro Nobel de Economia. Na busca de certeza e segurança em um mundo de incertezas, os investidores no mercado de capitais muitas vezes esperam mais da Hipótese dos Mercados Eficientes (HME) de Fama do que ela jamais se propôs a entregar. Trata-se apenas de um conjunto de premissas que auxiliam na formulação de modelos para serem utilizados em análises e projeções, e exaustivamente testada na academia e nos mercados de capitais desde a década de 1960. Dentre essas premissas, a de que os agentes de mercado "sempre" agirão de forma racional. Fama sabe que nem sempre esse é o caso, como o que se observa durante "bolhas", quando a irracionalidade absorve o mercado, e argumenta que as bolhas estouram justamente como forma de correção no seu retorno à racionalidade. Mas, como Fama sempre diz, se um modelo financeiro (como o HME) representasse a verdade, ele não seria chamado de modelo. Teria outro nome.

A verdade é que a utilidade da HME vai muito além do mundo das finanças, tendo penetrado também o mundo do Direito, principalmente para respaldar a formulação de políticas públicas. E foi justamente a multidisciplinaridade da aplicação da HME que faz o seu trabalho acadêmico tão premiado e estudado. O velhinho segue sendo um monstro!

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Bloqueio do X

O ministro Alexandre de Moraes proibiu o funcionamento no Brasil do X, pertencente ao bilionário Elon Musk. Determinou também o pagamento de multa não só à operadora como também a quem tentasse acessá-la por meios alternativos. Embora o ministro tenha suas razões para a deliberação, a maneira pouco hábil com que agiu, sem tentar uma negociação que pudesse harmonizar o problema, acarreta, sem dúvida, considerável prejuízo para o Brasil, inclusive no âmbito da comunidade internacional que passou a ver o país como castrador da livre opinião.

A primeira turma do STF, diante do impasse formado, se reuniu para avaliar a decisão, tendo-a ratificado por unanimidade. Contribuiu para tal o fato de Moraes fazer parte da referida turma O cidadão comum não versado em leis, mas dono de boa dose de bom senso, se auto-indaga: é razoável o ministro examinar a conveniência de um posicionamento polêmico firmado por ele próprio?

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Repressão na Venezuela

A repressão chavista continua impressionantemente forte com a prisão do opositor Edmundo González. Até quando o regime ditatorial no vai continuar agindo?

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Conjuntura Mais do que afrouxamento monetário, política fiscal explica PIB forte

"Estado dormente voltou a gastar", diz Rocha, da JGP



LEO PINHEIRO/VALOR

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no segundo trimestre, puxado pela absorção doméstica, não surpreendeu, mas sua magnitude, sim, diz Fernando Rocha, economista-chefe e sócio da gestora JGP.

O PIB avançou 1,4% de abril a junho, na comparação com o primeiro trimestre, bem acima da mediana de 0,9% captada pelo **Valor** e da projeção já acima do consenso da JGP, de 1,1%.

A absorção doméstica engloba o consumo das famílias, o do governo e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no PIB. O consumo das famílias e o do governo subiram 1,3% cada um no segundo trimestre, ante o primeiro, acima das expectativas medianas de 0,9% e 0,3%, respectivamente. Já a FBCF avançou 2,1%, um pouco abaixo da mediana de 2,5%.

Mais do que o afrouxamento monetário, Rocha diz acreditar que a absorção doméstica, principalmente o consumo das famílias, avança pelos estímulos fiscais que vêm se acumulando desde a virada de 2022 para 2023. No caso do consumo do governo, ele observa que há uma tendência de crescimento também há algum tempo.

"O governo está ampliando os gastos com os serviços que ele proporciona. Um Estado que ficou dormente durante algum tempo voltou a gastar, a investir e a proporcionar mais serviços."

O problema, diz Rocha, é que, apesar de a arrecadação do governo estar forte (em parte pelo próprio empurrão do PIB), as despesas crescem ainda mais. "A despesa está crescendo tão rápido do que mais que compensou o crescimento da receita e gerou um resultado fiscal ruim, com aumento do endividamento."

Leia abaixo os principais trechos da entrevista:

Valor: *O resultado do PIB brasileiro no segundo trimestre surpreendeu vocês?*

Fernando Rocha: Eu esperava que fosse forte e esperava também a composição que veio, de mais crescimento da absorção doméstica, isto é, do consumo das famílias, do investimento e do consumo do governo. Só que veio ainda mais forte, acho que essa foi a surpresa. O PIB está em 2,5% nos últimos quatro trimestres, e a absorção está em 1,8%. Mas, se eu olhar o ano a ano, na ponta, a absorção doméstica está subindo 4,6%. Ela "passou por cima" do PIB.

Valor: *As enchentes no Rio Grande do Sul não atrapalharam isso?*

Rocha: Não, todo mundo esperava que fosse deletério o efeito, que fosse contribuir negativamente. Na verdade, foi uma coisa que, se aconteceu, ela foi neutralizada dentro do próprio trimestre. Quando a gente observa os dados mês a mês, vemos que teve uma moderação em maio e, em junho, devolveu. Então, foi um efeito pontual.

Valor: *Que mudança na composição do PIB foi essa?*

Rocha: O PIB tem duas óticas, uma da produção e outra da absorção, ou seja, de quem consumiu. No ano passado, o que puxou o PIB foi a produção da agropecuária, com aquela safra enorme, e quem absorveu foi o setor externo, mandamos para fora via exportação. Neste ano isso se inverteu, o setor agropecuário caiu, e a produção está vindo, principalmente, de serviços. A nossa indústria melhorou, mas a indústria de transformação deixa um pouco a desejar ainda. E, do lado da absorção, é o consumo das famílias.

Valor: *E os investimentos?*

Rocha: O investimento estava meio fraco, chegou até a ficar negativo, mas, na ponta, está bom, está acelerando.

Valor: *Mas isso não ocorre também porque ele já havia caído bastante e a base de comparação ficou muito baixa?*

Rocha: Eu acho um bom sinal o investimento estar crescendo, mas, se você olhar o quadro geral, por enquanto ainda é decepcionante. O acumulado em quatro trimestres ainda está negativo. A taxa de investimento sobre o PIB é muito decepcionante, está em 16,6%.

Valor: *Por que a composição do PIB mudou tanto entre o ano passado e este ano?*

Rocha: Teve uma parte de afrouxamento monetário que ajudou, mas ele foi pequeno, o juro [Selic] caiu de 13,75% para 10,5%. Eu acho que o principal foi o componente fiscal, que demora um pouco para entrar. Mas vamos rememorar o que aconteceu. No fim de 2022, com a transição do governo, foi aprovada a "PEC da Transição", que permitiu um espaço maior para gastar. Esse gasto foi acelerando ao longo de 2023. Chegou ao fim de 2023 e teve um pagamento de precatórios bem grande, aquele estoque que tinha ficado de fora lá atrás por resolução do [então ministro da Economia] Paulo Guedes, na época do [presidente Jair] Bolsonaro. Aí, entramos em 2024 e ainda teve a antecipação do 13º salário dos pensionistas e beneficiários da Previdência e o pagamento adiantado de precatórios de 2024. Vemos que boa parte desses gastos fiscais é transferência de renda para as famílias, o que entra no PIB via estímulo ao consumo. O consumo das famílias iniciou uma tendência em 2017, depois da recessão [de 2014-2016], de crescimento. Na pandemia, ele foi para baixo e, agora, está recuperando, voltando para a tendência. Só que ele vai voltando com uma velocidade relativamente rápida.

Valor: *Se o consumo ainda não voltou para a tendência anterior à pandemia, seu crescimento não deveria preocupar menos em termos de pressão inflacionária?*

Rocha: Essa é uma pergunta pertinente. Eu diria que, se a gente tivesse mantido a capacidade de produção intacta, você teria razão. Mas eu acho que houve alguma destruição de capacidade de produção, o Brasil ficou um tempo sem investir, também durante a pandemia, e isso está custando agora. Quando olhamos o nível de utilização dos fatores de produção, trabalho e capital, vemos que estamos muito próximos do pico de utilização. Mas, como falei, quando olhamos o consumo, ainda estamos voltando para a tendência, ou seja, não era para estar no pico de utilização da capacidade. Outro sinal interessante é que, apesar de o câmbio estar super depreciado, a importação voltou a crescer bastante, indicando que não se está conseguindo produzir internamente.

Valor: *O sr. citou, da absorção doméstica, o consumo das famílias e os investimentos. Mas e o consumo do governo, surpreendeu no segundo trimestre?*

Rocha: O consumo do governo no PIB são os serviços que ele proporciona e que não são medidos a preços de mercado, porque muitas vezes são gratuitos, como educação pública e saúde. Eles [IBGE] medem, por exemplo, a quantidade de internações no SUS, o número de alunos matriculados nas escolas. O investimento público entra se o governo faz, por exemplo, uma estrada. O que não entra são as transferências para famílias e gastos com Previdência, que podem aparecer no PIB pelo efeito no consumo das famílias. A participação do consumo do governo é mais ou menos 20% do PIB. A carga tributária é 33%, 34%. Então, uma parte do que o governo arrecada de impostos, ele transfere para famílias e outra parte ele investe ou gasta em serviços de educação, saúde, segurança. Parece que há uma tendência de crescimento do consumo do governo. Ele vinha em um processo de crescimento de 2010 até 2014. Teve o impeachment da Dilma [Rousseff], veio o governo [de Michel] Temer, [o início do governo] Bolsonaro e ele ficou de lado. Aí, caiu na pandemia, tem a volta, mas, a partir de 2022, há uma tendência de acelerar em 2023 e daí em diante. O governo está ampliando os gastos com os serviços que ele proporciona. Um Estado que ficou dormente durante algum tempo voltou a gastar, a investir e a proporcionar mais serviços.

"Acho que tem certa inconsistência entre economistas que falam que [o BC] vai subir [a Selic] 100, 150 pontos-base e já cortar

Valor: *O PIB mais forte ajuda a arrecadação, mas tem espaço fiscal para essa "volta" do Estado?*

Rocha: A receita está super forte, isso é indiscutível, apesar de não ter vindo toda a arrecadação extra que o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad queria. A receita nominal está crescendo mais que o PIB. A receita em proporção ao PIB chegou a um pico de 23% em 2022, depois caiu e agora voltou a subir. O problema é quando você olha a despesa, que está mais forte ainda que a receita. E quando você olha a dívida, ela está subindo em uma velocidade rápida, quase sete pontos em um ano e meio. Em resumo, na parte fiscal, apesar de a atividade estar bem, a despesa está crescendo tão rápido que mais que compensou o crescimento da receita e gerou um resultado fiscal ruim, com aumento do endividamento. E a consequência do PIB é aquela: vemos o governo crescendo e o consumo das famílias crescendo via transferências do governo.

Valor: *Como fica a atuação do Banco Central em meio a esse cenário de fiscal e PIB fortes?*

Rocha: Não é que o BC não goste de crescimento, todo mundo gosta. O problema é essa composição. Se estivesse vindo de fora, com a gente produzindo e exportando, não teria muita preocupação do ponto de vista de inflação. Mas como o crescimento está vindo de dentro, com a gente consumindo muito internamente e pressionando os fatores de produção, começamos a observar sinais de que está excessivo.

Valor: *Diante disso, como acha que será a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC na próxima reunião?*

Rocha: Essa pergunta está difícil, porque a comunicação deles ficou meio errática. Eu acho que eles teriam de subir os juros, acho que eles vão subir. Agora, tem um pouco de dúvida, porque os discursos pareceram um pouco diferentes entre os membros, principalmente entre o [Gabriel] Galípolo [diretor de política monetária e indicado de Lula para assumir o BC] e o Roberto Campos Neto [atual presidente do BC]. A meu ver, o Roberto Campos se esforçou para passar uma imagem de que ele não está com essa urgência toda de subir juros, de que, sim, a inflação preocupa, a atividade está forte, mas acho que ele dá um peso grande ao cenário externo, ao fato de os Estados Unidos estarem desacelerando [em termos de atividade], de estarem [em breve] cortando juros e qual o efeito que isso vai ter nos ativos, no câmbio. Na fala dele no evento da XP, ele foi explícito, falou que a curva curta está errada de precificar um aumento de 50 pontos-base [0,50 ponto percentual (p.p)]. Passou a impressão de que ele estava com a cabeça de 0 a 25 pontos-base [0,25 p.p.]. Já o Galípolo passou uma urgência maior, mas eu não sei se isso significa que ele vai votar por 50 pontos-base. Acho que eles vão dar 25 pontos e procurar uma unanimidade, porque ter divisão agora não seria muito legal, dado que todo mundo está olhando para a credibilidade. O problema de começar com 50 pontos-base é que, nesses ciclos, você nunca sabe quando vai poder parar. Acho que tem certa inconsistência entre economistas que falam que vai subir 100, 150 pontos-base e já cortar. No meu cenário-base, eu tenho [uma alta total de] 200 pontos-base [2 p.p.], com 25, 25 e depois três de 50.

Finanças
PIB acima do previsto reforça aposta de alta da Selic no Copom deste mês
C1

Equipamentos Empresa vai abrir 600 postos de trabalho e dobrar de tamanho no Brasil em quatro anos

Hitachi Energy vai investir R$ 1,2 bilhão em expansão de unidade em SP e nova fábrica

Robson Rodrigues
De São Paulo

A fabricante de equipamentos Hitachi Energy vai investir US$ 200 milhões (cerca de R$ 1,2 bilhão, ao câmbio atual) na expansão da fábrica de transformadores em Guarulhos (SP) e na construção de uma nova unidade fabril, no eixo Rio-São Paulo, com conclusão prevista para 2028. A empresa japonesa vai ainda abrir 600 novos postos de trabalho.

Os investimentos ocorrem em antecipação a uma projeção do setor de aumento na demanda por equipamentos de transmissão de energia no Brasil e no mundo. A transição energética é o principal pilar do crescimento do setor, com a perspectiva de aumento na demanda por energia nos setores de data centers, hidrogênio de baixo carbono e eólica em alto-mar (offshore).

A expectativa é que, em menos de dois anos, a expansão da fábrica de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, esteja concluída, aumentando em 50% a capacidade de produção e agregando cerca de 150 novos empregados. Já a nova fábrica ficará pronta em 2028 e deve dobrar a capacidade produtiva da empresa.

A futura unidade será erguida em alguma cidade próxima à rodovia Presidente Dutra. A empresa já está em conversas com prefeituras e a expectativa é que a decisão do local exato seja tomada nos próximos três meses, adicionando 450 funcionários à atual operação da empresa no Brasil.

"Demoramos 120 anos, no Brasil, para chegar à matriz energética que temos hoje, de 210 gigawatts (GW) de capacidade instalada. O plano decenal da Empresa de Planejamento Energético (EPE) é que, nos próximos 8 anos, temos que aumentar mais 40%, muito disso em geração distribuída e projetos solares e eólicos", disse o presidente da companhia, Glauco Freitas.

Por conta do mercado aquecido, nos últimos quatro anos o quadro de funcionários da empresa cresceu cerca de 35%, chegando aos atuais 1.500 funcionários. No fim do investimento, a Hitachi terá 2.100 colaboradores.

A empresa está presente em grandes projetos estruturantes do Brasil, como o linhão de corrente contínua de Itaipu, Belo Monte, Madeira, interligação entre Brasil e Argentina, entre outros.

Os leilões de transmissão no Brasil também dão pulso às fabricantes do setor e somaram cerca de R$ 60 bilhões nos últimos dois anos, com expectativa de que os investimentos continuem nos próximos anos. Para o leilão de em setembro, com investimentos previstos de R$ 3,35 bilhões, a empresa já está com cotação para todos os lotes e em discussões avançadas para o leilão de transmissão. "Há ainda quase R$ 50 bilhões em equipamentos obsoletos", acrescentou Freitas.

> "Objetivo é dobrar a capacidade de produção em quatro anos"
> *Glauco Freitas*

DIVULGAÇÃO



Glauco Freitas (esq.) e Alexandre Malveiro: "Nova fábrica deve ficar em algum município do eixo Rio-São Paulo, por questões logísticas e de acessibilidade"

Segundo o executivo, no caso dos Estados Unidos, a demanda tem sido puxada pela integração de redes entre os Estados, enquanto na Europa a conexão entre países tem acelerado a demanda.

Recentemente, a empresa anunciou um investimento de mais de US$ 1,5 bilhão para ampliar a capacidade global de fabricação de transformadores, para acompanhar a crescente demanda do mercado e apoiar seus planos de longo prazo e os esforços de eletrificação. O vice-presidente executivo e diretor administrativo Bruno Melles disse que os US$ 200 milhões estão dentro desse pacote global. "Não temos problema para gerar capital, pois 100% desse aporte será gerado com recursos próprios".

O gerente regional da unidade transformadores da Hitachi Energy na América Latina, Alexandre Malveiro, disse que a escolha do endereço da nova fábrica vai considerar questões logísticas e acessibilidade, já que se trata de equipamentos gigantes, com centenas de toneladas. "Estamos buscando cidades com logística facilitada, pela localização, com mão de obra mais especializada, como Senais, Fatecs. Nós também capacitamos os colaboradores."

1,5 mil
é o número atual de funcionários no país

MRN tem licença para projeto de R$ 5 bi no Pará

Mineração

Stella Fontes
De São Paulo

A Mineração Rio do Norte (MRN), produtora de bauxita no Brasil que tem como acionistas a Glencore, a Rio Tinto e a South32, recebeu no início desta semana a licença prévia para o Projeto Novas Minas (PNM), no oeste do Pará. O projeto de expansão compreende investimentos de R$ 5 bilhões nos próximos cinco anos.

Apesar da aprovação da licença prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a companhia ainda precisa da licença de instalação para levar adiante o empreendimento, que vai assegurar a continuidade de sua operação após 2027, mediante a exploração de novas minas.

Com o projeto, a MRN poderá extrair bauxita em cinco novos platôs — Rebolado, Escalante, Jamari, Barone e Cruz Alta Leste —, nos municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro. A companhia é a maior produtora do mineral no país e a execução do projeto é fundamental para dar continuidade à produção média anual de 12,5 milhões de toneladas de bauxita, usada como matéria-prima na obtenção do alumínio. Com o investimento, a vida útil da mina atual, que fica na região amazônica, será estendida em cerca de 15 anos, até 2042.

A Glencore, que detém 45% da mineradora brasileira, assumiu seu controle no ano passado com a compra das fatias que pertenciam a Vale e Norsk Hydro. A CBA também deixou a sociedade em 2023 e vendeu sua fatia para a Rio Tinto, cuja participação chegou a 22%. A australiana South32, que nasceu de uma cisão da BHP, é dona dos 33% remanescentes.

Há pelo menos duas décadas, a MRN enfrenta a resistência de comunidades ribeirinhas e quilombolas, que alegam sofrer os impactos negativos do avanço da mineração na região. Sobre o novo projeto, o diretor de sustentabilidade e jurídico da companhia, Vladimir Moreira, diz que a concessão da LP "evidencia o reconhecimento dos órgãos reguladores quanto à nossa dedicação com uma mineração sustentável na Amazônia".

"Celebramos este marco da licença prévia do PNM e vamos seguir com as demais etapas de licenciamento junto aos órgãos competentes, respeitando a sustentabilidade e a história de cada um de nós que construímos a MRN", diz em nota o presidente da mineradora, Guido Germani.

JULIO BITTENCOURT/VALOR



> "Vamos seguir com as demais etapas de licenciamento junto aos órgãos competentes"
> *Guido Germani*

Conforme a MRN, a licença prévia foi emitida como parte do pedido do licenciamento ambiental do projeto e após a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA), por consultoria independente. Foram realizadas três audiências públicas nos municípios que compreendem o projeto.

"Também foi produzido o Estudo do Componente Quilombola (ECQ), que avaliou os impactos ambientais e socioterritoriais para as comunidades do Boa Vista e do Alto Trombetas II", informa a companhia.

O próximo passo consiste na elaboração do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano Básico Quilombola (PBAQ) junto a essas duas comunidades, com vistas a "prevenir, mitigar e compensar os impactos levantados no Estudo de Componente Quilombola". "A construção e validação do PGA e do PBAQ será fundamental para obtenção da licença de instalação, cujo cronograma está previsto para início de 2025", acrescenta.



15 anos
será o aumento da vida útil da mina

Farmacêutica Investimento de R$ 420 milhões também será destinado ao centro de logística da companhia para atender país e América Latina

Daiichi Sankyo vai dobrar capacidade de fábrica no Brasil

Beth Koike
De São Paulo

Num cenário de arrefecimento da economia no Japão, a farmacêutica japonesa Daiichi Sankyo está investindo em outros países. A companhia está dobrando a capacidade de sua fábrica em Barueri (SP) e continua apostando no mercado de medicamentos gerais ("primary care") — um movimento contrário ao das farmacêuticas globais que estão se dedicando quase que exclusivamente a remédios de alto custo.

De 2020 para cá, as vendas no mercado brasileiro praticamente triplicaram e hoje o Brasil é um dos três maiores para a Daiichi Sankyo. A receita da operação local é de cerca de R$ 2 bilhões. No ano fiscal de 2023, a companhia apurou um faturamento global de 1,6 trilhão de ienes, o equivalente a US$ 11,1 bilhões (cerca de R$ 63 bilhões).

"A indústria farmacêutica japonesa movimenta 10 quatrilhões de ienes. Nós representamos de 5% a 6%. Esse tamanho de mercado não vai mudar, o governo do Japão não vai mudar suas compras. Por outro lado, outros países estão crescendo. Hoje, cerca de 60% das vendas da companhia são fora do Japão", disse Sunao Manabe, CEO global da Daiichi Sankyo que, esteve no Brasil no mês passado, para visitar a operação local.

Manabe é egresso da Sankyo, onde começou sua carreira há 46 anos. Em 2006, as farmacêuticas japonesas Daiichi e Sankyo fizeram uma fusão e o executivo tornou-se CEO da companhia combinada em 2019.

No Brasil, a farma está investindo cerca de R$ 420 milhões para dobrar a capacidade de sua fábrica e o centro de logística a fim de atender ao mercado nacional e América Latina. Nessa unidade, localizada em Barueri (SP), há a produção da pomada Hirudoid, além de medicamentos para cardiologia, dor e neurologia.

"Temos dois pilares estratégicos, tanto os produtos oncológicos, de alto custo, quanto os produtos de atenção primária como para tratamento vascular, sistema nervoso central. Nós continuamos investindo nisso, não só no Brasil, como na América Latina e em outros países no mundo", disse Marcelo Gonçalves, presidente da Daiichi Sankyo Brasil.

Em inovação, a Daiichi Sankyo tem em andamento pesquisas envolvendo drogas personalizadas para combate do câncer, conhecidas como ADC (anticorpo conjugado à droga). Atualmente, o carro-chefe da farma no mundo e Brasil já é um medicamento com essa tecnologia chamado Enhertu — que é uma evolução das primeiras drogas ADC. E o segundo mais vendido é um remédio para tratamento de hipertensão. Os medicamentos de alto custo hoje representam cerca de cerca 20% das vendas.

Devido ao sucesso obtido com o Enhertu, a Daiichi Sankyo vem atraindo o interesse de outras farmacêutica para firmar parcerias em drogas com a tecnologia ADC. A mais recente delas foi firmada, no ano passado, com a Merck num contrato orçado em até US$ 22 bilhões. Esse é um dos maiores investimentos da indústria farmacêutica, no mundo.

"Investimos 30% da nossa receita em pesquisa e desenvolvimento [P&D]. No mercado, esse percentual oscila entre 10% e 20%", disse o CEO global da Daiichi Sankyo. "As parcerias ajudam a ampliar o número de pesquisas e países. Aqui no Brasil, por exemplo, temos várias pesquisas sendo desenvolvidos em centros brasileiros", afirmou Gonçalves.

O Enhertu que, inicialmente, era usado apenas ao câncer de mama teve seu uso aprovado, no ano passado, para outros tratamento oncológicos.

No Brasil, a venda desse medicamento na área pública é feita por algumas secretarias de saúde desde 2022, mas não ocorre de forma centralizada pelo Ministério da Saúde. Um dos planos futuros da farmacêutica é conseguir a aprovação do Enhertu na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) e, assim, ter cobertura em todo o Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, as vendas na rede pública representam 10% do faturamento da operação brasileira.

> "As parcerias ajudam a ampliar o número de pesquisas e países"
> *Marcelo Gonçalves*

GABRIEL REIS/ VALOR



Presidente global da Daiichi Sankyo, Sunao Manabe diz que a multinacional investe 30% da receita em P&D

Após dois anos de prejuízo, planos de saúde têm lucro de R$ 2,4 bilhões

De São Paulo

As operadoras de planos de saúde registraram lucro operacional de R$ 2,4 bilhões no primeiro semestre, revertendo o prejuízo de R$ 4,3 bilhões apurado no mesmo período de 2023, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O desempenho reforça a retomada do setor, que vinha amargando prejuízos desde o último trimestre de 2021 e, neste ano, voltou a fechar no azul.

Na última linha do balanço, o lucro líquido (que inclui receita financeira) do setor saltou de R$ 1,5 bilhão para R$ 5,1 bilhões, entre janeiro e junho de 2024. A receita teve alta de 10,7%, para R$ 166,5 bilhões. As despesas médicas, por sua vez, subiram 8%, atingindo R$ 124,8 bilhões.

"Vale destacar que temos os melhores números desde 2021. Isso reforça que estamos em sólido caminho de retomada dos saldos positivos e que é o momento favorável para que as operadoras concentrem seus esforços no aumento da qualidade dos serviços, em ações de promoção de saúde e prevenção de doenças", disse Jorge Aquino, diretor de normas e habilitação das operadoras da ANS, em comunicado.

A taxa de sinistralidade, no segundo trimestre, ficou em 85,1% o que representa uma melhora de 3,6 pontos percentuais sobre um ano antes. "A melhoria foi impulsionada principalmente pelos grandes grupos, que reduziram sua sinistralidade em 4,9 pontos percentuais, na comparação anual. Em contraste, os players de pequeno e médio porte tiveram uma piora nesse indicador", destacou o Itaú BBA.

A Hapvida viu sua sinistralidade cair 6,2 p.p., para 67,9% no segundo trimestre. Na NotreDame Intermédica, a queda foi de 6,4 p.p., para 76,4%. Na Amil, o indicador baixou de 103,7% para 78,7%. A SulAmérica reduziu a sinistralidade em 3 p.p. e a Bradesco Saúde conseguiu uma redução de 2 pontos percentuais.

A FenaSaúde, entidade do setor, destacou que "bons resultados na saúde suplementar são positivos para toda a cadeia de prestação de serviços privados, que emprega 5 milhões de pessoas". "Os indicadores do semestre refletem fortes ajustes feitos pelas operadoras no sentido de dar mais equilíbrio ao sistema", disse Vera Valente, diretora-executiva da FenaSaúde.

O presidente da Anahp, entidade que representa os hospitais, Antonio Brito, destacou que "o bom resultado das operadoras é essencial para todos" e que esse desempenho positivo precisa, agora, chegar aos hospitais, que vem sendo pressionados pelas operadoras. *(BK)*

WeWork enfrenta ações de despejo em São Paulo

Imóveis

Luiz Fernando Figliagi e Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A WeWork Brasil está envolvida em uma nova ação de despejo. A HBR Realty protocolou ontem uma ação contra a empresa de escritórios compartilhados por falta de pagamento. O contrato firmado entre as duas empresas é para a locação de 10 andares do edifício HBR Corporate Faria Lima, em São Paulo, que somam 9.355 m².

A HBR afirma que "todos os termos e procedimentos previstos no contrato de locação foram seguidos", solicitando à locatária a adimplência dos aluguéis em atraso, mas que a situação não foi regularizada. A WeWork deve três meses de aluguel.

A empresa já recebeu outros pedidos de despejo nas últimas semanas, como de um fundo de investimento imobiliário (FII) da Vinci Partners, protocolado em 29 de agosto, e de um FII da Rio Bravo, em 21 de agosto. Eles se referem a espaços ocupados na Oscar Freire e na Vila Madalena.

Em junho e julho, seis fundos já haviam publicado comunicados alertando sobre o atraso de pagamento da WeWork, que agora está chegando a três meses. Também nessa época, a companhia contratou a consultoria Alvarez & Marsal para auxiliar em sua reestruturação no país.

A WeWork passa por um processo de recuperação judicial (Chapter 11) nos Estados Unidos. Em março, a CEO da empresa no Brasil, Bruna Neves, afirmou ao **Valor** que a WeWork opera como uma joint venture na América Latina, com investimento do SoftBank. Por isso, a atuação do negócio no Brasil não seria afetada pelo pedido de recuperação da representante americana, que ocorreu em novembro de 2023.

Na mesma entrevista, Neves afirmou que a empresa foi prejudicada pelo reajuste dos contratos de aluguel durante a pandemia, quando o IGP-M, índice usado para as correções, ultrapassou 30% ao ano. "Nosso custo muitas vezes cresceu mais do que conseguir recuperar", disse. A executiva afirmou que estava fazendo cortes de custo para equilibrar a operação, e que avaliava reduzir o espaço ocupado em algumas áreas da cidade.

Questionada pelo **Valor** sobre o pedido feito pela HBR, nesta terça-feira (3), a WeWork Brasil disse, em nota, que desconhece qualquer notificação de despejo por parte da incorporadora e que segue operando em sua totalidade em todos os prédios no Brasil.

Um profissional ligado à uma gestora que aluga lajes corporativas para a WeWork, que pediu anonimato, afirmou que o atraso dos aluguéis não foi regularizado e que a gestora tem sido procurada por inquilinos da empresa de coworking, que temem ser despejados. Também tem sido buscada por outras companhias da área, já de olho no espaço que ficará vago.

Em junho, a principal concorrente da WeWork em São Paulo, a inglesa DWG Regus, passou a administrar um prédio na Vila Romana que anteriormente era locado para a WeWork.

Para essa gestora, não há problemas generalizados no modelo de negócio dos coworkings. É a mesma visão de Giancarlo Nicastro, CEO da consultoria imobiliária SiiLA. "Não existe uma crise no setor, existe uma crise WeWork, que está colhendo o preço da agressividade que ela tomou por querer ser a maior do mercado a qualquer custo".

A WeWork ocupa hoje 153, 6 mil m² em escritórios, segundo a SiiLA, que monitora os mercados de São Paulo, Rio e Minas Gerais. Desse total, 34 mil pertencem a fundos de FIIs.

Nicastro calcula que uma devolução completa do estoque da WeWork na capital paulista — que ele não acredita que deva acontecer — poderia resultar em aumento de 2 pontos percentuais na vacância da cidade, hoje em 21,9%.

O verdadeiro papel da liderança empresarial

Gestão



Carlo Pereira

A primeira vez que ouvi alguém mencionar "CEO ativista" foi a ex-presidente do Pacto Global da ONU Lise Kingo. Achei o conceito fascinante, e ainda acho. Não só eu, mas a população da maioria dos países. Pesquisas, como o Barômetro da Confiança, mostram que a grande maioria das pessoas espera que a liderança empresarial vocalize os anseios da sociedade.

Mas será que é isso mesmo? E como fazer isso sem cair em armadilhas?

Ao longo dos anos, vi muitos CEOs completamente perdidos. Sem saber para onde ir ou o que dizer. E é compreensível: houve uma mudança brusca no entendimento sobre o papel das empresas e seus executivos. Estamos numa fase de acomodação desses conceitos, mas isso não justifica a confusão generalizada que presenciamos.

Vamos ser diretos: ativismo sem alinhamento à estratégia da empresa e aos seus acionistas não é ativismo genuíno, mas uma instrumentalização para massagear o ego do indivíduo. Isso é um desastre. Não só desmoraliza o projeto em questão, mas também mina a credibilidade do conceito de que as empresas são atores sociais. São e devem se comportar como cidadãs.

Muito do "backlash" recente nos EUA – sendo a principal causa a politização de temas — decorre da irresponsabilidade de instrumentalizar causas. A pulverização de temas e ações apenas alimenta essa irresponsabilidade, além de comprometer os resultados e o impacto das iniciativas. É como tentar apagar um incêndio jogando garrafas de água aleatoriamente: faz barulho, molha tudo, mas não resolve o problema.

E um aviso importante: não é porque uma causa é justa que sua empresa deve se envolver nela. Às vezes, o melhor ativismo é saber quando ficar quieto e focar no que realmente se pode mudar. Não adianta querer salvar as baleias se sua empresa está poluindo o rio do lado.

O que não podemos aceitar é o CEO ou qualquer funcionário usar a empresa como palanque pessoal. Isso é tão eficaz quanto tentar apagar um incêndio com gasolina. É moralmente errado. Não é por sua causa ser justa que você tem o direito de empurrá-la na sua empresa.

O verdadeiro CEO ativista entende que seu papel é alinhar os interesses da empresa com os da sociedade, não usar a empresa como megafone para suas opiniões pessoais.

Então, como fazer certo? Primeiro, alinhe o ativismo com a estratégia da empresa. Se você vende sapatos, talvez seu foco deva ser nas condições de trabalho na cadeia de suprimentos, não em política externa. Aqui tem uma nuance. Não falo apenas do tema, mas como ele será abordado. Importantíssimo! Muita gente se perde aqui.

Segundo, seja consistente. Não adianta falar de meio ambiente hoje e amanhã inaugurar uma fábrica que não atende aos requisitos ambientais. Terceiro, comece dentro de casa. Que tal resolver a disparidade salarial na sua empresa antes de dar palestras sobre igualdade?

No Brasil, por exemplo, apenas 10% do c-level das principais empresas de capital aberto são mulheres. Quer ser um CEO ativista? Comece mudando isso na sua empresa. É mais difícil do que tuitar sobre igualdade de gênero, mas é infinitamente mais impactante.

O CEO ativista do futuro não será aquele que fala mais alto, mas o que age de forma mais coerente. Não será o que abraça mais causas, mas o que realmente faz a diferença nas causas que abraça. Será aquele que entende que o verdadeiro ativismo começa no espelho, refletindo os valores da empresa e da sociedade, não apenas os seus próprios.

Em suma, ser um CEO ativista é como andar na corda bamba: requer equilíbrio, foco e a consciência de que um passo em falso pode levar a uma queda espetacular. Mas, quando feito corretamente, pode elevar não apenas a empresa, mas toda a sociedade. CEOs, antes de saírem por aí salvando o mundo, certifiquem-se de que estão prontos para enfrentar os desafios que realmente importam. Afinal, o ativismo de verdade é aquele que começa com ações, não palavras.

Carlo Pereira é CEO do Pacto Global da ONU - Rede Brasil
E-mail
coluna.carlo@pactoglobal.org.br

INÊS 249

Aviação Venda da controlada faz parte da estratégia da fabricante de aviões de investir apenas nos negócios considerados estratégicos

Embraer coloca a Tempest, de cibersegurança, à venda

Fernanda Guimarães e Cristian Favaro
De São Paulo

A Embraer decidiu se desfazer da empresa de cibersegurança Tempest e contratou o Bradesco BBI para buscar um comprador, apurou o **Valor**. A decisão decorre da estratégia de manter apenas sob o seu guarda-chuva os negócios considerados "core business", segundo fontes que preferiram manter o anonimato.

O processo ainda não teria sido lançado oficialmente, mas a companhia tem recebido manifestação de interesse, tanto de fundos quanto de investidores estratégicos. Procuradas, a Embraer e a Tempest afirmaram que não há negociação em curso. Já o Bradesco BBI preferiu não comentar.

De acordo com fontes, desde que a Embraer comprou 100% da Tempest, em 2020, a empresa tem sido alvo de diversos grupos interessados. Por enquanto, nenhuma negociação avançada estaria na mesa, segundo essas pessoas.

O setor de cibersegurança vive em bom momento em todo o mundo, em meio aos esforços de corporações para evitar ataques, assim como para aumentar a segurança e a eficiência das operações. Esse cenário tem movimentado consolidações e aquisições. Há um ano, a própria Tempest vendeu, por cerca de US$ 45 milhões, a AllowMe Tecnologias à Serasa. A AllowMe era uma unidade dedicada a software antifraude. A transação foi concluída em novembro. Essa venda, disse uma fonte, já foi a sinalização de que a Embraer venderia todo o ativo.

Empresa tem 400 funcionários e perto de 600 clientes na Europa e América Latina

A Tempest Security Intelligence é uma das maiores empresas especializadas em cibersegurança do Brasil – entre as principais concorrentes estão a Asper e ISH Tecnologia. Ela presta serviços de consultoria estratégica, serviços gerenciados de segurança, integração de softwares e identidade digital. No total, são 400 funcionários e cerca de 600 clientes na América Latina e na Europa.

A empresa foi fundada em 2000. Em 2017, recebeu aporte do Fundo Aeroespacial da Embraer (FIP). Em 2020, a Embraer comprou 100% de participação na empresa. Na semana passada, a Tempest anunciou a nomeação de João Paulo Lins como seu novo CEO no lugar de Cristiano Mattos, o fundador do negócio.

US$ 21,1 bilhões é a carteira de pedidos da Embraer

Paralelo ao cenário de cibersegurança, a Embraer atravessa um bom momento financeiro, após diversas crises provocadas pela pandemia assim como pelo fracasso na negociação com a Boeing para a criação de uma joint venture no segmento comercial. Hoje, a demanda por aviões tem crescido e a fabricante brasileira tem uma carteira de pedidos de mais de US$ 21,1 bilhões, a maior em sete anos.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Executiva diz que empresa mantém seu plano de ofertar 470 mil assentos entre o Brasil e Europa em 2024, salto de 51% ante 2023 e de 12% ante 2019

Falta de aeronaves leva Iberia a transferir voos do Rio para SP

Cristian Favaro
De São Paulo

A escassez de aeronaves no mundo fez a Iberia, aérea com hub em Madri e parte do grupo International Airlines Group (IAG), reduzir de seis para cinco suas frequências entre Rio de Janeiro e Europa e transferir essa capacidade para São Paulo. A sinalização foi dada por Marina Colunga, diretora de vendas na América Latina na Iberia, em conversa com o **Valor**.

"Ainda estamos um pouco abaixo do pré-pandemia no Rio de Janeiro. Mas isso é excepcional. Quando olhamos o Brasil como um todo, estamos subindo", disse a executiva.

Colunga explicou que a demanda no Rio continua boa — a empresa havia aumentado de quatro para seis o número de frequências semanais entre junho e agosto para o verão europeu. Mas, em tempos de falta de aviões, as aéreas têm escolhido levar seus ativos para as rotas com melhores margens.

O ajuste de curso, entretanto, não mudou os planos da empresa de oferecer, neste ano, 470 mil assentos entre Brasil a Europa, um salto de 51% na comparação com 2023 e de 12% contra o pré-pandemia, em 2019.

Colunga destacou que o Brasil é o principal mercado na América Latina e tem ganhado capacidade mesmo com os desafios. Enquanto o Rio perdeu um Airbus A330 no ajuste (com 292 assentos), São Paulo ganhou um A350 (com 348 assentos).

A falta de peças, e seu reflexo na indústria aérea, tem sido um problema grande, sobretudo nas fabricantes de aviões de maior porte Airbus e Boeing. Com isso, aéreas enfrentam atrasos de meses nas entregas. O cenário fez a Gol redesenhar sua malha e priorizar as rotas internacionais, que estão mais carentes. Do lado da Azul, a empresa viu uma queda de 8% na sua oferta de assentos internacionais no segundo trimestre contra 2023, por causa dos atrasos por parte da Airbus.

"22,6% dos clientes de 'stopover' em Madri são brasileiros"
Marina Colunga

Do lado da Iberia, a executiva disse ainda ser cedo para dizer quando o cenário de entrega de aeronaves vai se normalizar na indústria. Mesmo com as dificuldades, a Iberia recebeu todos os oito A350 previstos para o ano passado e espera receber pelo menos um A321 XLR neste ano — sendo outros sete no ano que vem. A primeira a chegar deve ser direcionada para a ligação Madri-Boston.

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Iberia movimentou em julho 41 mil passageiros no mercado internacional brasileiro, salto de 68,2% em um ano. A empresa representou, no mês, 1,8% do mercado internacional do país. As líderes são Latam e TAP.

A executiva destacou que a empresa passa por um bom momento. No segundo trimestre, a Iberia registrou a melhor margem operacional de todas as aéreas europeias, com 15,3%. A critério de comparação, a Azul (líder no Brasil) teve margem na casa de 11%, enquanto a Latam, de 9%. A líder global, de acordo com dados da consultoria Airline Weekly, é a panamenha Copa, com 19%.

Considerando todo o grupo IAG (que abraça também a British Airways e outros negócios), a receita no segundo trimestre totalizou € 8,295 bilhões, salto 7,8% na comparação anual. O lucro foi de € 909 milhões, uma queda de 9,82%.

A demanda tem surpreendido, sobretudo com a manutenção da tendência do turista de negócios de também aproveitar para passear nas viagens. "O que era um fenômeno que parecia algo temporário se mostrou estável", disse. O Brasil lidera neste cenário de turismo de negócios misturado com lazer, e é hoje o maior cliente de "stopover" (paradas de alguns dias durante conexão para passear) em Madri.

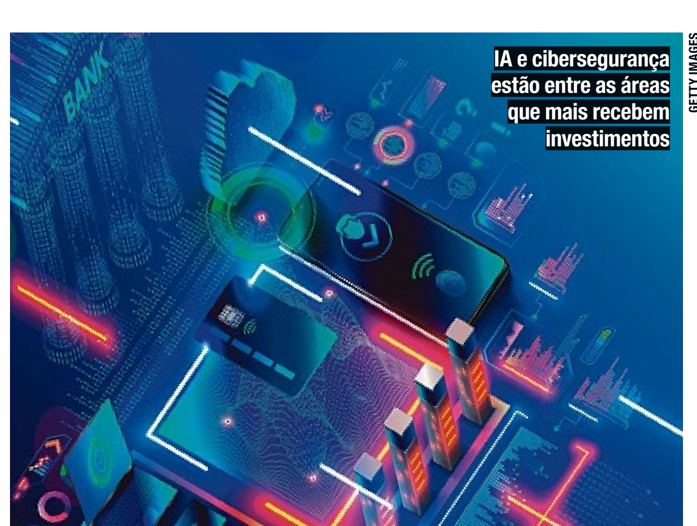
"Os brasileiros já representam 22,6% do total de clientes da 'stopover', entre todos os mercados, bem acima de mercados como Estados Unidos, México e Colômbia", disse.

CONTEÚDO PATROCINADO POR BV banco

Setor bancário avança com transformação tecnológica

Evolução de inovações como Pix e Open Finance são tendências que moldarão o futuro do mercado financeiro

GETTY IMAGES



IA e cibersegurança estão entre as áreas que mais recebem investimentos

Impulsionada pela mudança de comportamento do consumidor na era digital, a indústria bancária tem investido fortemente em desenvolvimento tecnológico. Em oito anos, o orçamento dessa área avançou 104%, de acordo com dados da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024. Neste ano, esses investimentos podem chegar a R$ 47,4 bilhões, superando o volume de R$ 39 bilhões do ano anterior, com os bancos direcionando aportes principalmente às frentes de inteligência artificial, exploração de dados, cibersegurança, nuvem e novos produtos e serviços digitais.

O crescimento dos investimentos em tecnologia evidencia o compromisso com a inovação para manter a competitividade e o objetivo dos bancos de proporcionar experiências mais fluidas e personalizadas aos clientes. O executivo Jimmy Lui, head de inovação do banco BV, destaca que a transformação no comportamento dos consumidores, com o crescente uso de plataformas digitais, está levando os bancos a se adaptarem rapidamente para oferecer experiências mais integradas e sem fricção.

"Antes, para consumir serviços financeiros, era necessário ir a uma agência e assinar documentos, por exemplo. Hoje, tudo pode ser feito digitalmente, inclusive a autenticação, seja com rosto ou senha", comenta Lui. O executivo ressalta que a tendência agora é que os provedores de serviços criem experiências financeiras que se integrem às rotinas cotidianas dos clientes, além de garantir a segurança dessas novas soluções digitais. "A facilidade de comprar uma passagem de trem na Europa, estando em São Paulo e com uma carteira digital no seu próprio celular, é um exemplo de como a integração de plataformas e tecnologias facilita a vida dos consumidores", afirma.

INOVAÇÃO NO BRASIL

O Brasil se destaca como um dos sistemas financeiros mais avançados do mundo, com uma infraestrutura de regulamentação e tecnologia que incentiva a inovação. "O Banco Central tem sido um catalisador importante com iniciativas como o Pix, o Open Finance e o DREX, que não só simplificam o uso de serviços financeiros como também abrem novas possibilidades de inovação", explica Lui.

Entre as inovações que serão desenvolvidas está o Pix automático, o qual tem funcionalidades similares ao débito automático, e o Pix garantido, que terá uma função de microcrédito para consumo no varejo que provavelmente será mais barata que as opções atuais. O Open Finance, por sua vez, promove um ecossistema bancário mais aberto, permitindo que os clientes compartilhem dados com diferentes instituições financeiras, facilitando a comparação e a portabilidade de serviços.

Já o DREX, que será a moeda real digital ou "dinheiro programável", poderá simplificar processos cotidianos, como contratos e pagamentos, integrando ainda mais as transações digitais na rotina dos consumidores. "Historicamente, toda vez que você digitaliza um processo, você reduz fricção e custo, incentivando que mais clientes acessem aquele produto ou serviço", afirma Lui.

A IA E O FUTURO DOS SERVIÇOS FINANCEIROS

A inteligência artificial (IA) é outro ponto relevante na tendência de evolução dos serviços financeiros. O executivo do banco BV acredita que estamos apenas no começo de um processo que transformará profundamente o setor. "Com o Open Finance, instituições financeiras terão acesso ao histórico completo dos clientes, o que, combinado com a IA, permitirá que a oferta de produtos financeiros seja tão personalizada quanto a seleção de conteúdo apresentada em uma plataforma de 'streaming'", destaca.

Com foco em se manter protagonista nesse momento de revolução dos serviços bancários, o banco BV tem investido em uma estratégia de parcerias com "startups" digitais que oferecem soluções complementares aos produtos do BV. "Para crescer e expandir, é essencial estar próximo do cliente e entender suas necessidades. Por isso, o BV vem apostando em parcerias com empresas digitais que são excepcionais em suas áreas, utilizando modelos variados de cooperação, seja por meio de investimentos, parcerias comerciais ou cocriação. A aspiração é trazer mais inovação não só para os nossos clientes, mas também para o setor financeiro do Brasil como um todo", finaliza Lui.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

INÊS 249

Veículos Equipamentos da linha de produção já foram embarcados e carros começam a ser montados com peças trazidas da China

Primeiro galpão da fábrica da BYD fica pronto em outubro

Marli Olmos
De São Paulo

Ao vasculhar uma galeria de fotos no celular, o vice-presidente da BYD Brasil, Alexandre Baldy, arregala os olhos, satisfeito, ao encontrar a imagem que procurava: obras, adiantadas, de um galpão de 120 mil metros quadrados, o ponto de partida da fábrica da BYD em Camaçari (BA). Se as projeções do executivo se confirmarem, em outubro o galpão estará pronto para receber a primeira linha de produção, de onde, ainda neste ano, sairão os primeiros veículos da marca montados no Brasil.

A imagem foi feita para uso interno. Mas serve para dar a dimensão do significado dessa obra de construção civil. É no Brasil que a maior montadora de carros elétricos da China dá o primeiro passo do projeto de expandir a atividade industrial fora do seu país de origem.

Em torno de 1,2 mil pessoas trabalham hoje no local onde até 2021 funcionava uma fábrica da Ford e que, aos poucos, deixa de remeter à imagem da montadora americana. As obras indicam uma transformação gigante.

Em Camaçari, trabalham não só operários da construção, mas também técnicos e engenheiros dedicados ao desenvolvimento de produto.

Há também um vai-e-vem de pessoal cruzando fronteiras para intercâmbio de conhecimento. Ainda em setembro, segundo Baldy, 100 brasileiros embarcarão para a China e, no sentido inverso, chineses também têm vindo para o Brasil.

No início da atividade da futura fábrica, os carros serão montados com kits de peças que virão da China, segundo Baldy. A nacionalização só começará em 2025, incluindo fornecedores de componentes para veículos híbridos movidos a etanol.

Da Ásia também virá o equipamento da linha de montagem. "Já está no mar, a caminho", destaca Baldy, um goiano com formação em Direito, que, depois de vários anos de carreira no setor público, começou a trabalhar na BYD, seguindo uma rápida trajetória de ascensão profissional.

> Chinesa ocupa a décima posição no ranking brasileiro, com fatia de 3% do mercado

Em Camaçari, também já começaram as obras de construção de prédios residenciais, onde os funcionários poderão morar. Trata-se de um modelo que a companhia já adota em sua sede, em Shenzhen, China. As moradias ficarão a 3,5 quilômetros da fábrica, em área de 81 mil metros quadrados e terão capacidade para 4,2 mil pessoas.

Mas, apesar da iminência de se tornar fabricante no Brasil, a BYD ainda não se sente como um. A marca se vê como um dos principais alvos de um contexto de resistência de montadoras veteranas, que têm se mobilizado contra a concorrência chinesa sob a alegação de que essas empresas produzem na China com subsídios.

O principal objetivo desse grupo é convencer o governo brasileiro a antecipar o aumento do Imposto de Importação para carros híbridos e elétricos, uma especialidade chinesa. "É questionável mudar as regras com o jogo em andamento", destaca Baldy.

Até aqui, o governo decidiu pelo aumento gradual do imposto, entre janeiro deste ano e julho de 2026, quando, então, entrará em vigor a alíquota máxima, de 35%, para todos os tipos de carros. A BYD se preparou. Fez estoque para não ter que repassar as primeiras etapas de aumento do imposto.

Segundo Baldy, há, ainda, mitos a derrubar no Brasil em relação ao carro elétrico. E cita: "Uma hora dizem que a bateria vai pegar fogo. Outra, que faltam peças ou que é impossível ter um elétrico pela falta de carregadores públicos."

Para o executivo, a proliferação dessas informações atrapalha o papel do carro elétrico no processo de descarbonização. Para ele, "os ataques ocorrem devido à ausência de produtos iguais" entre concorrentes locais.

Uma das estratégias que a BYD usou para entrar com força no mercado brasileiro foi mostrar que carro elétrico não precisa ser sonho de consumo só dos ricos. A marca trouxe modelos com preços a partir de R$ 115 mil.

Além disso, aliou-se a empresas e motoristas de aplicativos para mostrar a vantagem da economia de combustível. Com isso, indiretamente conseguiu fazer das viagens em carros compartilhados a primeira experiência de "test drive" em elétrico de muitos passageiros que usam aplicativos.

A empresa já distribuiu, segundo Baldy, mais de 50 mil carregadores domésticos de 7kWh, o que ajudou a atrair clientes.

Hoje, sete de cada dez veículos 100% elétricos vendidos no país são da BYD. No mercado total, incluindo todas as marcas, a BYD já ocupa a décima posição, com 3% das vendas de veículos leves em agosto, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave).

A marca também tem sido agressiva na escolha de grupos sólidos para a nomeação de concessionárias. Segundo Baldy, o plano é elevar das atuais 130 para 250 concessionárias até o fim de 2025.

E para acelerar a expansão da infraestrutura de carregamento, o grupo tem parcerias com empresas como a Raízen Power.

A estratégia de entrada no mercado brasileiro se completa com a diversidade de produtos. Com o Yuan Pro, novo utilitário esportivo elétrico que será lançado esta semana, e a picape Shark, nos próximos meses, o portfólio da marca terá em torno de uma dúzia de veículos, entre elétricos e híbridos "plug-in" — que podem ser abastecidos em tomadas, além de ter também motor a combustão.

A BYD chegou ao Brasil em 2013 com a venda de veículos comerciais. Construiu em Campinas (SP) uma linha de montagem de ônibus e de módulos fotovoltaicos. Mais tarde, instalou em Manaus uma unidade de montagem de baterias de fosfato de ferro-lítio. Além disso, importa caminhões e máquinas, como empilhadeiras, 100% elétricos. A empresa também é responsável por um projeto de monotrilho em São Paulo (Linha 17-Ouro, do metrô).

Em março, a direção da BYD assinou contrato com o governo da Bahia, por meio do qual pagou R$ 287,8 milhões pelo terreno e pela fábrica que pertencia à Ford. A área total soma 4,6 milhões de metros quadrados.

No mesmo mês, a vice-presidente mundial da companhia, Stella Li, esteve com o governador Jerônimo Rodrigues (PT) para revelar aumento no valor do investimento em Camaçari, de R$ 3 bilhões para R$ 5,5 bilhões. Antes disso, em janeiro, o grupo anunciou o aumento do número inicial de empregos na Bahia, de 5 mil para 10 mil.

Tornar-se um produtor local significa filiar-se à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)? "Ainda não pensamos nisso. Mas queremos ganhar a confiança do consumidor para que ele nos veja como uma marca brasileira", diz Baldy.


ROGERIO VIEIRA/VALOR
Baldy: "Ainda falta acabar com mitos que criaram sobre o carro elétrico"

> **120 mil**
> m² terá o galpão em Camaçari, na Bahia

Siemens Energy e Eletrobras fecham contrato de R$ 300 milhões

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

A fabricante de equipamentos Siemens Energy firmou com a Eletrobras quatro contratos que somam mais de R$ 300 milhões para modernização de ativos de transmissão em diversos Estados do Brasil. O objetivo é fazer a revitalização de ativos depreciados ou que chegaram ao fim da vida útil.

O vice-presidente da Siemens Energy para América Latina, André Clark, disse que o sistema brasileiro é confiável, mas opera há várias décadas e precisa de reparos e melhorias. Soma-se o fato de que, com os eventos climáticos de seca e chuvas e a expansão das energias renováveis intermitentes (eólica e solar) na matriz elétrica, é preciso fazer um esforço de resiliência.

"O sistema foi projetado para uma época em que existia um único tipo de oferta e demanda, de forma estável, em um sistema elétrico unidimensional, sem os eventos climáticos extremos que enfrentamos atualmente (...) Estamos encontrando novas fronteiras na operação do sistema, em um ambiente mais inóspito com mais mudança climática, alteração do perfil de demanda e de oferta".

O Brasil viveu em agosto três apagões em dez dias. Em um deles, uma pipa foi responsável pelo blecaute, o que gerou temor entre especialistas sobre a vulnerabilidade da rede. Clark argumenta que o sistema é confiável, mas reconhece que adaptações para a realidade atual precisam ser feitas.

O investimento faz parte do projeto de reforços e melhorias inserido no contexto de prestação do serviço de transmissão, previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para atender às condições de regularidade, continuidade, eficiência e segurança. Os contratos contam com cláusulas que impõem às transmissoras a execução de obras para substituição dos ativos em fim de vida útil. Quem paga é o consumidor, já que o valor é restituído para a empresa por meio de um incremento de Receita Anual Permitida (RAP).

O segmento de transmissão de energia vem engordando o faturamento dos fabricantes no Brasil, não apenas para modernização de estruturas, mas também para construção de novos empreendimentos vindos dos leilões. Dentro da receita total da Siemens Energy no Brasil, a área de tecnologias de rede (grid technologies) representa fatia de 61%. No ano fiscal de 2023, essa fatia era de 45%.

O vice-presidente de engenharia da Eletrobras, Robson Campos, disse que as entregas começam em 2024 e vão até o fim de 2026. "A regulação brasileira incentiva este tipo de investimento e todas as grandes transmissoras investem muito. A Eletrobras tem investimento previsto para 2024 de R$ 3,3 bilhões em reforços e melhorias. Estes contratos com a Siemens Energy representam menos de 10% do que vamos investir".

Entre os projetos contemplados está o de modernização da subestação Grajaú, responsável por quase 40% do abastecimento de energia da cidade do Rio de Janeiro. No Nordeste, a empresa alemã fornecerá novos bancos série de compensação reativa (FSC), para a linha de Imperatriz, no Maranhão, para garantir maior estabilidade ao sistema elétrico e aumentar a capacidade de transmissão.

Nos Estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso e Rondônia, a fabricante instalará novos disjuntores para a proteção de ativos de alta tensão. Já no linhão do Madeira, a Siemens Energy fornecerá um sistema de monitoramento on-line de gases dissolvidos em óleo isolante para os transformadores.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Rodobox Transportes e Armazenagem de Cargas Ltda. -** CNPJ: 14.763.606/0001-93 - Endereço: Rua Fioravante Mancino, 1560, Armazém 1 G, Chácara Monte Alegre, Sumaré/sp - Requerente: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Êxodus Institucional - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **B. de Ávila Machado Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 36.972.242/0001-94 - Endereço: Rua Tadeu Milan, 1178, Bairro Sabiá, Araucária/pr - Administrador Judicial: Dr. Marcos Moreira - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Diotle Comercial de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 03.705.093/0001-48 - Endereço: Rua Dom Pedro Ii, 414, Sala A, Bairro Petrópolis - Administrador Judicial: Dr. Rafael Brizola Marques - Vara/Comarca: 5a Vara de Passo Fundo/RS

Empresa: **Eixomaq Indústria de Máquinas e Equipamentos Ltda. -** CNPJ: 01.539.969/0001-06 - Endereço: Rua Teodoro Franco de Oliveira, 464, Bairro Iná, São José Dos Pinhais/pr - Administrador Judicial: Dr. Alvadir Peri Moreira - Vara/Comarca: 27a Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Hyundai Elevadores do Brasil Ltda. -** CNPJ: 17.364.268/0001-05 - Endereço: Av. Chucri Zaidan, 1550, Cjto. 814, Bairro Vila Cordeiro - Administrador Judicial: Gatekeeper Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Rodrigo Cahu Beltrão - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Dongyang Construction do Brasil Construtora Ltda. -** CNPJ: 15.145.763/0001-06 - Requerente: Companhia Industrial de Cimento Apodi - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Fernanda Fagundes Felix Villalba Ltda., Nome Fantasia Oliver Kids -** CNPJ: 41.471.205/0001-32 - Requerente: Fernanda Fagundes Felix Villalba Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Santo Antonio do Sudoeste/PR - Observação: Homologada a desistência do pedido de auto falência.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Ituxi Administração e Participação Ltda. -** CNPJ: 23.831.247/0001-55 - Endereço: Av. Calama, 5040, Sala 01, Bairro Flodoaldo Gomes Pinto - Vara/Comarca: 6a Vara de Porto Velho/RO

Empresa: **M. V. Rodrigues Reis, Nome Fantasia Romannee -** CNPJ: 17.517.789/0001-55 - Endereço: Rua Corumbá, S/nº,quadra 11, Lote 23, Bairro Residencial Jardim Goiás - Vara/Comarca: Vara Cível de Piracanjuba/GO

Empresa: **Nossa Senhora da Cachoeira do Ituxi Empreendimentos Ltda. ME -** CNPJ: 10.329.193/0001-82 - Endereço: Rua Bento da Cruz, 209, Centro, Birigui/sp - Vara/Comarca: 6a Vara de Porto Velho/RO

Empresa: **Ricardo Villares Lot Stoppe -** CNPJ: 24.172.244/0001-10 - Endereço: Estrada Biriguí À Bilac, Km 05, Estância Stoppe, Bairro Tupi, Birigui/sp - Vara/Comarca: 6a Vara de Porto Velho/RO

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Gabisa Incorporação de Empreendimentos e Participações Ltda. -** CNPJ: 04.356.641/0001-34 - Endereço: Rua Celestino Júnior, 503, Bairro São Francisco - Administrador Judicial: Marques Administrações Judiciais Ltda., Representada Pelo Dr. Márcio Roberto Marques - Vara/Comarca: 24a Vara Empresarial de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Oros Engenharia Ltda. -** CNPJ: 80.315.278/0001-97 - Endereço: Rua Celestino Júnior, 503, Bairro São Francisco - Administrador Judicial: Marques Administrações Judiciais Ltda., Representada Pelo Dr. Márcio Roberto Marques - Vara/Comarca: 24a Vara Empresarial de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Vinicius Mocelin, Produtor Rural -** CNPJ: 55.429.046/0001-12 - Endereço: Estrada Rural Linha Sede Brum, S/nº, Interior - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Califórnia Loteadora e Incorporadora Ltda. ME -** CNPJ: 07.398.204/0001-71 - Endereço: Rua Urânio, S/nº, Quadra 01, Lote 04, Sala 02, Bairro Jardim Tapajós - Vara/Comarca: Vara Cível de Rolândia/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Rotavi Industrial Ltda. -** CNPJ: 59.591.974/0001-30 - Endereço: Rua Sant Ana, 640, 1º Andar, Bairro Vila São Pedro - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Curtas

Recorde em papelão

As expedições de papelão ondulado seguem avançando no país, com desempenho recorde em julho, segundo boletim estatístico da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel). Naquele mês, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) subiu 8% na comparação anual, para 165,4 pontos, com 371,389 mil toneladas de caixas, acessórios e chapas. Este foi o maior volume mensal da série histórica, iniciada em 2005. Por dia útil, o volume foi de 13.755 toneladas, alta de 4% na comparação com o mesmo período do ano passado. Já nos dados livres de influência sazonal, o IPBO subiu 2,2%, para 158,1 pontos, com 354,179 mil toneladas.

Querosene de aviação

A Petrobras aplicou uma redução média de 8,75% nos preços do querosene de aviação (QAV) para setembro, em vigor desde sábado (1º). Segundo a estatal, o percentual médio de corte corresponde a decréscimo aproximado de R$ 0,36 por litro. Em nota, a companhia informou que os preços do combustível de aviação têm queda acumulada de 8% em 2024, o que corresponde a redução média de R$ 0,33 por litro, em comparação com o preço de dezembro de 2023. Frente a dezembro de 2022, a redução acumulada é de 26%, ou R$ 1,32 por litro. Essa redução média nos preços do QAV nas refinarias da Petrobras é a segunda maior aplicada em 2024.

Agenda Tributária

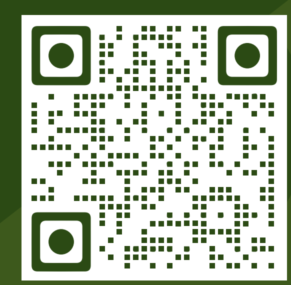
Mês de Setembro de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Agosto/2024
4	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	21 a 31/agosto/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	21 a 31/agosto/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	21 a 31/agosto/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
4	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	21 a 31/agosto/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*




PACTO
CONTRA
A FOME

INÊS 249

Tecnologia OAB contesta multa de R$ 50 mil para quem acessar o X e a legenda pede desbloqueio da rede social e das contas da Starlink

Nunes Marques é relator das ações da OAB e do Partido Novo

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

Quatro dias após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar a suspensão da rede social X no Brasil, a movimentação para contestar a decisão do magistrado se intensificou nessa terça-feira (3). O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) entrou com uma ação na Corte contestando a multa de R$ 50 mil para quem usar VPN (rede privada) para acessar a plataforma. Em outra frente, o partido Novo, que já havia contestado o bloqueio do X, incluiu em sua petição um pedido para que o plenário da Corte desbloqueie as contas da Starlink, de Elon Musk, também dono da rede social.

Ontem, o ministro Nunes Marques foi designado relator dos dois processos no STF. O magistrado surge com um novo elemento na disputa judicial. Até então a questão estava restrita aos ministros da Primeira Turma – Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Por ser matéria criminal, Moraes optou por fazer o referendo de sua decisão apenas na turma, não em plenário. Há previsão no regimento do STF de que casos criminais sejam julgados na turma, mas ele poderia ter colocado o julgamento também para o colegiado, se quisesse.

O sorteio de Nunes Marques como relator da ação do Partido Novo, na sequência, a sua escolha para também cuidar da ação da OAB trouxeram ânimo para os críticos da decisão contra Musk. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, o ministro já discordou de outras decisões de Moraes. No entanto, ainda não está claro como o magistrado deve agir e nos bastidores, no momento, a leitura é a de que ele pode não prosseguir com o andamento integral das ações.

Tanto a OAB quanto o partido Novo questionaram a decisão não só de Moraes, como a da turma que a validou. Ambos argumentam que terceiros, que não têm a ver com as determinações não cumpridas pela rede X, saem prejudicados.

A OAB pede que o colegiado da Primeira Turma invalide a multa de R$ 50 mil para os usuários que utilizarem o VPN como forma de burlar o acesso à rede X, bloqueada no Brasil. O pedido do Novo, originalmente apresentado na segunda-feira (2), é mais amplo: requer o fim do bloqueio da rede X e da multa de R$ 50 mil.

R$ 18,5
milhões é a soma das multas sobre o X

Na tarde de terça-feira (3), a legenda ampliou o escopo da ação e ainda fez mais um pedido ao STF — que o plenário da Corte desbloqueie as contas da Starlink, operadora de internet por satélite que também pertence a Musk. Moraes fez o bloqueio para garantir o pagamento das multas do X, avaliadas em R$ 18,5 milhões.

O pedido do Novo ocorre logo após o STF comunicar que a Starlink perdeu o prazo para apresentar recurso da decisão de Moraes de bloquear contas e outros bens da companhia. Segundo a Corte, a empresa foi intimada no dia 27 de agosto e o prazo para se manifestar terminou na segunda-feira (2). Em vez de recorrer, a defesa da Starlink optou por outro caminho jurídico e apresentou um mandado de segurança ao STF, para tentar reverter a decisão de Moraes. O pedido, no entanto, foi negado pelo ministro Cristiano Zanin.

A empresa já recorreu desta negativa e pediu que o mandado de segurança seja encaminhado ao plenário. Ao mesmo tempo, também voltou atrás e informou, via nota, que vai cumprir a decisão de bloquear o X no Brasil. No domingo (1) a operadora informou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que não cumpriria a decisão.

Nunes Marques vai analisar as ações e um dos caminhos que pode apresentar é o de escolher não levar a ação adiante, totalmente, ou em parte. A informação do bastidor é a de que ele não decidiu definitivamente como conduzirá a questão. Nos bastidores da Corte, a leitura é a de que a probabilidade do ministro levar as ações na íntegra adiante é baixa, em especial a do Partido Novo, que é mais ampla.

Uma possibilidade seria o ministro discutir somente a parte da multa contra os usuários – o ministro Luiz Fux acompanhou Moraes mas ressaltou que pessoas que não fazem parte do processo não poderiam ser afetadas.

Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, derrubar a decisão na íntegra pode gerar desconforto entre os colegas, ainda mais com Alexandre de Moraes, um ministro com muita liderança e influência dentro do Supremo. Afinal, a ação pede a revisão de uma decisão de um colega de Corte e confirmada por outros quatro ministros.

Tanto a OAB quanto o Partido Novo ingressaram com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e não há registro no STF de admissão desse tipo de ação contra decisão de ministro, ainda mais uma decisão colegiada — ontem a Primeira Turma do STF confirmou, por unanimidade de votos, o bloqueio do X do Brasil, conforme liminar proferida por Moraes no dia 30 de agosto.

A ADPF é uma ação de controle concentrado que tem caráter subsidiário, ou seja, quando não cabe outro tipo de ação entre as possíveis, se ingressa com a ADPF. Existe uma discussão no STF até que ponto pode se dar elasticidade para o cabimento de uma ADPF e Nunes Marques pode usar essa argumentação.

No início da sua atuação no STF, o ministro interrompeu uma série de ações de interesse do então presidente Jair Bolsonaro, que o indicou. Na época, as paralisações incomodaram os colegas. Mais tarde, o STF editou mudanças em seu regulamento colocando prazo para a devolução dos processos suspensos por pedido de vista.

FELLIPE SAMPAIO/STF


Sorteio do ministro Nunes Marques animou os críticos das decisões do STF contra Elon Musk

STF, Anatel e PF são alvo de ataques cibernéticos

De Brasília

A decisão de suspender o funcionamento no Brasil da rede social X, de propriedade de Elon Musk, levou a uma série de ataques aos sistemas do Supremo Tribunal Federal (STF), da Polícia Federal (PF) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A página do escritório de advocacia Barci de Moraes, que pertence à família do ministro Alexandre de Moraes, também foi alvo.

Um grupo hacker usou a rede social do bilionário Elon Musk para reivindicar a autoria das invasões. Segundo informações dos órgãos atingidos, o ataque foi do tipo DDoS (ataque de negação de serviço), quando milhares de acessos simultâneos são realizados com o intuito de desequilibrar a rede e inviabilizar os serviços.

No caso do STF, o ataque ocorreu na quinta-feira, um dia antes de Moraes determinar a suspensão da rede social em todo o país. "Os sistemas ficaram inoperantes por menos de dez minutos. A equipe técnica do Tribunal agiu rapidamente, retirando os serviços do ar e implantando novas camadas de segurança, de modo que todos os acessos foram normalizados e não houve nenhum prejuízo operacional ao Tribunal", disse a Corte.

Em nota, a PF informou que abriu uma investigação preliminar para apurar o ataque cibernético e que houve instabilidade em serviços prestados nessa terça-feira. Segundo a corporação, o acesso aos serviços já foi restabelecido e não foi detectado comprometimento aos sistemas e aos dados da instituição.

A Anatel também reconheceu que houve instabilidade dos seus sistemas e redes, mas disse que, por ser uma organização pública de grande relevância, é comum ser alvo de ataques cibernéticos, "especialmente em circunstâncias que envolvem temas sensíveis". "Após a decisão do STF de bloquear o X, a agência observou um aumento esperado nesses ataques, o que ocasionou instabilidades momentâneas em seus sistemas e redes."

A agência informou ainda que a equipe de TI está agindo de "forma contínua para mitigar os impactos e garantir a segurança das operações". "Os sistemas foram prontamente restabelecidos, e medidas adicionais foram adotadas para fortalecer a infraestrutura de rede, assegurando a continuidade dos serviços prestados à sociedade." *(IP)*

Tecnologia Insatisfação de sócios com o impacto do X na governança do grupo contribuiu para decisão

Suspensão de contratos pesou no recuo da Starlink

Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

"Os serviços não podem ter descontinuidade, mas não teremos dificuldade em buscar outras empresas, por isso, o impacto operacional do rompimento de contrato é baixo". Foi assim que o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, definiu a perspectiva de trocar de fornecedor da banda larga por satélite da Starlink na véspera do recuo da empresa no descumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal.

A posição da Marinha exemplifica uma das razões que levaram a Starlink a voltar atrás na decisão de não cumprir o bloqueio do acesso ao X. Há cinco contratos vigentes da Marinha, que somam R$ 239 mil e foram efetivados por dispensa de licitação por se encaixarem, individualmente, abaixo de R$ 57 mil.

Olsen reconhece que os satélites da Starlink têm um custo/benefício superior, especialmente em áreas remotas como a Amazônia, onde a Marinha auxilia na prestação de assistência médica a populações ribeirinhas, e no litoral, onde a Força atua na guarda costeira. Não seria esta vantagem, porém, que levaria a Força a pressionar por uma empresa em litígio com o Supremo Tribunal Federal.

O Exército informa que há 15 pontos da Starlink na Região Norte e outros 100 pontos que foram fornecidos à Força pelo governo do Rio Grande do Sul, por meio de comodato, sem custos, para serem usados no atendimento às vítimas de enchentes no Estado. A facilidade e a rapidez na conectividade do sinal, especialmente nas faixas de fronteira, foi determinante para a escolha da Starlink. O general Marcio de Souza Nunes Ribeiro, chefe de gabinete do comandante do Exército, informou, em resposta a um requerimento de informações da Câmara dos Deputados, que, no caso da extinção dos contratos, seriam realizadas novas licitações para o fornecimento do serviço por outras empresas.

Em nenhuma das Forças, os contratos da Starlink atendem ao tráfego de informações militares. Para este fim, o Ministério da Defesa dispõe de dois satélites, o Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas e o Star One C3. O primeiro é de tecnologia francesa (Thales Alenia) e foi lançado em 2017 e o segundo, de tecnologia americana (Orbital Sciences), foi lançado em 2012.

As Forças Armadas estão entre os 224 mil contratantes que dão à Starlink a maior fatia do mercado brasileiro de banda larga por satélite (42%). Na avaliação de analistas, pesou no recuo da empresa a ameaça de sanções pela Agência Nacional de Telecomunicações. O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, chegou a dizer que, configurada a desobediência à ordem judicial, seria aberto um processo administrativo que poderia levar a sanções que variam de advertências e multas à cassação da licença de operação da empresa no Brasil.

O tira-teima da Starlink aconteceu num momento em que as teles pressionam pela aprovação de uma sobretaxação das redes sociais em função do uso de cerca de metade da infraestrutura de transmissão de dados instalada no país. Some-se a isso a insatisfação de governos estrangeiros com a dependência excessiva dos serviços de uma fornecedora de sinal de satélite cuja governança está submetida aos humores de Elon Musk em relação ao cumprimento das leis nacionais pelo X (ex-Twitter) na veiculação de notícias falsas da extrema-direita, de redes de pornografia e do crime organizado.

Apesar de majoritário, Musk não é o único dono de suas empresas. Entre seus principais sócios, estão o príncipe Alwaleed bin Talal, sobrinho do rei da Arábia Saudita Fahd Al-Saud, Jack Dorsey, cofundador do X, Larry Ellison, presidente do conselho da Oracle, Sequoia Capital, Vy Capital, Binance, Andreessen Horowitz e Qatar Investment Authority. Segundo o "Washington Post", esses sócios acumulam perdas de US 4,8 bilhões desde a compra do Twitter por Musk em 2022.

DIVULGAÇÃO


O navio-patrulha Babitonga é uma das embarcações da Marinha brasileira que usam os serviços da Starlink, fornecedora de banda larga via satélite

Justiça libera uso de dados de usuários do WhatsApp

Daniela Braun
De São Paulo

A Justiça Federal de São Paulo derrubou uma liminar que impedia, de forma preventiva, o compartilhamento de dados de usuários do aplicativo de mensagens WhatsApp, da Meta, para personalização de publicidade nas redes sociais Instagram e Facebook, da empresa.

O Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), um dos autores da ação civil pública ajuizada em 16 de julho contra a Meta, ao lado do Ministério Público Federal (MPF), manifestou pesar sobre a suspensão da liminar proferida em 14 de agosto pela 2ª Vara Cível Federal de São Paulo. "Não é aceitável que dados de consumidores sejam usados sem seu consentimento para fins publicitários e de interesses econômicos da empresa", disse o Idec, em nota, ontem (3).

A decisão favorável à Meta foi publicada na quinta-feira (29) pelo desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Luiz Alberto de Souza Ribeiro.

O documento também derruba uma segunda parte da liminar que obrigava a Meta a oferecer, em um prazo de 90 dias, uma opção de desistência do termo de adesão à política de privacidade da empresa, lançada em 2021.

"Isso significa que, durante a tramitação do recurso, os consumidores continuarão desprotegidos, já que nossos dados pessoais (como status, fotos de perfil e descrição) continuarão sendo utilizados para publicidade direcionada em outras plataformas da Meta (como o Instagram e o Facebook)", alerta o Idec.

O MPF e o Idec argumentam que as práticas do WhatsApp violaram dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), do Código de Defesa do Consumidor, e desrespeitaram garantias previstas no Marco Civil da Internet. "O WhatsApp é um aplicativo muito importante no nosso dia a dia e a Meta não pode abusar dessa dependência para prejudicar a população brasileira", acrescentou o Idec.

O recurso da Meta ainda será avaliado por três desembargadores, incluindo Souza Ribeiro, que decidirão se a liminar será efetivamente suspensa, ou não, até a decisão final sobre o processo.

A Meta disse ter recebido com satisfação a decisão do tribunal de suspender a liminar. Segundo um porta-voz da empresa no Brasil, a liminar de 14 de agosto se baseia "em alegações errôneas e infundadas sobre a atualização da nossa política de privacidade" em 2021. A empresa acrescentou que "a atualização foi cuidadosamente avaliada e considerada lícita pelas autoridades brasileiras competentes em maio de 2022".

Ao fim da tramitação do processo envolvendo o WhatsApp, o MPF e o Idec pleiteiam que a empresa seja condenada a pagar indenização de R$ 1,73 bilhão por danos morais coletivos. Em julho, quando apresentou a ação, o MPF explicou que a indenização se baseia "em valores que o Whatsapp já foi condenado a pagar na Europa por irregularidades semelhantes, considerando-se a proximidade das legislações brasileira e europeia sobre proteção de dados."

> "Isso significa que os consumidores continuarão desprotegidos"
> *Idec*

Esta foi a segunda decisão favorável à Meta em relação ao tratamento de dados de usuários brasileiros em suas plataformas desde sexta-feira (30), quando a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) suspendeu medida preventiva que impedia o uso de dados de usuários das redes sociais Instagram e Facebook para treinamento de suas aplicações de inteligência artificial (IA).

Em contrapartida, a Meta se comprometeu a apresentar um plano de conformidade dando mais transparência aos usuários sobre o uso de seus dados e facilitando a opção do usuário desabilitar o uso de seus dados para treinar ferramentas de IA.

O Idec considerou o plano de conformidade "insuficiente, visto que o tratamento de dados seguirá em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a base legal utilizada sequer foi adequadamente analisada".

A análise da ANPD partiu de denúncias formalizadas pelo Idec junto à autoridade e ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) sobre a potencial ameaça de dano aos direitos dos usuários ante a nova política de privacidade da Meta apresentada em junho no Brasil.

Na representação, o órgão de defesa do consumidor alega que no Brasil, ao contrário do que ocorre na Europa, a Meta não informou que passaria a utilizar dados pessoais coletados no Facebook e Instagram para treinamento de sua tecnologia de IA.

Em manifestação, na sexta-feira, o Idec ressaltou que a decisão da ANPD "dá prioridade aos interesses da empresa em vez de proteger os direitos dos cidadãos" e "vai contra a garantia de uma forte proteção dos dados pessoais".

Curtas

Vendas de chips I

As ações das maiores fabricantes de semicondutores caíram nesta terça-feira (3) depois que o banco UBS relatou que as vendas totais de semicondutores caíram 11% em julho em relação ao mês anterior. Nvidia e Intel lideraram as perdas, caindo 7,6%, para US$ 110,32, e 6,9%, para US$ 20,53, respectivamente, pela manhã. No fim do pregão, a Nvidia caiu 9,54%. As rivais também tiveram queda: a Intel, 8,76%, Applied Materials, 7,05%, Broadcom, 6,16%, Advanced Micro Devices (AMD), 7,79% e Qualcomm, 6,88%. De acordo com o UBS, as vendas totais de semicondutores caíram principalmente devido a um impacto no negócio de memória, que sofreu uma queda de 31% nas vendas em julho em relação ao mês anterior.

Vendas de chips II

Em base anual, a receita total de semicondutores subiu 15%, disse o UBS, acrescentando que o mercado espera que a receita de semicondutores no terceiro trimestre aumente 11% em relação ao trimestre anterior *(ver mais sobre o mercado de chips na página B8)*.



AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.
(sucessora por incorporação da AES Tietê Energia S.A.)
CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.300.574.290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Considerando que: **(A)** em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da AES Brasil Operações S.A. ("**AES Operações**" ou "**Emissora**") e das SPEs (conforme abaixo definidas); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** a alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("**BNDESPAR**"), como acionista (direto ou indireto) da Emissora, podendo, inclusive, o BNDESPAR aumentar, diminuir e/ou se desfazer de sua participação acionária na Emissora, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora, exceto se à operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas, e a **(ii)** declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por qualquer Fiadora (conforme abaixo definido), no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou equivalente em Real na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição* Pública com Esforços Restritos da AES Brasil Operações", celebrada em 10 de maio de 2018, entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**"), a Boa Hora 1 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 1**"), Boa Hora 2 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 2**") e a Boa Hora 3 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 3**" e, quando em conjunto com a Boa Hora 1 e com a Boa Hora 2, as "**Fiadoras**"), conforme aditada em 23 de maio de 2018 e posteriormente, em 30 de novembro de 2021 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1 da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 10:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia. (I).** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusulas 10.9 e 10.10 inciso (i) da Escritura de Emissão, conforme aplicável, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto da Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora e às Fiadoras que, como consequência de tal consentimento prévio *(waiver)*, o dispositivo do inciso relacionado ao controle (direto ou indireto) da Emissora e/ou da Fiadoras, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation na qualidade de atual controladora indireta da Emissora e/ou da Fiadoras e/ou direta da AES Brasil continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação (a.i) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, e/ou das Fiadoras e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vi), da Escritura de Emissão; e **(II).** Aprovar a autorização para que a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/088271862), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no *link* (https://assembleia.ten.com.br/088271862), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o *link* (https://assembleia.ten.com.br/088271862) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/088271862), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

INÊS 249

Computação Clientes alegam problemas de desempenho e que é difícil deixar de usar os chips da Nvidia, a líder desse mercado no mundo

Software com erros da Huawei trava plano da China

Eleanor Olcott, Ryan McMorrow e Tina Hu
Financial Times, de Shenzhen e Pequim

Programas de software cheios de falhas têm atrapalhado os esforços da China para igualar o poder de computação dos Estados Unidos na área de inteligência artificial (IA). Clientes da Huawei, a principal fabricante de chips de IA, reclamam de problemas de desempenho. E reclamam da dificuldade de trocar os produtos da Nvidia, a líder mundial do setor, pelos da rival chinesa.

A Huawei despontou como a líder na corrida para desenvolver uma opção chinesa aos chips da Nvidia depois que Washington endureceu os controles de exportação para os chips de silício de alto desempenho, em outubro do ano passado.

Sua série Ascend tornou-se uma opção popular para grupos chineses de inteligência artificial executarem processos de inferência, aqueles que os aplicativos como o ChatGPT, da OpenAI, usam para gerar respostas a consultas.

Mas muitas fontes bem informadas do setor, entre elas um engenheiro de IA em uma empresa parceira, dizem que os chips ainda estão muito atrás dos da Nvidia quando se trata do treinamento inicial dos modelos de IA. Para elas, a responsabilidade pelo atraso está nos problemas de instabilidade, na lentidão maior da conectividade entre chips e no software desenvolvido pela Huawei, chamado de Cann, que é inferior.

A plataforma de software Cuda é famosa como o "ingrediente secreto" da Nvidia, porque é de fácil uso para os desenvolvedores e é capaz de acelerar muito o processamento de dados. A Huawei é uma das muitas empresas que desenvolvem softwares alternativos para tentar quebrar o domínio absoluto da Nvidia sobre os chips de IA.

> Huawei tem muitos engenheiros para ajudar o cliente a migrar para seu hardware

Até os próprios funcionários da Huawei reclamam do Cann. Um pesquisador, que pediu para não ter seu nome revelado, queixou-se de que o software torna o produto Ascend "difícil de usar e instável" e compromete o trabalho de testá-lo. "Quando erros aleatórios acontecem, é muito difícil descobrir de onde eles vêm porque a documentação é fraca. É necessário ter desenvolvedores talentosos para ler o código-fonte e ver qual é o problema, o que faz todo o processo ficar mais vagaroso", explicou. "A programação do código é falha."

Outro engenheiro chinês que recebeu informações detalhadas sobre o uso que a Baidu faz dos processadores da Huawei afirmou que os chips travam com frequência, o que complica o trabalho de desenvolvimento da IA. O pesquisador da Huawei disse que os travamentos acontecem porque o hardware é difícil de usar. "É fácil ter resultados ruins porque as pessoas não sabem muito sobre o hardware em si", disse.



Chips da Huawei mostram instabilidade e sofrem com a plataforma de software Cann, que apresenta lentidão

Para lidar com o problema, a Huawei tem enviado engenheiros às empresas para ajudar os clientes a transferir o código de treinamento escrito em Cuda para o Cann, segundo várias fontes. Essas fontes disseram que Baidu, iFlytek e Tencent estão entre as empresas de tecnologia que receberam equipes de engenheiros.

A Huawei se recusou a falar sobre a questão. Baidu, iFlytek e Tencent não responderam a pedidos de comentários. "O atendimento ao cliente da Huawei é excelente, então é claro que a empresa tem engenheiros nas instalações de seus grandes clientes, para ajudá-los a usar seus chips", disse um ex-funcionário da Baidu.

A Huawei tem a vantagem de possuir uma força de trabalho enorme para acelerar a transição. De acordo com a empresa, mais de 50% de seus 207 mil funcionários trabalham em pesquisa e desenvolvimento, entre eles os engenheiros despachados para instalar tecnologia nos clientes.

"A vantagem da Huawei sobre a Nvidia é que ela pode trabalhar em estreita colaboração com seus clientes", disse a analista de tecnologia Tilly Zhang, da consultoria Gavekal. "Ao contrário da Nvidia, ela tem uma grande equipe de engenheiros para ajudar a resolver os problemas dos clientes e ajudá-los a migrar para seu hardware."

A Huawei também criou um portal on-line para que os desenvolvedores façam comentários e sugestões sobre como seu software pode ser melhorado.

Depois que os EUA endureceram os controles de exportação, em outubro, a Huawei aumentou em 20% a 30% o preço do Ascend 910B, seu chip usado para treinamento de modelos, segundo fontes familiarizadas com o assunto.

Os clientes da Huawei também manifestaram preocupações sobre as limitações no fornecimento do chip Ascend, provavelmente por causa de dificuldades de manufatura, já que as empresas chinesas estão proibidas de comprar máquinas de fabricação de chips de última geração da empresa holandesa ASML.

Os chips de IA da Huawei têm tido uma forte demanda. Na quinta-feira, a empresa registrou um aumento de receita de 34% no primeiro semestre, sem discriminar que parte das vendas cabe a cada uma de suas divisões.

Em julho, na World Artificial Intelligence Conference, em Xangai, o diretor executivo da Huawei, Zhang Ping'an, disse que mais de 50 modelos fundacionais foram "treinados e iterados" no chip Ascend. A iFlytek já informara em outras ocasiões que seu grande modelo de linguagem é treinado exclusivamente em chips da Huawei desde 2023, quando a empresa enviou um grupo de engenheiros para sua sede em Hefei, no leste da China, para integrar a tecnologia. ***(Tradução de Lilian Carmona)***

Startup de saúde Arvo tem aporte de R$ 25 milhões

Investimento

Ivone Santana
De São Paulo

A Arvo, startup brasileira especializada em integridade de pagamentos na área de saúde, recebeu uma rodada de investimentos no valor de R$ 25 milhões, liderada pelos fundos Canary e K50, com participação de Latitud, Preface e Endeavor Scale-Up Ventures. Esses investidores passaram a deter uma participação na Arvo, mas o percentual é mantido em sigilo.

Fundada há dois anos, a Arvo já processou o equivalente a R$ 80 bilhões em sinistros, segundo o cofundador e executivo-chefe da startup, Fabricio Valadão. Os sinistros são os pagamentos feitos pelas operadoras de planos de saúde à rede hospitalar. Em sua carteira estão clientes como Porto Saúde, Saúde Petrobras, Athena, Unimed Nacional, entre outras.

Na América Latina, as "healthtechs", como são conhecidas as startups de saúde, receberam US$ 1,4 bilhão em investimentos entre 2019 e setembro de 2023, segundo o "Healthtech Report 2023", da plataforma de inovação Distrito. Os recursos são dirigidos a startups como Vittude, NullScar e Nuria, entre outras, que atuam em diversos segmentos da área de saúde.

Os investimentos feitos por fundos de venture capital em empresas dos setores financeiro ("fintechs"), energias alternativas ("cleantechs") e saúde cresceram no segundo trimestre de 2024, para US$ 816,8 milhões, frente a US$ 352,8 milhões nos três primeiros meses do ano passado, segundo a consultoria KPMG. Trata-se de uma recuperação desse mercado, que vinha enfrentando dificuldades para captar recursos.

A tendência projetada para 2025 é que os investidores deem preferência às startups que utilizam tecnologias emergentes, informou a Distrito.

A própria Arvo nasceu com aportes de fundos, além do próprio Valadão e do sócio-fundador Rafael Tinoco, mas o valor dessa primeira rodada não foi revelado.

Quando um hospital envia para a operadora de saúde um pedido de pré-autorização para procedimento, ou a fatura para pagamento do atendimento ao paciente, o sistema da Arvo faz o processamento dos dados. A verificação das informações é totalmente automatizada e utiliza 35 modelos de inteligência artificial (IA), ou "smart agents", como denomina a empresa.

Fraudes e erros são pesadelos para as gestoras de planos de saúde. Os danos causados por esses tipos de ocorrência no setor ficaram próximos de R$ 33 bilhões no país em 2023, diz a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge).

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), por seu lado, indica que o volume de notícias-crime referentes a fraudes contra as operadoras dos planos cresceu quase 70% em 2023 na comparação com o ano anterior. Para se protegerem e reduzir os prejuízos, boa parte das companhias busca tecnologias com uso de inteligência artificial em seus processos administrativos.

> **R$ 80 bi**
> **já foram processados em sinistros pela Arvo**

Sobre os erros, alucinações e mentiras verificadas em algoritmos de todo o mundo, Tinoco afirma que foram adotados cuidados para mitigar esses casos. Os erros são examinados e corrigidos. Tinoco afirma que a precisão do processamento de transações está acima de 80%, e isso resulta em economia para o cliente. A meta da Arvo é superar 90%.

Valadão explica que o serviço começou apenas com o conceito e que conforme os clientes foram autorizando, os modelos de inteligência artificial passaram a ser treinados com o banco de dados das empresas. A Arvo apontou os erros de pagamentos que descobriu nessas bases de dados, ainda em ambiente de teste. Depois, a IA foi conectada para análise em tempo real. O executivo diz que um dos exemplos mais significativos até o momento gerou melhoria de 30% no lucro operacional da operadora — cujo nome não foi revelado — após o processamento.

Agora, com os novos aportes, a direção da Arvo pretende investir no avanço dos sistemas de inteligência. Cada modelo de IA é desenvolvido para determinado caso de uso como erros, desperdícios, possíveis fraudes, hipóteses de vazamento de receita. Para cada situação, a empresa cria uma inteligência baseada em aprendizado de máquina. Depois disso, a IA passa a atender todos os clientes com casos semelhantes.

A Arvo possui 40 funcionários, entre cientistas de dados, engenheiros de software e saúde, auditores, enfermeiros e médicos. A nova injeção de capital será usada também para fortalecimento desse time.

Conjuntura Queda foi de 2,9% no segundo trimestre, segundo IBGE; desempenho era esperado, diz CNA

Seca pesa sobre o PIB do agro, que recua

Rafael Walendorff
De Brasília

As condições climáticas adversas pesaram sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária no segundo trimestre deste ano, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Com uma queda de 2,9% em comparação com o mesmo intervalo do ano passado, o PIB do agro contrastou com o desempenho geral da economia brasileira, que cresceu 1,4% na mesma base de comparação.

A queda do PIB do agro ficou dentro das expectativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que projetada um declínio até um pouco mais acentuado do que o que de fato ocorreu. A projeção da entidade era de queda de 2,7% em relação ao mesmo período de 2023 e de 3,2% em comparação com os três primeiros meses deste ano.

E as projeções da CNA são menos pessimistas que as do mercado em geral na estimativa para o acumulado do ano. Enquanto, no relatório Focus do Banco Central, a estimativa do mercado é de que a economia do setor agropecuário vai recuar 1,5% em 2024, a entidade projeta um declínio de 1% neste ano, ainda sem considerar os resultados que IBGE divulgou ontem.

Renato Conchon, chefe do Núcleo Econômico da CNA, disse que o movimento de queda no segundo trimestre já era esperado e que faz parte da sazonalidade da atividade rural no Brasil. O resultado também reflete o impacto do clima na produção de grãos, principalmente soja e milho, as duas mais relevantes do país.

Ele ressaltou também que a queda so PIB agropecuário é explicada pela "régua alta"" de comparação dos últimos anos, em que as safras foram recordes. De acordo com o IBGE, a economia da soja recuou 4,3% e o milho, 10,3%.

"A expectativa para o PIB do agro para este ano não era alvissareira. Não eram as melhores projeções, pois em 2022 e 2023 tivemos safras recordes, é difícil sustentar crescimentos robustos anos após anos", disse Conchon. "Neste ano, tivemos prejuízos por adversidades climáticas em regiões importantes. Pontualmente, quando se soma tudo isso, não é uma safra ruim, mas é menor que a do ano passado", explicou.

Apesar da tragédia climática ocorrida no Rio Grande do Sul no período avaliado pelo IBGE para levantamento do PIB, as enchentes não geraram, por ora, impactos tão significativos nos principais números do setor agropecuário gaúcho, o que poderia se refletir nos resultados nacionais. Isso se deve ao fato de que a maior parte das lavouras de grãos do Estado já haviam sido colhidas no momento da tragédia.

Por outro lado, a CNA considera movimentos positivos como a expansão da produção de algodão (10,8%), arroz (1,9%) e feijão (7,1%), na comparação com o segundo trimestre do ano passado.

Com a queda registrada nesse segundo semestre, a participação da agropecuária no PIB do Brasil caiu de 7,1% apurada no primeiro trimestre deste ano para 6,9% agora. Mesmo assim, o resultado está acima da participação histórica do setor na economia em geral, que ficava em torno de 5,5% a 6%.

A maior participação percentual registrada até hoje foi no primeiro trimestre de 2021, quando a agropecuária representou 11,3% do PIB do Brasil.

O crescimento de 1,4% no PIB do país apontado pelo IBGE surpreendeu positivamente a CNA, principalmente por ele ter sido impulsionado pela demanda. "O consumo das famílias subiu, teve aumento real do salário mínimo e dos benefícios sociais e queda na taxa de desemprego", disse. O sinal amarelo, segundo ele, foi a alta registrada nas importações (14,8%), na comparação com segundo trimestre de 2023, na esteira desse aumento do consumo familiar. O aumento do consumo do governo também é motivo de alerta.

Houve ainda o aumento do investimento no país, o que pode ser benéfico no médio prazo para o aumento da produtividade geral, disse Conchon. "A formação bruta de capital fixo subiu, e isso é importante, porque os empresários estão investindo em novas tecnologias, seja para repor maquinário obsoleto ou fazer investimentos em novos. É número importante, traz tranquilidade, pois melhora a nossa produtividade no futuro", comentou.

1,4%
foi a alta do PIB no segundo trimestre

Mais sobre o resultado do PIB nas páginas A4, A5, A6 e A14

DIVULGAÇÃO



Lavoura castigada pela seca no Paraná no primeiro semestre: clima hostil afetou a produção de itens como soja e milho, mas pecuária e culturas como café e algodão tiveram bom desempenho

No Paraná, produtor entra em alerta contra estiagem

Luiz Eduardo Minervino
De São Paulo

Ainda sob neutralidade climática, a América do Sul deve passar a ficar sobre a influência do La Niña a partir deste mês, o que, no Paraná, deixa os produtores rurais em alerta: com a ação do fenômeno, as previsões são de chuvas abaixo do normal no Estado, principalmente nas regiões Noroeste, Norte e Norte Pioneiro. As temperaturas, por sua vez, tendem a ficar acima das médias históricas.

A seca no Brasil Central é a pior desde 2010, e, em vários municípios, não chove há mais de 100 dias. A estiagem, que atrapalha os trabalhos de campo, é também um elemento que pode dar origem a focos de incêndio em várias cidades.

Segundo Marcelo Seluchi, meteorologista do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), as condições pedem acompanhamento e cautela. "Não é uma situação crítica, mas ela requer um certo acompanhamento por parte do produtor rural", explica.

O Paraná está em uma "área de transição", entre as condições que vão ser predominantes na região Sul, no interior de São Paulo e em Mato Grosso do Sul. Assim, na região Centro-Sul do Paraná, a perspectiva é de quadro mais neutro, mas, na faixa Norte — que abrange as regiões Noroeste, Norte e Norte Pioneiro —, o volume de chuvas deve ficar abaixo da média.

Essa tendência preocupa os produtores nessas regiões, onde, em algumas áreas, a seca já se estabeleceu. Nos casos mais extremos, mais de 90% das pastagens e lavouras desses locais sofrem com a estiagem. "Não temos previsão de chuvas acima da média. A situação de seca, que está aparecendo na faixa Norte, não tem previsão de se reverter", afirma Seluchi.

O La Niña favorece a ocorrência de fenômenos intensos, como ondas de frios e de calor e a má distribuição de chuvas, que se concentram em períodos muito curtos — e isso pode ser ruim para a agricultura. Até meados de setembro, as precipitações devem ficar abaixo da média.

Mato Grosso e outros Estados também já sentem os efeitos da seca. A semeadura da soja, que está programada para começar em 7 de setembro, pode atrasar em virtude das condições climáticas.

Nos genes do cupuaçu



Pesquisadores da Embrapa Amazônia Oriental e das universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Federal do Pará (UFPA) e de São Paulo (USP) fizeram, pela primeira vez, o sequenciamento genético do cupuaçu, fruto amazônico do mesmo gênero do cacau. Segundo os pesquisadores, o sequenciamento tornará possível identificar e manipular genes responsáveis por características desejáveis, como resistência a doenças e ganho de produtividade. "[O sequenciamento] não só protege a produção e aumenta a produtividade como também preserva a planta como um recurso valioso para a bioeconomia da Amazônia", disse, em nota, Alessandro Varani, professor de bioinformática e genômica da Unesp. (Cleyton Vilarino)

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Balanço Resultado líquido da empresa caiu 16% no ano fiscal, para R$ 226,9 milhões

Clima adverso e queda das commodities reduziram lucro da BrasilAgro em 2024

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Os problemas climáticos da temporada 2023/24 e a queda dos preços das commodities afetaram o lucro da BrasilAgro no ano fiscal 2024. O lucro líquido da empresa foi de R$ 226,9 milhões no exercício, um resultado 16% inferior ao de 2023 (referente à safra 2022/23) e recuou 4% no quarto trimestre, para R$ 232,8 milhões.

A margem líquida total, por sua vez, subiu dois pontos percentuais em 2024, para 21%, e quatro pontos percentuais no quarto trimestre, para 42%. "As novas operações em Mato Grosso enfrentaram escassez de chuvas e, na soja, tiveram produtividade abaixo do esperado. No caso do milho, a queda dos preços nos fez reduzir a área de plantio. Ao mesmo tempo, vendemos parte da fazenda Chaparral, na Bahia, por R$ 243,6 milhões e tivermos ótimos resultados com o algodão", disse ao **Valor** o CEO da empresa, André Guillaumon.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado da empresa caiu 48% em 2024, para R$ 279,8 milhões, quando a margem Ebitda foi de 25%, ou 14 pontos percentuais menor do que a de 2023. No quarto trimestre, o Ebitda ajustado recuou 30%, para R$ 263,4 milhões, e a margem Ebitda, 12 pontos percentuais, para 45%.

A receita líquida total da BrasilAgro foi de R$ 1,1 bilhão no ano, o que representou uma queda de 20% em comparação com 2023, e recuou 13% no quarto trimestre, para R$ 551,7 milhões. A negociação da fazenda Chaparral respondeu por R$ 243,6 milhões da receita. Outros R$ 4,7 milhões foram uma diferença de hectares na Jatobá (BA), propriedade que a empresa negociou em 2023. A atualização das dimensões ocorreu no momento da entrega da fazenda.

As operações agropecuárias responderam pelo restante da receita. A área de plantio da BrasilAgro em 2023/24 foi 8% menor que a estimativa inicial devido à queda dos preços do milho. A receita líquida com o grão caiu 40% de um ano a outro, para R$ 88,3 milhões.

O feijão ocupou parte da área que seria do milho safrinha, o que fez sua área de plantio crescer 61% entre 2022/23 e 2023/24. "Buscamos um cultivo que fosse menos exigente com água", afirmou Guillaumon. A despeito do aumento de área, a receita com feijão recuou 9%, para R$ 11,3 milhões, em virtude, também, da queda do preço do produto.

Sobre a soja, o executivo explica que a empresa abriu áreas novas na região de Primavera do Leste (MT), mas que, como elas são imaturas, o rendimento médio da empresa com a commodity diminuiu. Entretanto, Guillaumon que essas áreas são promissoras.

"Fizemos um arrendamento a preços muito competitivos para a região e de longo prazo, até 2040. Essa área promete bom rendimento tanto para a soja quanto para o algodão porque já tem 18% de área irrigada", contou. A receita líquida com soja da BrasilAgro caiu 26% em 2024, para R$ 311,2 milhões.

Além de ter sentido os impactos do declínio da produtividade do grão, a companhia decidiu segurar as vendas de soja ao longo do ano para esperar a melhora dos preços, o que só aconteceu no quarto trimestre. Em 2024, a empresa negociou 166,13 milhões de toneladas da oleaginosa, um volume 8% menor do que o do ano anterior.

O algodão teve os resultados mais positivos do ano — as vendas da pluma dobraram. "Fomos resilientes aos problemas de safra que todos enfrentaram. É por isso que faz sentido ser acionista da BrasilAgro, em vez de comprar derivativos de grãos no mercado futuro", afirmou o executivo.

Para 2024/25, as perspectivas são de melhora das margens, mas a safra deve ser "dura", sem ganhos expressivos. "Com uma safra cheia nos Estados Unidos e no Brasil, a relação está mais favorável para oferta do que para a demanda. Além disso, a China está crescendo menos e deve comprar menos grãos. A diferença é que estamos mais preparados", disse ele.

A BrasilAgro já fixou a venda de 18% da safra de soja 2024/25 ao preço de US$ 12,40 o bushel e travou 30% do câmbio dos embarques de soja em R$ 5,47. No caso do algodão, a empresa já fixou o preço de 19% da produção, a 82,22 centavos de dólar por libra-peso.

"O algodão está remunerando melhor, e também estamos investindo mais em irrigação na Bahia, o que deve aumentar nossa margem. Mas sabemos que todos os produtores vão também ampliar o cultivo de algodão. É por isso que estamos nos adiantando e vendendo a safra futura", disse o executivo. Em 2024/25, a empresa pretende fazer um aumento de 10% na área de plantio de soja e de 88% na de algodão.

Gustavo Lopez, diretor de relações com investidores da BrasilAgro, lembra que a empresa também comprou uma área de cana de 7 mil hectares em São Paulo para entrar no mercado de açúcar. Até fechar o negócio, a BrasilAgro só comercializava cana para a produção de etanol.

Como parte de seu planejamento para 2024/25, a BrasilAgro já comprou 65% do volume de fertilizantes nitrogenados que prevê utilizar, 83% do cloreto de potássio, 80% dos fosfatados, 95% do NPK e 70% dos defensivos.

DIVULGAÇÃO



André Guillaumon, da BrasilAgro: otimismo com o potencial de ganho de produtividade em novas áreas de produção na região de Primavera do Leste (MT)

BRQ 'muda tudo' após a recuperação judicial e prevê quadruplicar receita

Fertilizantes

Isadora Camargo
De São Paulo

Depois de passar, em 2017, por recuperação judicial, a Brasil Química, uma empresa de fertilizantes de controle familiar, decidiu mudar tudo: o principal executivo passou a ser um funcionário promovido, e não alguém da família, a importação de matéria-prima tornou-se prioridade, em lugar da produção de fertilizantes, a empresa começou a investir em bioinsumos e até mudou de nome. Agora, ela projeta crescer 40% neste ano, quando prevê faturar R$ 210 milhões, e quadruplicar sua receita nos próximos cinco anos.

Nos últimos cinco anos, a BRQ, o novo nome da companhia, cresceu, em média 30% ao ano, fazendo um caminho de recuperação mais "controlado", segundo o CEO, Renan Cardoso. "Fizemos coisas que muita empresa de insumos está vivenciando agora, como investir demais, sem ter crédito, em vez de controlar o caixa. Foi assim que nós entramos em recuperação judicial. Por isso, diminuímos a fabricação de alguns nutrientes, ganhando com aumento de margens e desenvolvendo mais parceiros internacionais, na China e nos Estados Unidos", diz.

A reorganização dos negócios começou em 2018. Como parte do plano de reestruturação, Marcelo Fernandes, sócio da BRQ e filho do fundador, contratou uma consultoria, pôs no comando da companhia um profissional de fora da família, enxugou custos e preferiu apostar na importação, e não mais na produção, de matérias-primas básicas (NPK).

DIVULGAÇÃO



"Melhoramos a gestão e entendemos que não devemos concorrer com as multinacionais"
Marcelo Fernandes

Desde então, o plano de crescimento caminha de forma "escalonada", diz o empresário. A empresa quer encerrar o ano com lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) 14% maior que o de 2023, quando o Ebitda já cresceu 10%, segundo ele, que não informa o montante. A alavancagem da empresa companhia melhorou e, no momento, fica entre 1,5 vezes a 2 vezes o valor do Ebitda.

Fundada em 1995 e com sede em Batatais (SP), a empresa teve que demitir boa parte de seus funcionários ao longo do processo de recuperação judicial. Com o enxugamento, seu quadro de funcionários, que era de 130 pessoas, caiu para apenas 52 profissionais. Mas o contingente ganhou corpo desde então, e, hoje, 160 pessoas trabalham na companhia.

Sete anos depois da recuperação judicial, a Brasilquímica, rebatizada de BRQ, já pensa em novos investimentos. "Fizemos a lição de casa em 2018, coisa que muita empresa de insumos está vivenciando agora. Investimos demais nas nossas fábricas, apoiados em uma estrutura financeira que não era própria. Depois, quando procuramos grandes bancos, ficou difícil renegociar dívidas, até que encaramos a recuperação judicial", conta Fernandes, que é presidente do conselho de administração da empresa.

Ele destaca que a relação com fornecedores internacionais, como China, Estados Unidos, Chile e Bolívia, é uma das principais "viradas de chave" do negócio, já que permite à companhia adquirir matérias-primas mais baratas e de qualidade. Atualmente a empresa importa mais de 70% de seus insumos para formular no Brasil adubos especiais voltados a diferentes culturas, como cana-de-açúcar e café.

"Melhoramos a gestão de resultados e entendemos que não devemos concorrer com multinacionais. Enquanto isso, fazemos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, nos quais o maior desafio é ainda o tempo de registro", diz Fernandes. Só no primeiro semestre, a BRQ lançou sete formulações novas.

Nos últimos cinco anos, a empresa, que tem como principais concorrentes nomes da indústria nacional, como Vittia e Multiveg, também conseguiu reduzir seu índice de inadimplência, que hoje é de menos de 1%. "O produtor não aceita mais ser colocado na parede e nem embarca nas vendas casadas, que, no fim, prejudicam as companhias que têm de baixar o preço", avalia o empresário.

Com fluxo de caixa organizado, Fernandes diz que não há fusão ou aquisição no horizonte no momento, mas que a companhia não descartará ofertas, desde que com "cautela", disse ao **Valor**. Ele descarta que o segmento esteja em crise, apesar de um atraso na comercialização e da possibilidade de falta de insumos no país no momento de aplicação das safras de verão.

Segundo o empresário, a BRQ reforçou os estoques para poder duplicar suas vendas no segundo semestre deste ano. A estratégia foi concentrar as importações de matérias-primas chinesas em maio, mês em que os preços recuaram na Ásia. No momento, a empresa tem estoques avaliados em R$ 13 milhões.

Entrega de adubos recua 1,8% no país

De São Paulo

As entregas de fertilizantes caíram 1,8% no Brasil em junho, para 4 milhões de toneladas, informou ontem a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Com o desempenho, as entregas chegaram a 18,3 milhões de toneladas no primeiro semestre, o que representou uma queda também de 1,8% em relação a igual período de 2023.

O Estado de Mato Grosso, que tradicionalmente é o líder nas entregas, respondeu por 4 milhões de toneladas no primeiro semestre, ou 22,2% do volume total. Paraná e São Paulo apareceram na sequência, 2,3 milhões de toneladas e 2,1 milhões de toneladas, respectivamente.

A produção nacional de fertilizantes cresceu 26,8% em junho, para 582 mil toneladas. O resultado positivo no mês foi insuficiente para impedir que o volume total diminuísse no primeiro semestre. A queda na primeira metade deste ano foi de 4%, para 3 milhões de toneladas.

Em junho, as importações brasileiras de fertilizantes chegaram a 3,6 milhões de toneladas, o que representou um crescimento de 16,7%. No primeiro semestre, em contrapartida, a importação recuou 2,7%, para 16,7 milhões de toneladas.

O Ministério da Agricultura já sinalizou que tem metas para aumentar a produção de adubos no Brasil e reduzir a dependência que o país tem de fornecedores externos, que é hoje de cerca de 85%. Entretanto, a indústria de fertilizantes passa por um momento de transição no país, e o fluxo de compras neste ano estava atrasado até maio. *(IC)*

Conjuntura
Sob o impacto da falta de chuvas, PIB do agro recuou 2,9% no segundo trimestre
B9

INÊS 249

STF, Anatel e PF são alvo de ataques cibernéticos

De Brasília

A decisão de suspender o funcionamento no Brasil da rede social X, de propriedade de Elon Musk, levou a uma série de ataques aos sistemas do Supremo Tribunal Federal (STF), da Polícia Federal (PF) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A página do escritório de advocacia Barci de Moraes, que pertence à família do ministro Alexandre de Moraes, também foi alvo.

Um grupo hacker usou a rede social do bilionário Elon Musk para reivindicar a autoria das invasões. Segundo informações dos órgãos atingidos, o ataque foi do tipo DDoS (ataque de negação de serviço), quando milhares de acessos simultâneos são realizados com o intuito de desequilibrar a rede e inviabilizar os serviços.

No caso do STF, o ataque ocorreu na quinta-feira, um dia antes de Moraes determinar a suspensão da rede social em todo o país. "Os sistemas ficaram inoperantes por menos de dez minutos. A equipe técnica do Tribunal agiu rapidamente, retirando os serviços do ar e implantando novas camadas de segurança, de modo que todos os acessos foram normalizados e não houve nenhum prejuízo operacional ao Tribunal", disse a Corte.

Em nota, a PF informou que abriu uma investigação preliminar para apurar o ataque cibernético e que houve instabilidade em serviços prestados nessa terça-feira. Segundo a corporação, o acesso aos serviços já foi restabelecido e não foi detectado comprometimento aos sistemas e aos dados da instituição.

A Anatel também reconheceu que houve instabilidade dos seus sistemas e redes, mas disse que, por ser uma organização pública de grande relevância, é comum ser alvo de ataques cibernéticos, "especialmente em circunstâncias que envolvem temas sensíveis". "Após a decisão do STF de bloquear o X, a agência observou um aumento esperado nesses ataques, o que ocasionou instabilidades momentâneas em seus sistemas e redes."

A agência informou ainda que a equipe de TI está agindo de "forma contínua para mitigar os impactos e garantir a segurança das operações". "Os sistemas foram prontamente restabelecidos, e medidas adicionais foram adotadas para fortalecer a infraestrutura de rede, assegurando a continuidade dos serviços prestados à sociedade." ***(IP)***

Entrevista Bilionário aos 28 anos, Pedro Franceschi diz que fintech Brex está só no começo C6



Dívida Petrobras capta US$ 1 bilhão com bônus de dez anos no exterior C3

Cartões Abecs quer que regra para gestão de riscos inclua "rating" e conta garantia C3

Finanças

Inclui **Legislação & Tributos**

Política monetária Surpresa com atividade econômica alimenta dúvida do mercado sobre elevação de 0,25 ponto ou de 0,5 ponto na taxa

PIB reforça aposta de alta da Selic no Copom deste mês

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Os dados fortes da economia brasileira no segundo trimestre voltaram a ampliar as dúvidas dos agentes financeiros sobre a trajetória da taxa Selic no curto prazo. A despeito dos sinais de desaceleração na economia americana e das declarações recentes do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que um eventual ciclo de aperto monetário no país seria gradual, a resiliência da atividade local mantém vivas as apostas de uma alta de 0,5 ponto da Selic neste mês. O cenário reforça o ambiente de divisão do mercado sobre os próximos passos dos juros.

Atualmente, a precificação extraída da curva de juros embute uma alta de 0,36 ponto na Selic em setembro, o que representaria uma probabilidade implícita de 47% de elevação de 0,5 ponto na taxa básica — cálculo que considera apenas o cenário entre uma alta de 0,25 ponto e um aumento de 0,5 ponto. Logo após a divulgação dos dados do PIB de ontem, essa probabilidade chegou a superar os 60%.

Nas reuniões seguintes, de novembro e dezembro, a precificação da curva embute altas de 0,46 e 0,46 ponto, respectivamente, levando a uma Selic em torno de 11,75% no fim do ano. Em 2025, a taxa chega a superar os 12,25%.

Vale mencionar que a sessão de ontem foi marcada por sinais de desaceleração na atividade dos EUA, após dados do setor industrial terem avançado menos do que as expectativas de mercado.

O dado americano, inclusive, contribuiu com um recuo firme nos preços das commodities, o que acabou pressionando tanto o Ibovespa como o real. No fim do dia, o principal índice da bolsa local caiu 0,41%, aos 134.353 pontos, com destaque para as ações da Vale, que recuaram 3,59%, na esteira da queda dos preços do minério de ferro. Já o dólar subiu 0,48%, negociado aos R$ 5,6413 no segmento à vista.

Para a economista-chefe da Ventor Investimentos, Marina Rossi, o cenário de atividade doméstica forte, reforçado pelos dados do PIB, indica que será muito difícil evitar um novo ciclo de aperto no Brasil. "Do ponto de vista do BC, é preocupante essa economia que não desacelera. Não tem muito como evitar um ciclo de alta. Estamos com a cabeça de que o Copom [Comitê de Política Monetária] vai começar com 0,25 ponto, mas vai acabar sendo forçado a subir mais", diz.

A projeção da Ventor, até ontem, era de uma Selic de 12% ao ano no fim desse eventual ciclo de alta, mas a estimativa está sendo revisada e deve ir para a casa dos 12,5%, segundo a economista. "É um hiato que preocupa. A composição do PIB traz zero conforto para o BC. A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu, mas ainda não é em um nível que se possa dizer que o investimento está puxando o crescimento. É consumo", diz Rossi.

Para ela, ao se avaliar o ambiente doméstico, fica claro que há um crescimento acima do potencial. "Mesmo que a Nairu [taxa de desemprego de equilíbrio] seja mais baixa hoje do que já foi, não está nesse nível de desemprego que estamos atualmente. O desequilíbrio está claro."

Na visão do economista-chefe da Truxt Investimentos, Arthur Carvalho, houve uma aceleração da atividade econômica no segundo trimestre. "A inflação corrente estava muito boa, mas parou de melhorar, em um primeiro sinal de cautela, mas o que foi mais preocupante foi a aceleração marginal da atividade econômica. Não dá para dizer que a atividade continuou forte. Na verdade, acelerou no segundo trimestre e muito mais do que imaginávamos. O PIB só confirmou isso e foi fruto, muito provavelmente, de uma política fiscal muito expansionista", afirma.

> "(...) É preocupante essa economia que não desacelera. Não tem muito como evitar um ciclo de alta [da Selic]"
> *Marina Rossi*

Para ele, o debate sobre altas de juros, que, há alguns meses, era fincado na desancoragem das expectativas de inflação, passou a ser um debate sobre a economia estar superaquecida. "Entendo que, em maio, havia uma discussão sobre o BC ter de elevar os juros porque o Focus mostrava as expectativas desancoradas, mas esse deixou de ser o debate principal. Para perseguir, de fato, a meta de inflação, o BC terá de agir."

E essa ação, na avaliação de Carvalho, terá de passar por um ciclo de aperto com início neste mês. "Diante de uma comunicação um pouco confusa, que não ajuda, e dado que parece haver divergências dentro da diretoria, acredito que irão entregar um aumento de 0,25 ponto para, depois, acelerar para 0,5 ponto. O tamanho do ciclo ainda está em aberto", avalia.

Rossi, da Ventor, também avalia que a comunicação do Copom foi um pouco "confusa" nos últimos dias e um dos motivos que levou a isso foi o ambiente externo.

"Você vê o Campos Neto e o Paulo Picchetti dando um pouco mais de ênfase a um cenário externo mais benigno. Mas, para mim, esse PIB de hoje foi a pá de cal de que não dá para esperar que o cenário externo vá fazer todo o trabalho. Estamos em uma situação bastante descorrelacionada com o restante do mundo e seria arriscado o Copom apostar que só a melhora do externo seria suficiente", afirma.

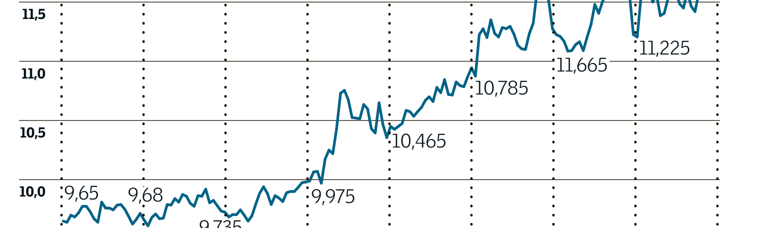
O economista da Truxt acredita que o BC gostaria de fazer um ciclo pequeno, de ajuste entre 1 e 1,5 ponto no juro. "A questão é ver se irão conseguir entregar isso. Para fazer um ciclo pequeno de juros, o fiscal vai ter de desacelerar. Claro, já existe uma desaceleração contratada por causa do efeito dos precatórios, mas o fiscal não vai colapsar nem apertar a economia, só irá estimular menos... E isso será decisivo para o tamanho do ciclo", enfatiza Carvalho, ao projetar a Selic em 12% no início do próximo ano.

Ontem, bancos estrangeiros, como o Citi e o Barclays, também passaram a projetar uma alta da Selic no mês de setembro.

O Citi vê quatro altas seguidas de 0,25 ponto, que levariam a taxa a 11,5% no início do ano que vem. "A avaliação de um aumento iminente na taxa de juros se fortaleceu ainda mais se considerarmos que o Copom mencionou na última ata que, se a deterioração das expectativas e do câmbio for persistente, os impactos inflacionários resultantes podem ser significativos e serão devidamente incorporados pelo comitê. Em outras palavras, condicionado à evidência atual de que a deterioração se mostrou persistente desde o fim de julho, será difícil para o Copom não aumentar a Selic em setembro", dizem os economistas do banco.

Já de acordo com o economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, "os fundamentos sugerem que a economia está mais aquecida do que nós e o BCB pensávamos". Com isso, o banco passou a esperar um ciclo de aperto de 1,5 ponto. "Em nossa opinião, as recentes surpresas na atividade econômica levarão o BC a revisar para cima suas próprias projeções de PIB, o que deve levar a um hiato do produto mais apertado, elevando, por sua vez, suas projeções de inflação, se tudo o mais permanecer igual. Acreditamos que esses acontecimentos, combinados com uma postura mais 'hawkish' desde a decisão de julho, devem resultar no início de um ciclo de aperto relativamente pequeno de 1,5 ponto em setembro", afirma. ***(Colaboraram Arthur Cagliari e Maria Fernanda Salinet)***

Alta de juros a caminho?
Evolução da taxa do DI para janeiro de 2026 (em %)



Fonte: B3 e Valor PRO

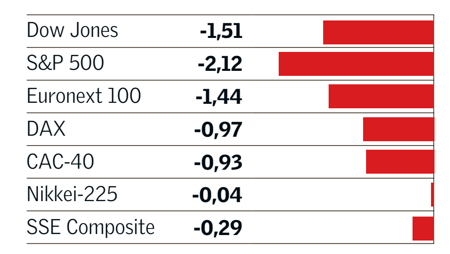
DIVULGAÇÃO

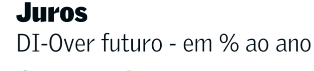


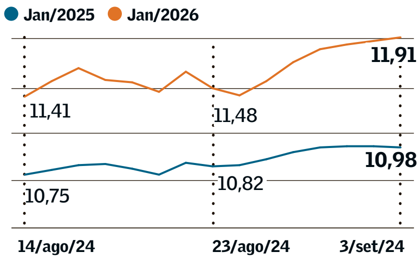
Carvalho: Debate principal deixou de ser sobre expectativas desancoradas e passou a ser sobre economia superaquecida

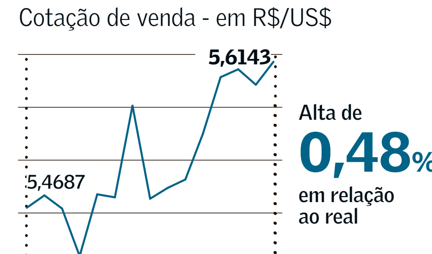
INÊS 249

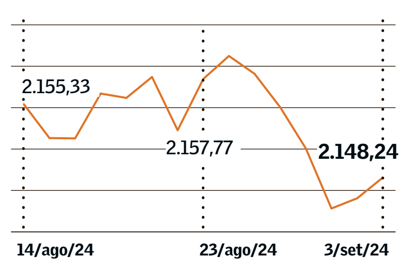












Mercados Decepção com dados do setor industrial provoca aversão a ativos de risco; S&P 500 recua 2,12% e Nasdaq cai 3,26%

Temor de 'pouso forçado' nos EUA derruba bolsas em NY

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi, Igor Sodré e Cristiana Euclydes
De São Paulo

O retorno dos mercados americanos após o feriado de Dia do Trabalho nos Estados Unidos foi marcado por uma forte aversão a ativos de risco, que pesou principalmente no desempenho das bolsas de Nova York. A decepção com o índice de gerentes de compras (PMI) do setor industrial renovou os temores dos investidores em relação à possibilidade de recessão da economia americana, e os índices acionários de Wall Street recuaram até 3%.

O índice Dow Jones fechou o pregão em queda de 1,51%, a 40.936,93 pontos; o S&P 500 recuou 2,12%, a 5.528,93 pontos; e o Nasdaq tombou 3,26%, a 17.136,30 pontos.

Os 47,2 pontos do PMI industrial americano em agosto, conforme leitura do Instituto para Gestão da Oferta (ISM), reacenderam os temores de que a atividade econômica nos Estados Unidos pode estar caminhando para uma desaceleração mais brusca do que o mercado precifica no momento. Embora o dado tenha exibido alta em relação aos 46,8 pontos de julho, o resultado veio abaixo do esperado e ainda refletiu um aumento dos estoques na indústria, e não uma melhora das condições no setor.

"O PMI industrial do ISM avançou pelos motivos errados em agosto", avaliam Tim Quinlan e Shannon Seery, economistas do Wells Fargo, em relatório. De acordo com eles, sem o avanço no componente de estoques, o PMI teria caído 0,8 ponto.

Ainda assim, Quinlan e Seery não enxergam risco elevado de recessão nos Estados Unidos. "Embora uma leitura abaixo de 50 pontos possa indicar um cenário desanimador para o setor industrial, é preciso uma leitura ainda mais baixa para sinalizar uma recessão para a economia como um todo; 42,5 pontos, de acordo com o ISM. Portanto, o relatório de hoje [ontem] é, de modo geral, consistente com um tema que vem se mantendo durante a maior parte dos últimos dois anos: a economia ainda está se expandindo, mesmo que o setor fabril não esteja."

De qualquer forma, os mercados voltaram a exibir forte estresse ontem, e o índice de volatilidade VIX, conhecido como o medidor do "medo" de Wall Street, subiu 33,25% e voltou ao patamar de 20 pontos. O movimento lembrou o pânico do começo de agosto, quando o VIX alcançou um pico de 65 pontos.

A busca por segurança ainda fez os rendimentos dos Treasuries, os títulos do Tesouro americano, recuarem: a taxa da T-note de 2 anos cedeu de 3,925% a 3,873% e a da T-note de 10 anos caiu de 3,911% a 3,836%.

Além da aversão a risco, os Treasuries se beneficiaram de comentários da ex-presidente do Federal Reserve (Fed) de Cleveland Loretta Mester que deixou o cargo em 30 de junho. Em entrevista à CNBC, ela deixou a porta aberta para a possibilidade de um corte de juros mais agressivo das taxas de juros neste mês, de 0,5 ponto percentual. A declaração chamou a atenção do mercado, uma vez que Mester foi uma das vozes mais conservadoras do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) nos últimos anos.





"O PMI industrial do ISM avançou a 47,2 pontos em agosto pelos motivos errados"
Tim Quinlan

Em relatório mensal de perspectiva, o estrategista sênior de EUA do Rabobank, Philip Marey, afirma que o Fed deve entregar quatro cortes de juros seguidos entre setembro e janeiro do ano que vem, influenciado por uma deterioração adicional do mercado de trabalho, levando a taxa de juros americana ao patamar de 4,25% a 4,5%. O que acontecerá a partir daí depende em grande parte das políticas econômicas adotadas pelo próximo governo, diz.

"Uma vitória de [Donald] Trump provavelmente levaria a uma tarifa universal e a uma reaceleração da inflação que deve interromper o ciclo de cortes do Fed. Uma vitória de [Kamala] Harris provavelmente seria menos inflacionária e daria margem para cortes adicionais em 2025", prevê Marey, cujo cenário-base ainda contempla uma vitória do ex-presidente republicano em novembro. "Entretanto, se Harris conseguir manter seu atual impulso nas pesquisas, teremos de alterar nossa suposição sobre o resultado da eleição e, provavelmente, acrescentar alguns cortes do Fed", diz o estrategista.

Petróleo cai ao menor nível desde 2023 em meio a demanda fraca

Cristiana Euclydes
De São Paulo

Os contratos futuros de petróleo fecharam em queda de mais de 4%, refletindo preocupações com a demanda fraca na China e indicações de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+) podem aumentar a produção em outubro, com a Líbia potencialmente retomando sua oferta.

O contrato futuro de petróleo WTI, referência americana, com entrega para prevista para outubro caiu 5,32% a US$ 70,34 por barril, enquanto o Brent, referência internacional, para novembro teve queda de 4,86% a US$ 73,75, seus níveis mais baixos desde meados de dezembro de 2023.

O aumento da oferta de petróleo planejado para outubro pela Opep+ exerce pressão de queda sobre os preços, diz o analista Zain Vawda, da Oanda. Segundo ele, houve preocupações de que, dada a menor demanda e os preços mais baixos, o grupo poderia atrasar o aumento de oferta, mas rumores de fontes da indústria confirmaram que o plano deve seguir.

Além disso, há relatos de que os governos rivais da Líbia estão se aproximando de um acordo, o que ajudaria a restaurar a produção de petróleo no país, após dias de interrupções, com a oferta de óleo líbio voltando ao mercado internacional.

O analista diz ainda que os dados do índice de gente de compras (PMI) industrial da China divulgados no fim de semana renovaram as preocupações com a demanda daqui para frente. Ele destaca que os preços de casas novas subiram em seu ritmo mais fraco em 2024, "um sinal de que a demanda por moradias está diminuindo, o que não é um bom presságio para as demandas de matérias-primas e também de petróleo."

Na semana passada, o Goldman Sachs passou a projetar os preços do Brent oscilando entre US$ 70 e US$ 85 por barril, além de ter reduzido a estimativa para o preço médio do petróleo em 2025 de US$ 82 para US$ 77 por barril no próximo ano, em um movimento que reflete surpresas de alta nos estoques nos países da OCDE e um valor justo mais baixo nas estimativas para os preços no longo prazo.

Sabatina de Galípolo pode ficar para depois das eleições municipais

Julia Lindner, Caetano Tonet e Gabriel Shinohara
Brasília

Apesar das articulações para realizar nas próximas semanas a sabatina no Senado de Gabriel Galípolo, indicado para assumir a presidência do Banco Central em 2025, aliados do presidente da casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avaliam que a sessão deve ficar para novembro, após as eleições municipais. O martelo será batido hoje.

Nos últimos dias, Galípolo fez uma série de reuniões com senadores. Indicado por Lula, o economista — que hoje é diretor de política monetária do BC — precisa ser sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, defendeu a sabatina no dia 10 de setembro. Mas essa ideia foi descartada pelo presidente da CAE, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). Segundo Cardoso, a reunião do dia 10 será semipresencial e seria "humanamente impossível" fazer a análise na data.

Outra possibilidade em discussão é o dia 17 de setembro, na avaliação do presidente da CAE. Mas a definição depende de conversas com Pacheco. Além disso, nos dias 17 e 18, Galípolo estará nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Por isso, o economista estará em período de silêncio, quando membros do colegiado não podem falar sobre assuntos do Copom.

Ontem, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), acompanhou Galípolo em algumas reuniões com parlamentares. Depois de encontro com a bancada do PT, Jaques confirmou que ele mesmo deve ser o relator da indicação na CAE. "Quando o processo chegar à CAE, o presidente do colegiado [Vanderlan Cardoso] deve me indicar."

O primeiro encontro do dia foi com o presidente da CAE e os senadores Otto Alencar (PSD-GO) e Nelsinho Trad (PSD-MS). Galípolo tem evitado falar com a imprensa.

Um dos motivos da insatisfação de Pacheco com o Palácio do Planalto é o fato de Padilha ter anunciado acordo para a sabatina ocorrer no dia 10 sem ter costurado o entendimento. Senadores também ficaram incomodados por Padilha ter anunciado Wagner como relator ainda na segunda-feira. Na visão do presidente da Casa, o governo criou "constrangimentos" ao tentar impor um calendário.

Wagner disse que o problema é conseguir quórum para a sabatina, por conta da proximidade das eleições municipais. O senador afirmou preferir que a sabatina fosse dia 10 na CAE e que seria mais fácil conseguir quórum no colegiado porque "o universo é menor"; já no plenário, "não arriscaria" porque teria que ter pelo menos 44 pessoas. "O nome dele foi muito bem recebido por todo mundo, não vejo nenhuma dificuldade. A dificuldade é quórum."

Aliados de Pacheco dizem que, se o governo quiser, precisará assumir o risco de reunir quórum. O presidente do Senado não quer ficar com o ônus de uma derrota diante do esvaziamento do Congresso em função do período eleitoral. Galípolo ainda não se reuniu com Pacheco e não há data para isso ocorrer.

Ao longo do dia, Galípolo teve compromissos com senadores de diversas posições. Em suas caminhadas de um gabinete para o outro, chegou a ser parado para tirar fotos, inclusive pela ex-senadora Kátia Abreu. O diretor almoçou no gabinete do senador Lucas Barreto (PSD-AP) junto com outros senadores. De tarde, teve uma reunião com senadores do PT, como Paulo Paim (RS) e Humberto Costa (PE), na liderança do partido.

Galípolo ainda se encontrou o líder da minoria, Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de Jair Bolsonaro. Ao sair do encontro, o senador disse que Galípolo teria seu "apoio total".

Saída de diretora do BC é alerta para diversidade

Andrea Jubé e Gabriel Shinohara
De Brasília

A sucessão de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central (BC) e as mudanças, simultaneamente, em mais três diretorias jogam luz sobre um tema pouco explorado quando se trata do órgão responsável pelo controle da inflação: a diversidade de raça e gênero na cúpula da instituição.

O debate começou, sem alarde, com a nomeação da primeira diretora em 2000. Ganhou fôlego com a posse do primeiro diretor negro, Ailton de Aquino Santos, em julho de 2023, em quase 60 anos de história da autoridade monetária. Nesse período, foram apenas cinco mulheres diretoras. A pioneira foi Tereza Cristina Grossi, que assumiu a diretoria de fiscalização em 2000.

Esse é o pano de fundo da articulação para que uma mulher seja indicada para uma das duas vagas da diretoria a serem abertas no fim do ano, que são tradicionalmente preenchidas por servidores de carreira.

Já existe decisão política nesse sentido para evitar que, diante da saída do único quadro feminino — a diretora de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta, Carolina de Assis Barros — o colegiado volte a ser totalmente masculino.

Em dezembro, chegam ao fim os mandatos de Campos Neto, Carolina Barros e do diretor de regulação, Otavio Damaso. Com a indicação de Gabriel Galípolo para a presidência, abre-se, automaticamente, a vaga de diretor de política monetária — para a qual, contudo, busca-se quadro ligado ao mercado financeiro.

Para assumir uma dessas duas diretorias — de relacionamento ou de regulação — o governo procura o nome de uma servidora que, preferencialmente, exerça função de chefia.

Alguns nomes circulam nos bastidores: Juliana Mozachi-Sandri, chefe do departamento de supervisão de conduta e presidente da FinCoNet (International Financial Consumer Protection Organisation); e Isabela Damaso, gerente de sustentabilidade e relacionamento com Investidores internacionais.

Isabela é irmã do diretor Otávio Damaso, que está de saída. Para a mesma vaga, também é lembrado o chefe do respectivo departamento de regulação, Gilneu Astolfi Vivan. O **Valor** procurou os três cotados, por meio da assessoria do BC, mas eles não quiseram comentar.

Dois nomes circulam como possíveis candidatas; em 60 anos, autoridade só teve cinco diretoras


DIVULGAÇÃO
Assis é a única mulher hoje a compor o colegiado da autoridade monetária

Em 2023, alas do PT movimentaram-se para emplacar o primeiro negro na cúpula do BC. Em março do ano passado, o nome do economista Rodrigo Monteiro, há 29 anos servidor da instituição, foi submetido ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para assumir a diretoria de fiscalização. No entanto, as articulações por sua indicação não avançaram.

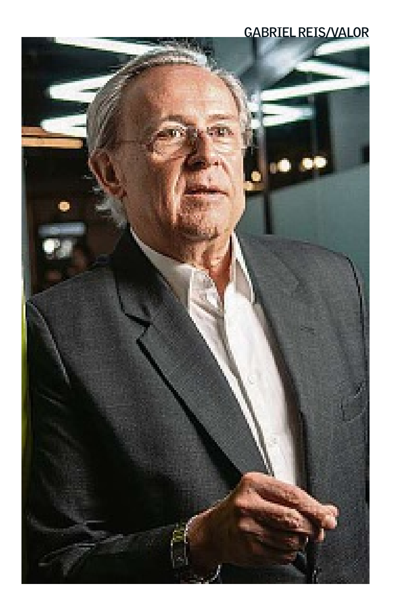
Após nova rodada de negociações, foi escolhido para o cargo Ailton de Aquino, que à época tinha mais de 28 anos de carreira.

Ao **Valor**, Aquino afirmou que sua escolha como primeiro diretor negro do BC é "uma vitória pessoal", e, também, o "triunfo das milhões de pessoas iguais a mim: pessoas pretas e pessoas de origem pobre".

Ele observou que se considera o representante dos "invisibilizados" na instituição. "Sempre que me locomovo dentro do Banco Central, recebo abraços de funcionários terceirizados da vigilância e da limpeza, que não me tratam por 'senhor diretor', como é de praxe, mas me cumprimentam de cabeça erguida e conversam comigo me chamando simplesmente pelo meu nome: Ailton", revelou.

"Vejo que diante de mim essas pessoas não se notam invisíveis e se sentem, de certa forma, vitoriosas, o que me emociona. Me considero um deles porque os represento", enfatizou.

Procurado por meio da assessoria, o BC não se manifestou. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que submete os nomes dos pré-selecionados ao crivo de Lula, não confirmou a provável escolha de uma mulher para uma das próximas vagas na diretoria do BC.


GABRIEL REIS/VALOR

Regulação Associação vai apresentar sugestões à consulta pública do BC sobre riscos em arranjos de pagamentos e tratar de temas como rating, 'chargeback' e liquidação

Abecs quer conta garantia em cartões

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) quer que o aprimoramento das regras para o gerenciamento de riscos em cartão, em discussão com o Banco Central (BC), inclua medidas como utilização de "rating" (nota) para avaliação dos participantes, uso de conta garantia por emissores (bancos ou fintechs) e credenciadoras (empresas de "maquininhas") e liquidação centralizada obrigatória para subcredenciadoras.

Estão também em discussão a redução do prazo para solicitação de "chargeback" (contestação de compra no cartão por parte do usuário) e o aumento das informações disponibilizadas sobre os estabelecimentos comerciais, visando reduzir o chamado "risco diferido", ligado a transações nas quais há descasamento entre pagamento e entrega do serviço, caso de pacotes de viagens, shows e eventos em geral.

As sugestões da entidade serão apresentadas ao BC, que publicou na segunda-feira consulta pública para tratar do tema. Na prática, é uma discussão sobre "quem paga a conta" se houver problemas com algum dos participantes do sistema de cartão. As conversas ganharam fôlego na indústria desde o ano passado, na esteira de casos como o da administradora de cartões Credz e da agência de viagens 123milhas, que evidenciaram impasses nas regras sobre garantias e repasses na cadeia.

O aprimoramento nas regras vinha sendo debatido na Abecs, que reúne grandes bancos emissores de cartões, credenciadoras e bandeiras. Em março, o vice-presidente executivo da entidade, Ricardo Vieira, antecipou ao **Valor** que a associação estava elaborando um estudo sobre o tema. Agora, o executivo deu mais detalhes sobre a proposta que foi construída com a participação das bandeiras — responsáveis por estabelecer as regras que cada elo da cadeia deve seguir nas transações com cartão —, de advogados e da consultaria Bain.

Vieira afirma que, de maneira geral, a consulta pública está em linha com as sugestões do setor, mas, analisando as propostas, é possível destacar algumas diferenças. O texto do regulador, por exemplo, fala na possibilidade de constituição de um fundo a partir de contribuições dos diferentes participantes, enquanto a entidade se baseou em modelos no qual não há socialização do risco, ou seja, no qual cada participante é associado apenas ao risco que traz ao sistema.

"Esse é um dos princípios que balizaram a proposta. Também definimos que os modelos deveriam mitigar riscos, mas sem inibir ou dificultar a competição de mercado, mantendo, inclusive, a capacidade de competição das bandeiras em função do seu apetite ao risco", diz. "Além disso, buscamos um formato que fosse o menos oneroso possível para o ecossistema."

A Abecs propõe que tanto emissores quanto credenciadoras adotem uma conta-garantia ("escrow account") para acomodar os recursos ligados às transações com cartão. Isso, afirma Vieira, não afeta as regras de antecipação de recebíveis ou o "float" (o que as instituições ganham no intervalo entre receber o dinheiro do pagador e repassá-lo), mas garante que, se houver problema de repasses, "a ponte" para disponibilização dos recursos ao recebedor final já está construída. "Os custos de contratação dessa solução são muito baixos", diz. A entidade também propõe que os participantes trabalhem com processadores reserva.

No caso dos emissores, a Abecs acha ainda importante deixar claro que a bandeira pode pedir as garantias que considerar adequadas aos emissores, mas deve arcar com as perdas se não exigir o suficiente. A adoção de "ratings", feitos pelas agências de classificação de risco, contribuiria com os processos de avaliação de risco utilizados por todos os participantes, diz Vieira. "Cada um poderá decidir o que fazer com base nessas informações e na sua própria política de riscos."

No texto da consulta pública, o BC diz que o regulamento do arranjo de pagamento, que é instituído pelas bandeiras, deve conter mecanismos de gestão de riscos a serem executados em caso de inadimplemento ou falha de algum participante. Essas medidas podem incluir fornecimento prévio de garantias individuais, constituição de fundo mutualizado a partir de contribuições de cada elo da cadeia ou outras ações.

> "Buscamos um formato que fosse o menos oneroso possível para o ecossistema"
> *Ricardo Vieira*

Petrobras capta US$ 1 bilhão com bônus de dez anos

Rita Azevedo
De São Paulo

A Petrobras voltou ao mercado externo de dívida e emitiu US$ 1 bilhão com bônus de dez anos. A estatal é a primeira companhia brasileira a captar lá fora na reabertura da "janela" que marca o retorno das férias no Hemisfério Norte. A procura pelos papéis foi forte, chegando a US$ 3 bilhões ao longo do dia. No fim, o "book" foi de US$ 2,75 bilhões.

A expectativa de bancos de investimento é que setembro seja um período movimentado para esse tipo de operação. São esperadas cerca de seis emissões ao longo do mês. Além da Petrobras, a Eletrobras iniciou nesta semana apresentações para investidores para captar até US$ 1 bilhão. A precificação é prevista para quinta-feira.

O cenário lá fora é positivo para emissões brasileiras, considerando o interesse dos estrangeiros pelos papéis e os níveis atuais das taxas. Também é esperado que algumas empresas antecipem ofertas que seriam feitas mais para o fim do ano para fugir de um provável aumento da volatilidade nos mercados com a aproximação das eleições nos Estados Unidos.

No caso da Petrobras, o interesse pelos papéis garantiu a redução na taxa de remuneração ("yield") para 6,25% ao ano, abaixo dos 6,5% que serviam como referência aos investidores no início da oferta. O cupom ficou em 6% ao ano.

> **6,25%**
> **foi a taxa obtida, abaixo da inicial**

No ano até agora, o volume de emissões de bonds de brasileiros se aproxima dos US$ 17,5 bilhões, ante US$ 16,1 bilhões em todo o ano passado, conforme dados da Bond Radar. Foram, no total, 19 emissões, incluindo as do Tesouro Nacional. Realizaram ofertas desde companhias conhecidas entre os investidores estrangeiros, como Cosan, Raízen e Vale, até nomes estreantes, como a petroleira 3R e a Ambipar, de gestão de resíduos.

Além da emissão dos bonds, a Petrobras anunciou um programa de recompra de títulos no mercado internacional no valor de até US$ 1 bilhão. O plano da companhia é comprar até seis séries de bonds, sendo que duas delas, que vencem em 2030 e 2031, são prioritárias. A oferta é válida até o dia 9 de setembro.

A agência de classificação de risco Moody's atribuiu o rating "Ba1" para os bonds da Petrobras. Como os recursos serão voltados para a recompra de dívidas e para propósitos corporativos gerais, caso haja excedente, a operação não deve afetar as métricas de proteção de dívidas da companhia, destacaram os analistas.

A S&P deu a nota 'BB' para a proposta de emissão, acompanhando o rating corporativo da petroleira.

BofA, Bradesco BBI, HSBC, J.P. Morgan, Mizuho e Morgan Stanley coordenaram a operação.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 03/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.177,1856430	0,04	0,08	6,39
IRF-M	1+**	20.425,7658750	0,13	0,04	2,43
IRF-M	Total	18.589,3794150	0,10	0,06	3,60
IMA-B	5***	9.418,1114220	-0,02	0,03	4,92
IMA-B	5+****	11.416,4279020	-0,12	-0,42	-1,62
IMA-B	Total	10.031,9411870	-0,08	-0,23	1,26
IMA-S	Total	6.860,3252520	0,04	0,08	7,35
IMA-Geral	Total	8.317,6837460	0,02	0,00	4,63

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	20/08	19/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,97	32,98	31,49	29,63	31,58	29,66
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,49	26,49	24,67	24,96	25,96	26,74
Conta garantida pré - a.a.	45,34	42,57	42,26	38,67	44,61	47,27
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,63	21,19	21,67	21,70	21,56	26,00
Vendor pré - a.a.	17,42	16,27	18,31	15,28	18,83	19,06
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,73	17,00	16,85	16,30	16,37	18,74
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,19	18,93	19,07	18,30	17,08	18,30
Conta garantida pós - a.a.	25,15	25,27	24,56	24,76	25,08	27,09
ACC pós - a.a.	7,59	7,98	8,86	8,30	8,09	8,71
Factoring - a.m.	3,22	3,25	3,21	3,25	3,22	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	03/09/24	02/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	Feriado	5,3500	5,3200	5,3500	5,3100
1 mês	-	Feriado	5,3458	5,3465	5,3505	5,3114
3 meses	-	Feriado	5,3681	5,3684	5,3624	5,1870
6 meses	-	Feriado	5,3945	5,3951	5,3910	5,0605
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6650	3,6540	3,6640	3,6520
1 mês	-	3,6683	3,6689	3,6690	3,6680	3,5020
3 meses	-	3,7040	3,7226	3,7145	3,7892	3,4428
6 meses	-	3,8354	3,8412	3,8379	3,8754	3,1612
1 ano	-	3,9127	3,9122	3,9130	3,9121	2,2733
Euribor ***						
1 mês	-	3,588	3,584	3,589	3,611	3,639
3 meses	-	3,469	3,515	3,490	3,623	3,770
6 meses	-	3,351	3,385	3,360	3,553	3,934
1 ano	-	3,072	3,095	3,088	3,320	4,055
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,25	Feriado	5,33	5,26	5,35	5,39
T-Bill (3 meses)	5,10	Feriado	5,11	5,09	5,17	5,43
T-Bill (6 meses)	4,84	Feriado	4,84	4,85	4,83	5,50
T-Note (2 anos)	3,87	Feriado	3,86	3,90	3,88	4,88
T-Note (5 anos)	3,65	Feriado	3,65	3,67	3,62	4,30
T-Note (10 anos)	3,84	Feriado	3,82	3,86	3,79	4,18
T-Bond (30 anos)	4,13	Feriado	4,11	4,15	4,11	4,30

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês set/24*	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,08	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,18	11,20
CDI	0,08	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,18	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	5,18	7,09
IRF-M	0,06	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	3,60	8,26
IMA-B	-0,23	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,26	5,32
IMA-S	0,08	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,35	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-1,21	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	0,13	17,51
Índice Small Cap	-0,71	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-10,33	-2,18
IBrX 50	-1,35	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	1,75	19,46
ISE	-0,40	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-2,46	9,55
IMOB	-0,37	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-8,05	4,77
IDIV	-0,48	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	4,50	21,94
IFIX	-0,29	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	2,18	5,63
Dólar Ptax (BC)	-0,60	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	16,13	14,92
Dólar Comercial (mercado)	0,16	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	16,26	13,79
Euro (BC) (4)	-0,76	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	16,02	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	0,04	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	16,01	16,00
Ouro (BC)	-1,15	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	39,92	48,11
Inflação								
IPCA (5)	-	0,04	0,38	0,21	0,46	0,38	2,91	4,30
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 03/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,04% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 29/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.684.506,03					-7.717,44	55.942,26	316.880,00	283.104,10
RF Indexados (2)	145.055,53	-0,09	0,66	4,11	7,39	-22,73	-2.032,90	-11.710,76	-17.050,70
RF Duração Baixa Soberano (2)	688.566,68	0,04	0,77	6,49	10,40	-4.192,08	-1.484,57	38.197,19	29.616,45
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	902.203,06	0,04	0,87	7,42	11,86	2.466,98	25.548,49	91.848,10	93.154,15
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	192.518,70	0,04	0,05	7,49	11,92	131,04	5.442,73	82.802,71	87.099,57
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.646,54	0,00	0,75	6,02	9,20	-115,10	-1.376,40	-5.358,33	-6.193,69
RF Duração Livre Soberano (2)	217.986,93	0,01	0,77	6,09	9,91	-459,61	-2.456,94	-13.849,46	-30.893,94
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	670.365,46	0,02	0,85	6,66	10,68	-2.490,23	14.402,39	-17.314,52	-36.273,86
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	400.294,55	0,03	0,97	6,84	11,16	1.004,24	11.536,25	107.861,35	145.777,99
Ações	647.729,31					35,45	-1.610,76	2.570,86	45.456,88
Ações Indexados (2)	10.929,43	-0,98	6,55	1,35	14,49	6,07	150,58	269,71	-1.684,04
Ações Índice Ativo (2)	30.455,48	-1,04	5,79	-0,40	10,82	-26,94	-1.792,78	-7.097,24	-6.523,96
Ações Livre	234.407,88	-0,91	4,63	1,52	11,18	124,14	-1.471,37	-889,92	-5.171,09
Fechados de Ações	125.144,26	-0,40	1,14	-3,76	-0,49	0,19	88,37	-1.940,82	12.280,42
Multimercados	1.614.327,98					-790,86	-37.923,63	-143.331,23	-275.093,54
Multimercados Macro	136.782,30	-0,10	0,75	2,93	6,68	-106,69	-6.107,27	-42.829,03	-63.328,75
Multimercados Livre	622.227,95	-0,06	1,06	6,10	10,40	-426,03	-5.128,44	-17.826,82	-80.787,76
Multimercados Juros e Moedas	49.098,98	0,03	0,81	6,47	10,77	-59,02	97,99	-9.449,72	-15.104,75
Multimercados Invest. no Exterior (2)	723.429,16	0,01	0,45	7,31	12,89	-218,99	-27.018,47	-74.432,05	-111.809,85
Cambial	6.369,16	1,29	0,31	20,33	22,67	15,61	-18,02	-699,08	-1.116,29
Previdência	1.471.904,87					270,09	4.307,75	27.439,75	40.436,09
ETF	43.640,91					-364,80	-955,04	-3.275,12	-3.428,94
Demais Tipos	2.099.355,33					-3.817,98	12.317,95	85.279,00	100.797,35
Total Fundos de Investimentos	**7.468.478,27**					**-8.551,95**	**19.742,55**	**199.585,19**	**89.358,30**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.750.470,28**					**-420,43**	**11.770,19**	**106.364,87**	**170.954,93**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.268.406,31**					**-8.972,38**	**31.512,74**	**305.950,06**	**260.313,23**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	03/09/24	02/09/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,80
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8582
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,81	10,80	10,69	10,77	10,44	12,58
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,31	11,31	11,06	11,28	10,65	12,02
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,55	10,49	10,53	10,41	12,97
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,58	10,63	10,42	12,81
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,80	10,80	10,69	10,79	10,44	12,59
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,98	10,98	10,85	10,98	10,49	12,38
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,30	11,31	11,13	11,28	10,64	12,04
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,79	11,76	11,50	11,74	11,05	11,03

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 03/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.208,50	10,531	352.928	10,526	10,562	10,526
Vencimento em nov/24	98.289,48	10,640	21.442	10,636	10,664	10,636
Vencimento em dez/24	97.509,00	10,797	17.855	10,786	10,820	10,786
Vencimento em jan/25	96.626,31	10,982	1.268.670	10,975	11,030	10,975
Vencimento em fev/25	95.694,58	11,140	1.769	11,125	11,180	11,150
Vencimento em mar/25	94.828,07	11,300	978	11,280	11,345	11,305
Vencimento em abr/25	94.015,52	11,404	137.637	11,385	11,480	11,400
Vencimento em mai/25	93.159,30	11,503	587	11,505	11,560	11,505
Vencimento em jun/25	92.266,22	11,588	2.699	11,570	11,650	11,570
Vencimento em jul/25	91.408,84	11,675	409.961	11,650	11,775	11,685
Vencimento em ago/25	90.449,73	11,733	3.650	11,700	11,785	11,700

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.657,30	0,31	252.740	5.592,00	5.668,50	5.663,00
Vencimento em nov/24	5.677,34	0,31	400	5.679,00	5.679,00	5.679,00
Vencimento em dez/24	5.695,19	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.715,46	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.740,65	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.252,23	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.283,19	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.310,78	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	136.040	-0,25	84.835	135.615	136.585	136.230
Vencimento em dez/24	138.265	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	140.380	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 03/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6218	5,6224	-0,01	-0,60	16,13	14,00
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6407	5,6413	0,48	0,16	16,26	14,20
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6716	5,8516	0,20	-0,15	15,93	13,91
Euro (BC) - (R$/€)	6,2076	6,2088	-0,25	-0,76	16,02	16,71
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2286	6,2292	0,22	0,04	16,01	17,03
Euro Turismo (R$/€)	6,2993	6,4793	-0,04	-0,28	15,55	16,66
Euro (BC) - (US$/€)	1,1042	1,1043	-0,23	-0,16	-0,10	2,37
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	449,7440	449,7920	-0,57	-1,15	39,92	46,38
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.492,64	-0,16	-0,41	20,70	28,45
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.503,25	0,05	-0,83	21,38	28,75

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	03/09/24	02/09/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	176.230,15	175.964,49	178.922,92	173.997,89	0,15	-1,50	1,28
Valor-Coppead Mínima Variância	104.178,34	104.472,02	105.748,61	93.533,91	-0,28	-1,48	11,38

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 03/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 03/09/24

Índice	03/09/24	30/08/24	Em 30/08/24	29/12/23	03/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,89	188,53	188,53	165,54	156,92	-2,47	-2,47	11,08	17,18
S&P BNY Emergentes	343,12	354,71	354,71	312,75	298,11	-3,27	-3,27	9,71	15,10
S&P BNY América Latina	193,21	196,58	196,58	225,28	201,68	-1,72	-1,72	-14,24	-4,20
S&P BNY Brasil	194,46	197,44	197,44	232,95	202,51	-1,51	-1,51	-16,53	-3,98
S&P BNY México	280,13	286,82	286,82	331,67	319,94	-2,33	-2,33	-15,54	-12,44
S&P BNY Argentina	269,97	268,80	268,80	178,27	155,53	0,44	0,44	51,44	73,58
S&P BNY Chile	138,96	143,28	143,28	162,12	163,79	-3,01	-3,01	-14,29	-15,16
S&P BNY Índia	3.161,69	3.175,88	3.175,88	2.923,01	2.784,70	-0,45	-0,45	8,17	13,54
S&P BNY Ásia	212,99	218,99	218,99	189,60	180,82	-2,74	-2,74	12,34	17,79
S&P BNY China	292,09	294,08	294,08	336,11	357,76	-0,68	-0,68	-13,10	-18,36
S&P BNY África do Sul	185,59	192,07	192,07	199,87	194,28	-3,37	-3,37	-7,15	-4,47
S&P BNY Turquia	33,38	33,07	33,07	22,45	23,59	0,93	0,93	48,65	41,50

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	0,5678	0,5678	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	0,5678	0,5678	0,7772
31/08 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678	0,5678	0,7760
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718	0,5718	0,8150

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 03/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.353	-0,41	-1,21	0,13	13,96
IBrX	56.785	-0,40	-1,18	0,59	14,42
IBrX 50	22.605	-0,49	-1,35	1,75	15,55
IEE	92.792	0,39	-0,11	-2,28	7,93
SMLL	2.110	-0,28	-0,71	-10,33	-4,93
ISE	3.671	0,45	-0,40	-2,46	7,73
IMOB	929	0,22	-0,37	-8,05	2,30
IDIV	9.482	-0,26	-0,48	4,50	19,41
IFIX	3.384	-0,17	-0,29	2,18	5,17
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.896	-0,40	-0,62	-13,78	-0,04
IBrX	10.100	-0,39	-0,58	-13,38	0,37
IBrX 50	4.021	-0,48	-0,76	-12,39	1,36
IEE	16.504	0,41	0,49	-15,86	-5,33
SMLL	375	-0,27	-0,12	-22,79	-16,61
ISE	653	0,46	0,20	-16,01	-5,50
IMOB	165	0,23	0,23	-20,83	-10,26
IDIV	1.686	-0,25	0,11	-10,02	4,74
IFIX	602	-0,15	0,31	-12,01	-7,74

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jan/24	353.563	22/08/24	368.187
fev/24	352.705	23/08/24	369.504
mar/24	355.008	26/08/24	369.756
abr/24	351.599	27/08/24	369.531
mai/24	355.560	28/08/24	369.578
jun/24	357.827	29/08/24	369.286
jul/24	363.282	30/08/24	369.214
ago/24	369.214	02/09/24	369.152

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	03/09/24	02/09/24	30/08/24	29/08/24	28/08/24	27/08/24
Índice	2.148,24	2.146,24	2.145,26	2.151,06	2.155,04	2.158,27
Var. no dia	0,09%	0,05%	-0,27%	-0,18%	-0,15%	-0,08%
Var. no mês	0,14%	0,05%	0,68%	0,96%	1,14%	1,29%
Var. no ano	4,02%	3,92%	3,88%	4,16%	4,35%	4,51%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 03/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,2700	34,3000	0,16390	0,16410
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6218	5,6224
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5538	36,6454	0,1534000	0,1538000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,8020	0,8196
Colon (Costa Rica)	512,7700	518,9200	0,010830	0,010960
Coroa (Dinamarca)	6,7555	6,7560	0,8321	0,8323
Coroa (Islândia)	138,8800	139,1600	0,04040	0,04048
Coroa (Noruega)	10,6925	10,6949	0,5257	0,5258
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7250	22,7370	0,2473	0,2474
Coroa (Suécia)	10,3069	10,3098	0,5453	0,5455
Dinar (Argélia)	132,4120	133,7360	0,04204	0,04246
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3057	18,3899	18,3979
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1782	1,1838
Direitos Especiais de Saque ***	1,3431	1,3431	7,5506	7,5514
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5305	1,5309
Dirham (Marrocos)	9,7575	9,7726	0,5753	0,5762
Dólar (Austrália)***	0,6720	0,6721	3,7778	3,7788
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6218	5,6224
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7650	2,8137
Dólar (Canadá)	1,3543	1,3544	4,1508	4,1515
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7327	6,8150
Dólar (Cingapura)	1,3083	1,3088	4,2954	4,2975
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6218	5,6224
Dólar (Hong Kong)	7,7985	7,7988	0,7209	0,7210
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6188	0,6189	3,4788	3,4797
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7223	6,8260	0,8236	0,8364
Euro (Comunidade Européia)***	1,1042	1,1043	6,2076	6,2088
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0889	3,1507
Franco (Suíça)	0,8503	0,8504	6,6108	6,6123
Guarani (Paraguai)	7706,6100	7717,1000	0,0007285	0,0007296
Hryvnia (Ucrânia)	41,3000	41,4000	0,1358	0,1361
Iene (Japão)	145,8400	145,8500	0,03855	0,03855
Lev (Bulgária)	1,7705	1,7718	3,1729	3,1756
Libra (Egito)	48,4500	48,5500	0,1158	0,1160
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3102	1,3103	7,3657	7,3670
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00348	0,00359
Lira (Turquia)	33,9871	34,0038	0,1653	0,1654
Novo Dólar (Taiwan)	32,0500	32,0820	0,17520	0,17540
Novo Sol (Peru)	3,7815	3,7864	1,4847	1,4868
Peso (Argentina)	953,0000	953,5000	0,00590	0,00590
Peso (Chile)	926,2400	926,8400	0,006066	0,006070
Peso (Colômbia)	4174,7500	4178,5200	0,001345	0,001347
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2342	0,2343
Peso (Filipinas)	56,4700	56,4900	0,09952	0,09956
Peso (México)	19,8117	19,8222	0,2836	0,2838
Peso (Rep. Dominicana)	59,5200	59,9000	0,09385	0,09446
Peso (Uruguai)	40,3000	40,3300	0,13940	0,13950
Rande (África do Sul)	17,9668	17,9708	0,3128	0,3129
Rial (Arábia Saudita)	3,7529	3,7531	1,4979	1,4981
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001338	0,0001339
Ringgit (Malásia)	4,3650	4,3700	1,2865	1,2881
Rublo (Rússia)	87,0955	87,1045	0,06454	0,06455
Rúpia (Índia)	83,9400	83,9950	0,06693	0,06698
Rúpia (Indonésia)	15520,0000	15530,0000	0,0003620	0,0003623
Rúpia (Paquistão)	278,8200	279,1300	0,02014	0,02017
Shekel (Israel)	3,6854	3,6904	1,5234	1,5256
Won (Coréia do Sul)	1339,6300	1340,4900	0,004194	0,004197
Yuan Renminbi (China)	7,1209	7,1218	0,7894	0,7896
Zloty (Polônia)	3,8744	3,8753	1,4507	1,4512

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2488,00	0,01250	449,7440	449,7920

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	03/09/24	02/09/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.936,93	Feriado	-1,51	-1,51	8,62	17,51	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.958,74	Feriado	-3,15	-3,15	12,68	22,39	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.136,30	Feriado	-3,26	-3,26	14,16	22,12	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.528,93	Feriado	-2,12	-2,12	15,91	22,44	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.042,45	Feriado	-1,30	-1,30	9,94	12,15	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	51.609,91	52.493,38	-1,68	-0,72	-10,07	-2,89	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.347,82	1.355,13	-0,54	-1,06	12,77	24,26	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	96.313,88	95.606,94	0,74	5,22	66,54	147,30	38.257,94	96.313,88
Chile	Santiago	IPSA	6.386,58	6.456,25	-1,08	-1,14	3,05	6,51	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.082,01	28.721,12	-2,23	-1,26	8,17	20,59	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.737.090,44	1.754.832,94	-1,01	1,14	86,84	173,65	514.073,77	1.754.832,94
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.479,06	1.500,67	-1,44	-1,29	5,99	9,14	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.747,11	18.930,85	-0,97	-0,85	11,91	18,35	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.575,10	7.646,42	-0,93	-0,73	0,42	3,81	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.863,43	34.320,60	-1,33	-1,48	11,57	18,19	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.147,67	4.180,33	-0,78	-0,88	11,86	12,62	3.290,68	4.184,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.763,82	2.769,56	-0,21	-0,72	21,03	27,34	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.279,20	11.395,30	-1,02	-1,08	11,65	19,36	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.446,09	1.446,17	-0,01	1,04	11,83	11,28	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	908,85	920,69	-1,29	-1,07	15,51	21,82	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.982,36	72.789,23	0,27	0,16	20,39	31,49	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.747,91	86.196,35	-1,68	-0,14	8,01	22,79	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.706,82	6.773,88	-0,99	-0,79	4,85	8,49	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	897,44	890,82	0,74	-1,98	-17,17	-14,97	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.565,78	2.589,98	-0,93	-1,16	6,99	17,36	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.348,19	12.451,48	-0,83	-0,71	10,87	11,49	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	10.021,80	10.110,18	-0,87	1,92	34,16	24,40	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.057,08	2.083,86	-1,29	-1,18	9,67	9,78	1.608,42	2.083,86
África do Sul	Joanesburgo	All Share	82.156,75	83.488,38	-1,59	-1,90	6,85	9,85	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.686,31	38.700,87	-0,04	0,10	15,61	18,27	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.322,70	8.330,80	-0,10	0,07	6,30	11,12	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.530,73	1.514,70	1,06	-0,87	-16,71	-21,64	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.802,98	2.811,04	-0,29	-1,38	-5,78	-10,54	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.664,63	2.681,00	-0,61	-0,36	0,35	3,94	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.651,49	17.691,97	-0,23	-1,88	3,54	-3,97	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.555,44	82.559,84	-0,01	0,23	14,28	26,26	63.148,15	82.559,84
Indonésia	Jacarta	JCI	7.616,52	7.694,53	-1,01	-0,71	4,73	9,16	6.642,42	7.694,53
Tailândia	Bangcoc	SET	1.364,60	1.353,64	0,81	0,41	-3,62	-12,61	1.274,01	1.561,51
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.092,21	22.235,10	-0,64	-0,79	23,21	32,73	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares



Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISOS DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90065/2024 - Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para a aquisição futura de notebooks educacionais, com todos os seus componentes e acessórios, e respectivos manuais técnicos, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência Anexo I, e visando contratações futuras pelo Órgão Gerenciador e pelos Órgãos Participantes. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 9h do dia 18 / 09 / 2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção “fornecedores - editais de licitação” e www.doe.sp.gov.br - opção “e-negociospublicos”.

Pré-Qualificação n° 001/2024 - Terceira Versão - Objeto: Pré-qualificação permanente de pessoas jurídicas interessadas em participar de licitações que serão promovidas pela Prodesp para a contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de software, nos termos e condições descritas no edital e Anexos. A interessada encaminhará para o e-mail cplprodesp@sp.gov.br a manifestação do seu interesse de pré-qualificação, nas condições previstas no edital. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção “fornecedores - editais de licitação” e www.doe.sp.gov.br - opção “enegociospublicos”.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

FASA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 50.235.089/0001-43 - NIRE nº 35 3 0061300 7

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 15 de julho de 2024. **HORÁRIO:** 16h45min. **LOCAL:** Sede social, Avenida Paulista, n° 2.150 - 17º andar, Bela Vista, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de seus membros. **MESA:** Marcos Lima Monteiro - Presidente; e Fabiano Siqueira de Oliveira - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de novo membro para compor a Diretoria. **DELIBERAÇÃO:** Após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, eleger o Sr. **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA,** brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 269.366.838-78, portador do RG nº 27.962.945-X/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.150, 17º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-300, para o cargo de Diretor. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. Em decorrência da deliberação acima, a Diretoria ficará assim composta, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos naquela ocasião: **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9/SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, **Diretor Presidente**; **FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA,** brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF nº 206.299.018-99, portador do RG nº 25.702.961-8/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA,** brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 269.366.838-78, portador do RG nº 27.962.945-X/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, **Diretores**, ambos com endereço comercial na Avenida Paulista, n° 2.150, 17 andar, Bela Vista, São Paulo - SP. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. MESA: Marcos Lima Monteiro - Presidente da Mesa. Fabiano Siqueira de Oliveira - Secretário. ACIONISTAS: ALFA HOLDINGS S.A. Marcos Lima Monteiro. Fabiano Siqueira de Oliveira. CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Marcos Lima Monteiro. Fabiano Siqueira de Oliveira. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Marcos Lima Monteiro - Presidente da Mesa. Fabiano Siqueira de Oliveira - Secretário **CERTIDÃO: JUCESP:** Certifico o registro sob o n° 309.502/24-0 em 23 de agosto de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 070/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 021/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO- 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto a 2ª Edição da Concorrência Eletrônica n.º 021/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de implantação de iluminação pública de LED, na Ciclovia e na Vicinal Élio Gomes, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar do Deputado Fausto Pinato, e contrapartida com recursos próprios.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **20/09/2024 ás 14:00 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104. Pres. Epitácio-SP, 03 de Setembro de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 078/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 024/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO- 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto a 2ª Edição da Concorrência Eletrônica n.º 024/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, com fornecimento de materiais e serviços de instalação em iluminação pública, referente a substituição de conjuntos de Tecnologia de Descarga Elétrica a Vapor de sódio por Tecnologia em LED em diversas vias e praças, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A sessão ocorrerá no dia **19/09/2024 ás 13:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104. Pres. Epitácio-SP, 03 de Setembro de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 094/2024 – Pregão Eletrônico Nº 045/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 045/2024, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e fracionada contratação de empresas especializadas em serviços médicos, tais como realização de consultas de especialidades, exames e emissão de laudos, destinados aos usuários do Sistema único de Saúde (SUS) atendidos pelo Centro de Especialidades Médicas e Imagem de Presidente Epitácio- CEMIPE.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **17/09/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 03 de setembro de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal/Marcírio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 132/2024 – Concorrência Eletrônica Nº 028/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica n.º 028/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa para execução de obras de modernização de 275(duzentos e setenta e cinco) pontos da iluminação pública (substituição vapor de sódio por led), no Bairro Hossoume com recursos do tesouro.** A sessão ocorrerá no dia **20/09/2024 ás 10:00 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104. Pres. Epitácio, 03 de setembro de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

PROC. 133/2024 – Pregão Eletrônico Nº 070/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 070/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada prestação de serviços de fisioterapia em munícipes/ pacientes atendidos na rede básica de saúde.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **03/10/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 03 de setembro de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal/Marcírio Agustinho Vera Rolim – Secretário de Saúde.**

PROC. 134/2024 – Pregão Eletrônico Nº 071/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 071/2024, cujo objeto é o **Registro de preços (SRP), visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia comum de recapeamento asfáltico.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **24/09/2024 ás 13:30hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 2016-0104 ramal 2010. Pres. Epitácio, 03 de setembro de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Felipe Domenice de Souza – Secretário de Planejamento e Hevair Luiz Rodrigues da Silva – Secretário de Obras.**

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2024/SAAF/SEFAZ
Processo SEFAZ-PRO-2024/06243 (SIAG nº 0006243/2024)

A Secretaria de Estado de Fazenda, por meio de sua Pregoeira Oficial nomeada pela Portaria nº 033/2024/SAAF-SEFAZ de 21 de março de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados que o edital da licitação em epígrafe, cujo objeto é a “*Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado, sob demanda, de manutenção preventiva, corretiva e adaptações nos sistemas e equipamentos das instalações lógicas, elétrica e telefônicas, com fornecimento de mão de obra, materiais de consumo, insumos e todos os ferramentais necessários à execução dos serviços, para atender as unidades fazendárias da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso – SEFAZ/MT, conforme condições, quantitativo, especificações e exigências estabelecidos neste instrumento e seus anexos*”, foi alterado conforme **1º Termo de Retificação,** disponível no Portal de Aquisições da SEPLAG/MT (**https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/edlicitacoes/PropostaFornecedorEDLConsultaPageList.jsp**), no mesmo link em que é encontrado o edital. Informa ainda que as retificações ampliam o universo de participantes, razão pela qual reabre-se o prazo para a abertura das propostas, **passando a data de abertura para o dia 18/09/2024 às 09h00min (horário de Cuiabá-MT)**.

Cuiabá-MT, 02 de setembro de 2024

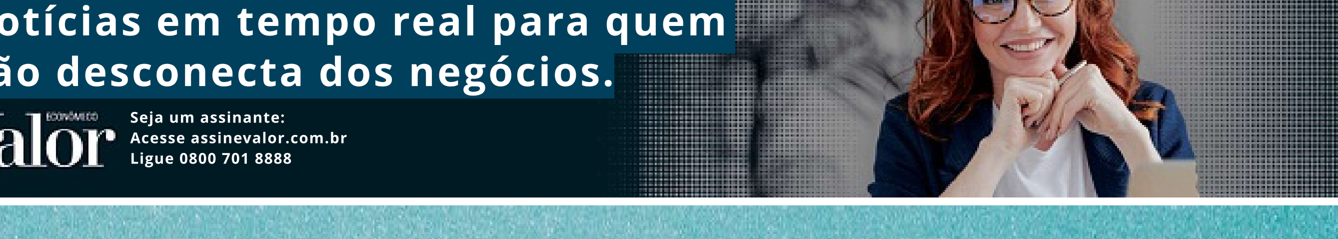
PALOMA LAFOZ PINTO COELHO
Pregoeira Oficial

BAI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 50.257.134/0001-60 - NIRE nº 35 3 0061317 1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 15 de julho de 2024. **HORÁRIO:** 16h55min. **LOCAL:** Sede social, Avenida Paulista, n° 2.150 - 17 andar, São Paulo - SP. **CONVOCAÇÃO e PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade de seus membros. **MESA:** Marcos Lima Monteiro - Presidente; e Fabiano Siqueira de Oliveira - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a eleição de novo membro para compor a Diretoria. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, eleger o Sr. **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA,** brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 269.366.838-78, portador do RG nº 27.962.945-X/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.150, 17º andar, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-300, para o cargo de Diretor. O Diretor eleito preenche as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76 e não está incurso em crime algum que vede a exploração de atividade empresarial, conforme Declaração de Desimpedimento arquivada na sede da Companhia. Em decorrência da deliberação acima, a Diretoria ficará assim composta, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos naquela ocasião: **MARCOS LIMA MONTEIRO,** brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9/SSP-SP, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, **Diretor Presidente**; **FABIANO SIQUEIRA DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, contador, inscrito no CPF nº 206.299.018-99, portador do RG nº 25.702.961-8-SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP; e **FELIPE BARBOSA DA SILVEIRA E SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF nº 269.366.838-78, portador do RG nº 27.962.945-X/SSP-SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, **Diretores**, ambos com endereço comercial na Avenida Paulista, n° 2.150, 17 andar, Bela Vista, São Paulo - SP. **ENCERRAMENTO**: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. MESA: Marcos Lima Monteiro - Presidente da Mesa. Fabiano Siqueira de Oliveira - Secretário. ACIONISTAS: ALFA HOLDINGS S.A. - Marcos Lima Monteiro. Fabiano Siqueira de Oliveira. CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Marcos Lima Monteiro. Fabiano Siqueira de Oliveira. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Marcos Lima Monteiro - Presidente. Fabiano Siqueira de Oliveira - Secretário. **CERTIDÃO: JUCESP:** Certifico o registro sob o n° 309.837/24-8 em 23 de agosto de 2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





INÊS 249

Entrevista Bilionário aos 28 anos, Pedro Franceschi afirma que fintech está só no começo

Foco agora é em eficiência, diz fundador do Brex

GABRIEL REIS/ VALOR



Franceschi: Hoje, uma em cada três startups dos Estados Unidos utiliza o Brex, e fintech já reúne mais de 140 companhias listadas entre os seus clientes

Álvaro Campos
De São Paulo

Aos 13 anos de idade, Pedro Franceschi já programava e hackeava iPhones, o que chamou a atenção da Apple. Aos 16, conheceu Henrique Dubugras em fóruns na internet, ficaram amigos e criaram uma empresa de pagamentos, depois vendida para a Stone. Fundaram o Brex em 2017, depois de deixarem a Universidade Stanford antes do fim do primeiro ano de faculdade. A fintech americana é avaliada em mais de US$ 12 bilhões e fez de Franceschi, hoje com 28 anos, um bilionário.

Filho de uma psicóloga e um engenheiro elétrico que trabalhava como fotógrafo, ele cresceu em uma família de classe média em Botafogo, no Rio. Morando atualmente no Vale do Silício, na Califórnia, vem ao Brasil ocasionalmente. Nesta conversa com o **Valor**, estava no país para visitar os funcionários da fintech — são 140 no Brasil e quase 1,1 mil no mundo — e ir ao casamento de um amigo. Em outra visita, pouco menos de um ano atrás, Franceschi foi o oficiante do casamento do amigo e sócio Dubugras, que causou estardalhaço ao restringir o acesso a Fernando de Noronha para a festa.

Vestido de maneira casual e simples, Franceschi falou abertamente sobre todos os assuntos, inclusive os problemas de ansiedade que já enfrentou. Ele diz querer contribuir com a sociedade, mas que no momento isso é feito via operações da própria empresa e que, na prática, não se considera bilionário, já que não vendeu nenhuma parte do Brex. Sobre a futura abertura de capital, diz que um IPO vai acontecer e as condições para isso estão se aproximando, sem data definida.

Valor: *O Brex caminha para um IPO em 2025?*

Pedro Franceschi: Ser uma empresa de capital aberto é muito fácil, é só ir lá e se listar. A questão é como ter baixa volatilidade, previsibilidade, criar uma base de capital, de investidores, que seja duradoura. Vamos fazer quando estiver pronto, e depende não só da situação da empresa, mas do mercado. O ponto principal é ter previsibilidade do negócio. No ano passado a gente estava mais devagar do que esperava, neste ano estamos mais rápidos. Estamos só no começo, temos sete anos e menos de 2% de participação de mercado nos EUA [em termos de volume de pagamentos com cartões corporativos]. O IPO vai acontecer, mas o 'timing' depende. Temos caixa e não precisamos de outra rodada privada.

Valor: *O Brex foi avaliado na última rodada em US$ 12,3 bilhões. O 'valuation' do IPO é importante? Vocês têm ambição de chegar a US$ 50 bilhões, US$ 100 bilhões?*

Franceschi: Claro que valuation importa, mas o principal é pensar no impacto que você gera. A principal métrica é quanto geramos de valor para o cliente. É claro que tem correlação com receita. Mas, se você ancorar só em receita, perde em fidelidade. Existem duas partes: gerar valor e capturar valor. A receita é sobre capturar valor, mas tudo começa com criar o valor, com qual é o produto, por que ele é melhor, como é a experiência de uso. Investimos um tempo colossal nisso, e muito pouco pensando em quanto cobrar. No fim do dia isso é secundário. Mas é claro que temos um senso de ambição muito grande, ninguém está aqui para construir uma empresa pequena.

Valor: *Mas será necessariamente um IPO? Uma operação de fusão e aquisição (M&A) seria uma opção?*

Franceschi: Nossa visão é sempre pensar em como capitalizar o potencial da ideia. O produto que a gente está construindo... sempre que a gente pensa em um IPO, um possível evento de liquidez, pensamos como potencializar isso [o produto]. Talvez exista um M&A [aquisição] que potencialize isso, mas muito provavelmente vai ser um IPO porque assim a gente consegue ter uma trajetória independente, escalar mais a empresa, capturar mais mercado.

> "IPO vai acontecer, mas o 'timing' depende. Temos caixa e não precisamos de outra rodada privada"

Valor: *Recentemente o Brex abandonou a estrutura de dois CEOs, sua permanência no comando no dia a dia e seu sócio, Henrique Dubugras, tornando-se presidente do conselho. Por quê?*

Franceschi: Sempre tivemos essa divisão de um CEO mais interno e outro mais externo. Hoje a escala da empresa é muito maior, então é uma evolução natural. Simplificamos os times e vimos que era importante fazer isso também na liderança. Eu e Pedro somos muito próximos. Óbvio que tem alguns desentendimentos, até porque a gente passa muito tempo junto, construindo uma empresa, tem questões com clientes, regulador, funcionários, coisas que naturalmente geram divergências. A resposta sempre foi entender a opinião do outro e 'achar a verdade'. Quando você tira um pouco o ego do caminho, pensa: 'e se eu estiver errado? E se houver outra visão sobre isso?' No fim a gente sempre pensa: 'Se vai ser melhor para o negócio, vamos fazer assim'.

Valor: *À medida que a governança da empresa amadurece, e com o provável IPO, como vê o futuro da liderança? Vai continuar como CEO?*

Franceschi: Eu trabalho para a empresa, meu papel é fazer o que é melhor para o Brex. Quero muito estar na liderança. No Vale do Silício acredita-se muito na liderança dos fundadores, que têm uma visão diferente sobre como o mundo deveria funcionar. Eu e Henrique acreditamos que fundadores têm um papel enorme. Um CEO que vem do mercado tem o papel de pegar uma coisa que já está funcionando e escalar, em vez de construir do zero. E ainda estamos muito no começo da empresa.

Valor: *Como imagina o futuro daqui a 20, 30 anos? Vai montar um fundo de venture capital, virar investidor-anjo?*

Franceschi: Acho muito difícil eu virar investidor. Gosto muito de operar, estar no dia a dia, construir. Comecei a programar com nove anos de idade, tentando construir um software, um aplicativo. Quando você vai ficando mais velho, consegue fazer isso em escalas maiores. Hoje estamos construindo o Brex. Gosto muito do processo. Se você começa a fazer algo motivado por dinheiro, status, reputação, a conta não fecha, porque o dia-a-dia é intenso. Se não gosta do processo, fica muito difícil.

Valor: *Quais dados operacionais a empresa abre? Em que ritmo cresce a base de clientes? E a receita?*

Franceschi: Hoje, uma em cada três startups dos EUA usa o Brex, e esse número aumenta todo dia. Aumentamos nossa margem em 75% no ano passado — o que obviamente inclui receita e redução de custo — e reduzimos a queima de caixa em mais de 50% nos últimos 12 meses. O principal é como continuar acelerando o crescimento. Hoje temos mais de 140 empresas listadas entre nossos clientes. Ou seja, muito do crescimento vem de servir não só startups pequenas, mas também clientes maiores.

Valor: *Em janeiro Brex anunciou a demissão de quase 20% dos funcionários. O tamanho da equipe agora está estabilizado? Foi o momento mais difícil da empresa?*

Franceschi: Foi complicado. Esses são os piores dias da empresa, mas tentamos ser claros sobre os motivos. Foi uma de uma série de mudanças que fizemos para um novo jeito de como operar. Foi como se começássemos do zero. Revimos mecanismos, processos, sistemas, times, e reinventamos a companhia. Porque à medida que a empresa começa a crescer, você vai tendo muitas camadas entre a liderança e o cliente. A ideia era: 'como a gente faz para reduzir isso e virar uma empresa grande com cabeça de empresa pequena?' Foi um ganho de eficiência muito grande. A empresa sempre operou de forma muito rápida, mas hoje a velocidade com a qual a gente se move internamente é comparável a uma startup de 50 pessoas, e temos 1,1 mil funcionários. Focamos muito em crescimento nos primeiros quatro, cinco anos, e pensamos que agora estava no momento de focar mais em eficiência.

Valor: *Em março do ano passado o Silicon Valley Bank entrou em crise e o Brex acabou se beneficiando, atraindo clientes que saíram desse banco. Como foi esse processo?*

Franceschi: Foi benéfico para nós. Mais de 2 mil clientes vieram para a gente em 24 horas, mais de US$ 1 bilhão em depósitos. Já tínhamos uma posição respeitada no ecossistema de startups, então isso ajudou. Foram vários anos de investimento antes para estarmos prontos para isso. Se você pega um banco normal e joga 2 mil empresas como clientes em 12 horas, ele não consegue processar isso. A gente já tinha construído todo um processo de 'onboarding', aprovação, monitoramento de risco, gestão de fraude, que nos permitiu fazer isso no tempo que a gente fez. E foi um momento bem frágil do sistema financeiro americano, [a situação] também oferecia risco.

Valor: *O mercado financeiro no Brasil é muito desenvolvido. Por que dois brasileiros resolveram criar uma fintech nos EUA e não aqui?*

Franceschi: Servimos empresas globais, mas os funcionários delas conseguem usar o Brex no Brasil, cartão em moeda local. Os clientes menores servimos exclusivamente nos EUA, porque o mercado americano é gigantesco e muito mal-servido. Sempre quisemos montar um negócio por lá, porque é onde estão as empresas de escala global. Em 2016 não tinha nenhum caso de sucesso de empresa no Brasil gigantesca, como tem hoje com Nubank, iFood, Stone. Se quiséssemos realmente ter um impacto global, tínhamos de estar lá.

> "É claro que temos um senso de ambição muito grande, ninguém está aqui para construir uma empresa pequena"

Valor: *Em 2021 você teve problemas de ansiedade e falou publicamente sobre isso. Saúde mental é tabu no ecossistema de startups?*

Franceschi: Eu estava com uma combinação de muito trabalho, muita responsabilidade, muita coisa acontecendo na minha vida pessoal. Naquele ano a empresa praticamente triplicou de tamanho, o dia-a-dia era muito intenso. Foi uma fase de entender como fazer isso de forma sustentável, porque o que determina o crescimento da empresa é os líderes estarem lá. Fui a fundo para entender como cuidar de saúde mental, fiz terapia, comecei a meditar, alimentação saudável, exercício. As pessoas não tomam o cuidado que deveriam com esse assunto. Saúde mental ainda é tabu, nos EUA bem mais do que no Brasil. Mas todo mundo de sucesso passa por isso.

Valor: *A fama de bilionário incomoda? Sente pressão sobre como devolver algo para a sociedade?*

Franceschi: Nem sei como essas contas de bilionário são feitas. Uma empresa vale quanto as pessoas acham que vale, especialmente se não é listada. A empresa não foi vendida, não tem liquidez das ações. E, de forma geral, nunca fui motivado por dinheiro. Agora, para fazer filantropia, primeiro é preciso ter o dinheiro. Quero muito ajudar o Brasil, fazer certas coisas, mas a parte principal é como fazer a companhia fazer isso. Criar centenas de empregos em tecnologia no Brasil gera muito valor.

FIDCs e a revolução silenciosa em desintermediar

Palavra do gestor



Otávio Vieira

No dinâmico cenário financeiro global, quatro forças principais impulsionam transformações: o aumento de clientes, a evolução tecnológica, a intensificação da concorrência e as mudanças regulatórias, conforme aponta um estudo da consultoria Strategy&, parte do grupo PwC, com dados até o final de 2023. Essas transformações vêm moldando os produtos e serviços financeiros de maneira significativa.

Em março de 2023, o Ranking Idwall de Experiência Digital, em parceria com a consultoria Cadarn, destacou um marco importante na inclusão financeira do Brasil, evidenciando a crescente bancarização no país. O Brasil atingiu um número recorde de contas bancárias ativas, ultrapassando a marca de 1,2 bilhão. Esse aumento de 14,2% em relação ao ano anterior demonstra que cerca de 89,8% da população brasileira mantém algum tipo de vínculo bancário, uma evolução que reflete o avanço da inclusão financeira no país.

No panorama competitivo e tecnológico, observa-se uma flexibilização das barreiras de entrada para novos participantes, resultando em um aumento expressivo no número de fintechs. Este número saltou de menos de 300 empresas em 2013 para quase 1.300 em março de 2022, um reflexo direto da inovação e da agilidade que essas novas empresas trazem para o mercado.

Os órgãos reguladores, como a CVM e o Banco Central, têm desempenhado papel fundamental nesse processo. Com a ICVM 175, a CVM aprimorou e flexibilizou a indústria de fundos de investimento. Já o Banco Central, através da agenda BC#, vem promovendo novas tecnologias, inovações e competitividade, oferecendo um ambiente fértil para a digitalização de ativos, melhorias no sistema de garantias e o avanço do open finance.

Dentro desse contexto, observamos uma revolução silenciosa: a desintermediação financeira. Entre os segmentos que se destacam nesse cenário, os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs) emergem como uma solução consolidada e em expansão no mercado de capitais. Em 2023, os FIDCs registraram um aumento de 27,5% no patrimônio líquido total, alcançando R$ 483,3 bilhões e representando 5,5% do total da indústria de fundos, um crescimento significativo comparado aos 2,5% registrados em dezembro de 2017.

O que torna esse crescimento ainda mais notável é a diversidade de modalidades que surgem dentro dos FIDCs, abrangendo setores empresariais que anteriormente não exploravam essa alternativa. Hoje, encontramos FIDCs dedicados a empresas de aluguel de veículos, financiamento de transportadoras, empréstimos a pessoas físicas com garantia de celulares, e até mesmo financiamento de shows e eventos. Esses fundos também têm sido utilizados para antecipar contratos de televisionamento de jogos de futebol e outras modalidades já mais tradicionais, como precatórios e antecipação do saque-aniversário do FGTS.

A ICVM 175 desempenhou um papel crucial ao permitir que investidores em geral, incluindo o público de varejo, tenham acesso a essa classe de ativos. No entanto, é importante destacar que o acesso é limitado a cotas seniores de fundos abertos, com resgate em até 180 dias corridos, além da exigência de rating por agências especializadas.

Uma das principais vantagens dos FIDCs para investidores menos experientes em análise de crédito é a mitigação do risco proporcionada pelas cotas subordinadas, que absorvem as perdas e despesas antes que afetem as cotas seniores. Além disso, os FIDCs oferecem a possibilidade de diversificação e diluição de risco de crédito, exceto nos casos de fundos monosacados, em que o risco é concentrado em uma única empresa.

Outra vantagem significativa dos FIDCs é o potencial de retornos superiores em comparação a outros investimentos de renda fixa, como CDBs, CDCAs, LCIs, LCAs e títulos públicos. Essa rentabilidade atrativa se deve, em parte, à menor distribuição nos canais tradicionais e ao foco em carteiras menos massificadas. Ademais, a natureza dos direitos creditórios está mais ligada à economia real, o que proporciona uma descorrelação interessante em relação a investimentos mais tradicionais como dólar, ações e fundos multimercado.

Dado o cenário atual, não é exagero prever que os FIDCs se tornem uma opção cada vez mais frequente no portfólio de investimentos de plataformas e bancos. Essa revolução silenciosa está apenas começando, e promete estar cada vez mais acessível aos investidores, independentemente do tamanho de seu patrimônio ou perfil de investimento.

Otávio Vieira é responsável pela área de crédito da Est Gestão de Patrimônio
E-mail otaviovieira@estgp.com.br

TRT-SP
Mantida penhora de aluguéis não essenciais à sobrevivência dos executados
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Ambiente de fair play para recuperação de crédito fiscal
E2

TJSP
Município deve auxiliar internados em clínica irregular
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Quarta-feira, 4 de setembro de 2024

Legislação & Tributos SP

Tributário Decisão é da 18ª Câmara de Direito Público e beneficia casal com imóvel na capital paulista

Tribunal paulista afasta cobrança de ITBI sobre transferência de imóvel em caso de divórcio

Laura Ignacio
De São Paulo

O Poder Judiciário tem concedido decisões que livram casais em processo de divórcio de terem que pagar o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) na divisão de patrimônio imobiliário que era de propriedade dos dois. Recentemente, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiu afastar a cobrança da alíquota de 3% do tributo sobre o valor venal de um apartamento na capital paulista.

A decisão é importante por ser de colegiado e porque o tema não é pacífico nos tribunais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não julgou o assunto em recurso repetitivo — o que vincularia todo o Judiciário.

Além disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de divórcios no Brasil bateu recorde e chegou a 420 mil casos em 2022 — último dado disponível. O aumento foi de 8,6% na comparação com 2021.

No caso concreto analisado pelo TJSP, um casal se divorciou e foi feita a divisão igualitária do patrimônio — que incluía um imóvel, onde eles moravam — via escritura pelo cartório. Porém, foram exigidos os 3% de ITBI sobre o valor da metade que seria transferida para o outro.

"Alguns cartórios reconhecem que a transferência não é fato gerador"
Igor Souza

"A Lei Municipal nº 11.154, de 1991, diz que há exigência do ITBI sempre que há transferência de imóvel", afirma o advogado do caso, Vinicius Barros, do escritório Teixeira Fortes. "A exceção existiria se houvesse dois imóveis de idêntico valor venal e cada um ficasse com uma das partes."

De acordo com o artigo 2º da norma paulistana, incide o imposto sobre "o valor dos imóveis que, na divisão de patrimônio comum ou na partilha, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados, ao cônjuge supérstite ou a qualquer herdeiro, acima da respectiva meação ou quinhão, considerando, em conjunto, apenas os bens imóveis constantes do patrimônio comum ou monte-mor".

Como não haveria nada de custoso na operação, o casal resolveu entrar com um mandado de segurança preventivo na Justiça para não pagar o ITBI e lavrar a escritura do imóvel com um único proprietário. Alegaram no processo que a divisão era igualitária e argumentaram a inconstitucionalidade na cobrança do imposto por não haver uma "transmissão onerosa" — que é o fato gerador do ITBI.

A primeira instância indeferiu o pedido liminar, segundo Barros, e a sentença foi desfavorável porque a exigência do imposto estaria na lei municipal. Contudo, acrescenta, foi apresentado recurso ao TJSP. "Com o acórdão favorável ao casal, foi feita a escritura sem o pagamento do ITBI", diz o advogado.

O principal argumento aceito pelos desembargadores da 18ª Câmara de Direito Público do TJSP foi o de que não houve a transmissão onerosa, conforme consta na Constituição Federal. A decisão foi unânime (apelação nº 1010120-86.2024.8.26.0053).


ANA PAULA PAIVA/VALOR
Vinicius Barros: como não haveria nada de custoso na operação, casal resolveu entrar com um mandado de segurança preventivo

"No caso, de acordo com a minuta de partilha extrajudicial de bens acostada aos autos, restou atribuído a cada um dos cônjuges, igualitariamente, o montante de R$ 1.097.055,25, entre bens móveis e imóveis. A oneração pressupõe redução de patrimônio, circunstância não verificada no caso concreto", afirma na decisão o relator, desembargador Ricardo Chimenti. "A igualdade deve ser aferida do ponto de vista do universo de bens a ser partilhado", acrescenta.

A decisão reforça a jurisprudência do TJSP no sentido de que sobre a partilha consensual de bens, em que se constate apenas a mera divisão de patrimônio, sem qualquer caráter oneroso, não incide o ITBI. "Ainda que houvesse entrega de valor superior à meação, sem a respectiva torna ou contraprestação, não haveria incidência do ITBI, posto que configurada doação, caso em que incidente seria o ITCMD, de competência estadual", afirma o desembargador Roberto Martins de Souza, também da 18ª Câmara, em decisão do ano de 2020 (processo nº 1002983-81.2019.8.26.0650).

A discussão é antiga. No STJ, no ano de 2006, foi deferido pedido para afastamento da cobrança do ITBI após partilha não onerosa. Em uma decisão da 2ª Turma do STJ, a ministra relatora Eliana Calmon (aposentada) declarou ao votar: "Na hipótese de um dos cônjuges abrir mão da sua meação em favor do outro, o direito tributário considera tal fato como doação, incidindo, portanto, apenas o ITCMD" (REsp 723587). Porém, a Corte ainda não teria proferido decisão sobre o tema em recurso repetitivo.

Para o advogado Igor Souza, do escritório Madrona Advogados, a decisão do TJSP foi acertada. "Quando me divorciei passei pela mesma situação", diz ele, acrescentando que hoje alguns cartórios não cobram o pagamento do ITBI, reconhecendo que a transferência decorrente da partilha não é fato gerador do imposto.

"Mas o município pode depois lavrar uma autuação fiscal, cobrar esse valor com multa e juros e então a discussão vai para o Judiciário", afirma Souza. "O principal argumento legal é que não se trata de transferência onerosa e também não é uma doação, apenas a divisão de bens comuns", explica.

Procurada pelo **Valor**, a procuradoria-Geral do Município de São Paulo (PGM-SP) informou, por meio de nota, que "tomará as medidas judiciais que entender cabíveis".

Essa judicialização vai na contramão do movimento que pretende reduzir o volume de processos do tipo. De acordo com o relatório "Cartório em Números", de 2023, produzido pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg BR), desde a autorização pela Lei nº 11.441/07, já foram realizados mais de 1 milhão de divórcios em cartórios, gerando uma economia de R$ 2,5 bilhões.

Vale tenta no STJ derrubar execução milionária de ISS

Marcela Villar
De São Paulo

O placar começou desfavorável à Vale em um julgamento tributário iniciado ontem no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O relator, ministro Teodoro da Silva Santos, reformou um acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para permitir uma cobrança de ISS no valor de R$ 350 milhões pelo município de Mangaratiba, no Rio de Janeiro (o equivalente a R$ 925 milhões em valores corrigidos).

No processo, o município alega que a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), controlada pela Vale, teria subfaturado serviços portuários realizados à mineradora, para reduzir a base de cálculo do tributo municipal. A ação foi levada à Justiça pela MBR para anular a cobrança fiscal, referente ao período de 2009 a 2012.

A alegação da empresa é a de que a fiscalização não apresentou provas de que teria havido subfaturamento e que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço — não o praticado pelo mercado. Defende ainda que os custos no porto de Mangaratiba são menores que os de cidades vizinhas, por ser privado e só exigir o pagamento de mão de obra.

Já a prefeitura entende que o preço pago pela Vale à MBR por tonelada, de R$ 0,49, destoa das operadoras vizinhas na Ilha de Guaíba, que varia entre R$ 17,72 e R$ 22,38. Essa diferença, que chega a ser 36 vezes maior na vizinhança, segundo o município, configuraria evasão fiscal.

No voto, o relator acatou os argumentos do município. Antes de iniciar a leitura da ementa do voto, Santos disse que o dinheiro dos entes federativos é "dinheiro do povo" e o que mais chama a atenção no caso é a "disparidade de preço exacerbada praticada pela Vale em detrimento de um município pobre e que, sem dúvida, abala a receita deste".

"É dinheiro público que serve a exemplo para atividades públicas elementares, como educação, saúde, segurança e saneamento", afirmou o ministro, durante a sessão (REsp 2098242).

Para o relator, a empresa parte da "premissa equivocada acerca da liberdade de contratar, que encontra limites justamente para não permitir a redução artificial do imposto devido". Na visão do ministro, a base de cálculo do ISS, regulamentado pelo artigo 7º da Lei Complementar nº 116/2003, é o preço dos serviços. Porém, o artigo 148 do Código Tributário Nacional (CTN) autoriza o arbitramento quando a autoridade fiscal entende haver "omissão" nas declarações prestadas pelo contribuinte.

"Mostra-se legítima a iniciativa do Fisco municipal de apurar e arbitrar a base correta do imposto em processo próprio", o que garantiu ao contribuinte o direito à ampla defesa e ao contraditório. Pediu vista a ministra Maria Thereza de Assis Moura. Não há previsão de retorno à pauta.

Na sustentação oral, a advogada Bianca Mareque, do Vieira Rezende Advogados, que representa a Vale, disse que a MBR deixou clara a diferença nos custos para a formação de preço, que traz lucro de 60%. Ela pediu o não conhecimento do recurso do município por conta da Súmula 7 do STJ, que veda reexame de provas. No mérito, disse não haver "previsão legal que autorize o arbitramento com suposto preço justo de mercado". "A base de cálculo do ISS é o preço do serviço e não o preço de mercado", afirmou Bianca.

Carlos Augusto Rolemberg, do Mundim, Costa Leite & Rolemberg Advocacia e Consultoria, que atua pela prefeitura, disse, durante a sessão, que o preço destoa do praticado pela própria Vale no município vizinho, de Itaguaí. Para ele, o artigo 148 do CTN é "categórico" e permite o arbitramento. "Se o preço do serviço não merece fé, como se extrai da própria base fática do acordão recorrido, legítima a atuação do Fisco municipal", afirmou.

Rolemberg disse ainda que a "fraude fiscal" é tão "evidente" e "escancarada", que motivou investigação criminal e denúncia pelo Ministério Público Estadual. Ainda não há decisão nesse processo, mas a Vale o elenca como uma das ações de perda possível no último formulário de referência, publicado em julho deste ano, por potenciais "danos à imagem da Vale, diante da alegação de eventual crime tributário por ex-diretores". Nesse caso, ex-diretores da MBR são investigados por sonegação fiscal.

O escritório de Rolemberg foi subcontratado pelo Celso Sardinha Advogados Associados, escolhido para representar Mangaratiba sem licitação. Não foi possível contato com a prefeitura e não houve retorno do escritório até o fechamento da edição. Procurada pelo **Valor**, a Vale informou que "não comenta processos judiciais em andamento".

Segundo João Vitor Kanufre Xavier, sócio do Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, tanto o CTN quanto a jurisprudência dos tribunais permitem o arbitramento de base de cálculo de tributos. "Se o município verificar que o contribuinte estiver agindo de má-fé, ele pode desconstituir o preço, desconsiderar esses valores e arbitrar uma base de cálculo tendo como comparação o que existe no mercado", diz Xavier.


DIVULGAÇÃO

"CTN autoriza o arbitramento quando a autoridade fiscal entende haver omissão"
Teodoro S. Santos

Porém, acrescenta, é preciso de provas contundentes de que algum artifício foi usado pela empresa. "Nesse caso, não parece haver um consenso, porque a sentença e o acórdão do TJRJ divergem." Além disso, ele afirma que o laudo pericial — que foi favorável ao contribuinte — costuma ser "decisivo" para esse tipo de processo e não foi considerada pela sentença.

Na defesa, a mineradora ainda alega que a decisão do juiz Marcelo Borges Barbosa, da Vara Única da Comarca de Mangaratiba — aposentado compulsoriamente por ter favorecido a reintegração de policiais militares — deveria ser anulada. Isso porque a decisão que o afastou foi publicada às 00h05 do dia 10 de maio de 2021, horas antes de proferida a sentença no caso, às 20h05. A juíza Patricia Fernandes de Souza Drumond, contudo, negou a alegação, pois a portaria que afastou oficialmente o magistrado foi publicada no dia 13 de maio, no Diário da Justiça Eletrônico.

Na sentença, Barbosa diz que o laudo do perito "parte da premissa de que o único custo da ré é o pagamento por cessão de mão de obra", por isso, não elucidou as dúvidas do juízo e que as notas fiscais juntadas nos autos indicam outros tipos de custos assumidos pela empresa. Também afirma que o arrendamento feito pela MBR à Vale "constitui uma manobra para pagar menos imposto" e que "tamanho disparate nos preços levanta suspeita sobre sua correção".

INÊS 249

Ambiente de fair play para recuperação de crédito fiscal

Opinião Jurídica

Halley Henares Neto e Eduardo Oliveira Gonzaga de Natal

A Lei nº 13.988/2020 representa efetiva ruptura no conturbado ambiente tributário, no qual litígios não têm prazo para terminar. Em que pese a transação tributária encontrar fundamento sistêmico desde o advento do Código Tributário Nacional (CTN) em 1966, na prática, foram poucas e não muito bem-sucedidas as tentativas de regulamentar o artigo 171 do referido código. Essa situação foi revertida com a MP nº 877/2019 (MP do Contribuinte Legal), convertida na lei acima destacada. Tal se deu graças à brilhante iniciativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em conjunto com a academia, que formaram grupos de estudos, chegando a enviar representantes para o estrangeiro no intuito de colher o que há de mais moderno em termos de relações entre Fisco e contribuintes.

Assim, o modelo de transação de tributos federais implantou regime híbrido com as modalidades da transação por edital e a transação individual. Os resultados obtidos até 2022 são muito bons. Segundo o relatório PGFN em números, do total de R$ 29,1 bilhões recuperados, R$ 14,1 bilhões foram através de transações tributárias, sendo a maior parcela efetivada pela modalidade adesão.

Esses números demonstram o acerto da PGFN em promover transações tributárias mediante a concessão de parcelamentos em até 120 meses e em determinadas hipóteses, a depender da capacidade de pagamento (Capag) e do grau de recuperabilidade dos créditos, a possibilidade de concessão de descontos de multas, de juros e de encargos legais até o limite de 65% do total dos créditos a serem transacionados. Pautada nesse aparato de possibilidades, a transação se configura como efetivo mecanismo de política pública, na medida em que confere eficiência na recuperação do crédito tributário e reduz a massa de processos judiciais e administrativos.

Entretanto, o instituto da transação ainda merece evolução, notadamente em relação ao trato das transações individuais de iniciativa do contribuinte. Sob esse diapasão, merecem realce alguns pontos que, a nosso sentir, necessitam de aperfeiçoamento.

O primeiro diz respeito à revisão da metodologia da capacidade de pagamento. Com efeito, o modelo atual da PGFN, pautado em uma fórmula estanque, merece alterações, eis que não leva em consideração elementos de grande importância relacionados ao ramo de atividade do contribuinte (ex.: comércio, serviço, indústria, agro etc.), gerando descompasso quando deixa de sopesar a importância de determinados fatores de produção para cada tipo de atividade. Demais disso, a Capag deveria avaliar de forma mais completa o endividamento do contribuinte, que pode compreender, além de débitos tributários federais, passivos trabalhistas, passivos bancários, dívidas com fornecedores e, até mesmo, encargos tributários frente a Estados e municípios.

De se considerar também a necessidade de desenvolvimento de ferramenta tecnológica que habilite a aplicação de uma Capag mais efetiva, de modo a promover melhor adequação na classificação dos débitos e no consequente enquadramento dos contribuintes no rating da dívida tributária. Com isso, restaria mais transparente a aplicação dos descontos em face da efetiva situação financeira de cada contribuinte, sem contar que tal medida evitaria controvérsias que tendem à judicialização.

Nas transações individuais se faz imprescindível diálogo assertivo, ágil e com concessões equilibradas entre as partes para que se alcance a adequada composição do "acordo" com vistas à extinção do crédito tributário. Para tanto, as tratativas devem se pautar em ambiente de "fair play" que atenda aos anseios fiscais quanto à recuperação do crédito tributário, sem descurar do auxílio na recuperação do contribuinte, garantindo condições para a manutenção de sua atividade produtiva.

Outro ponto relevante é garantir a suspensão dos atos de cobrança dos créditos objeto da transação até que sobrevenha o seu deslinde, seja com a assinatura do termo de transação, seja com o despacho de indeferimento do pedido. Medida com esse teor, resguardaria, à luz do devido processo legal, o resultado útil do procedimento, a fim de que o tempo e energia empregados nas negociações não possam limitar ainda mais o contribuinte que de boa-fé procurou o Fisco no intuito de desenvolver suas regulares atividades enquanto não finalizado o "acordo" de transação.

A suspensão acima propugnada poderia também se estender para sobrestar o ajuizamento de novas execuções fiscais, como também para paralisar tentativas de bloqueios de recursos dos contribuintes até que ocorra o desfecho das tratativas transacionais.

A adoção de tais medidas encontra consonância com os principais atributos da transação tributária, na medida em que atenderiam à sua natureza instrumental e a sua vocação de política pública efetiva, apta a promover a cidadania fiscal.

É diante desse cenário que a transação tributária desponta como um dos mais efetivos institutos do direito tributário atual, pautada nos alicerces do diálogo, da transparência, da boa-fé e da eficiência para não mais reascender os arcaicos métodos de acertamento das dívidas fiscais, que se davam conforme os apetites políticos, traduzidos pelos mal-arranjados modelos dos chamados "Refis", que promoveram injustiça em face do contribuinte em regularidade fiscal, desatenderam ao primado da igualdade ao conferir desconto a quem não necessitava e prejudicaram a arrecadação na medida em que estimulavam o acúmulo de débitos para futuro pagamento com múltiplos descontos de juros, multas e outros encargos.

Halley Henares Neto e Eduardo Oliveira Gonzaga de Natal são tributaristas e, respectivamente presidente e coordenador de comitê da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat)



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90144/2024,** referente ao processo nº **024.00097104/2024-27,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 18/09/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 04/09/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 20ª EMISSÃO (IF CRA021000RZ E CRA021000S0) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Tecsoil Automação e Sistemas S.A., celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia **24 de setembro de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A liberação parcial de direitos creditórios cedidos fiduciariamente, conforme previsto no "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente), referentes ao Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) provenientes dos contratos descritos no Anexo II dos Documentos e Informações Necessários ao Exercício do Direito de Voto, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária ("Liberação da Cessão Fiduciária" e "Aditamento"), bem como a ratificação das demais disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e seus anexos, conforme atualmente vigente, que não forem alteradas pelo Aditamento. Sendo certo que com a Liberação da Cessão Fiduciária, a Razão de Garantia da Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e o Fluxo Mínimo da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) não serão desenquadrados. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão - IF CRA021000RZ E CRA021000S0), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, observadas as instruções descritas detalhadamente na Proposta da Administração, para participar da Assembleia ora convocada.. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade (carteira de identidade, carteira de registro nacional migratório, expedida pela Polícia Federal, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade (carteira de identidade, carteira de registro nacional migratório, expedida pela Polícia Federal, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) manifestação de voto:** conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, sendo certo que a Manifestação de Voto à Distância deverá ser encaminhada pelos Titulares dos CRA, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Assembleia, conforme orientações contidas na Proposta da Administração. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação; (ii) ser enviada com a antecedência de até 02 (dois) dias da data da Assembleia, para os endereços de e-mail acima mencionados; (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à Ordem do Dia, inclusive os Documentos e Informações Necessários ao Exercício do Direito de Voto e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Titulares dos CRA, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (https://www.gov.br/cvm/); (ii) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Companhia (https://www.opeacapital.com); e (iv) do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/). Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 02 de setembro de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024 – PROCESSO SEI Nº 154.00005081/2024-84

A PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO torna público o pregão eletrônico nº 90006/2024, menor preço, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PORCIONADAS (MARMITEX), conforme edital e anexos disponíveis a partir de 04/09/2024, nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br. As propostas eletrônicas serão recebidas a partir do dia 04/09/2024, às 08 horas, estando a sessão de disputa agendada para o dia 18/09/2024 às 09 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região Central de Cajamar/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região central de CAJAMAR/SP para locação, para abrigar a Agência de Correios AC CAJAMAR. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 180,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rua Creusa Ferreira Lima de Souza Araújo; Avenida Tenente Marques; Rua Álvaro Carvalho; Rua Jose Carlos Silva; Rua Américo Brasiliense; Rua José Domiciano de Lima; Rua Fernão Dias; Rua Padre Luiz Crispim; Rua Analândia; Rua Anhembi; Rua Américo de Campos; Rua Sonia Aparecida Souza Porto; Avenida das Amoreiras; Rua Waldemar Meira; Rua Joaquim Seixas; Rua Antonio Carvalho; Rua Sergio Shigeru Harada; Rua Artur Tavares; Avenida das juritis; Rua Vereador João Cardoso; Rua Domingos M da Silva; e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Cleuza Maria da Silva, e-mail zenasantos@correios.com.br, telefone (11) 4313 8196 ou com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br, telefone (11) 4313 8568.

GILSON MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
Gerente Regional de Atendimento SE/SPM

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM nº 02568-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Companhia convoca os seus acionistas para se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada às 09h00, horário de Brasília, do dia 25 de setembro de 2024 ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Aumentar o número de membros do Conselho de Administração de 06 (seis) para 07 (sete) membros; 2. Eleger Marcelo Strufaldi Castelli como membro independente do Conselho de Administração; e 3. Adequar o artigo 8º, inciso IX do Estatuto Social da Companhia à redação do artigo 122, inciso VIII da Lei nº 6.404/76 para a seguinte redação: "*Art. 8º, Inciso IX - deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia*". **Informações Gerais:** De acordo com as disposições da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), e da Resolução CVM nº 81/22 ("Resolução 81"), a Companhia realizará a Assembleia de forma exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, com a utilização de vídeo e áudio, nos termos do Manual de Participação na Assembleia. Nesse sentido, não haverá possibilidade de comparecimento físico à Assembleia. O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Luiz Maggioni, nº 2.727, Distrito Empresarial, CEP 14072-055, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.viveo.com.br/), na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si ou através de seus representantes legais ou procuradores, nos termos do Artigo 126 da LSA. Para participar da Assembleia, os acionistas deverão solicitar o cadastro prévio por meio do endereço de e-mail ri@viveo.com.br (Assunto: "Cadastro para participação na Assembleia de 25 de setembro de 2024"), juntamente com o envio de forma digital, no mesmo e-mail, da documentação necessária, conforme indicado abaixo e no Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, a participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 23 de setembro de 2024. Para fins do cadastro prévio, os Acionistas deverão enviar à Companhia, impreterivelmente até o dia 23 de setembro de 2024, cópias digitalizadas dos seguintes documentos: (i) acionistas que sejam pessoas físicas: documento de identificação com foto; (ii) acionistas que sejam pessoas jurídicas: original ou cópia autenticada da última consolidação do estatuto ou do contrato social e da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: original ou cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo, do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, da documentação comprobatória de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, a qual deverá estar traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. A Companhia aceitará (i) documentos emitidos de forma digital por órgãos públicos, desde que acompanhados de chave que permita a verificação online da sua autenticidade; bem como (ii) procurações emitidas de forma digital, desde que assinadas por meio de certificado digital ICP-Brasil. A Companhia não exigirá o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 28, §1º, inciso II da Resolução 81. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante.

Ribeirão Preto, 03 de setembro de 2024.

Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro - Presidente do Conselho de Administração



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial e Térreo na Região do Carandiru, São Paulo/SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do Carandiru, São Paulo/SP /SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC SHOPPING CENTER NORTE. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 215,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje ou gradil de ferro no telhado, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Avenida Conceição, Avenida Zaki Narchi, Avenida General Ataliba Leonel, Avenida Otto Baumgart, Avenida Luis Dumont Villares e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br telefone (11) 4313 7885 ou com Zenaide dos Santos, e-mail ZENASANTOS@correios.com.br, telefone (11) 4313 8196.

GILSON MARTINS DOS SANTOS JUNIOR
GERENTE REGIONAL DE ATENDIMENTO SE/SPM



COMUNICADO

REAPRESENTAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90129/2024

ONDE LÊ-SE:
Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90129/2024,** referente ao processo nº **024.00097596/2024-51,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE LACRE DE SEGURANÇA (MALOTE) E CAIXAS DE ARQUIVO** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 03/09/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 16/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.
LEIA-SE:
Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90129/2024,** referente ao processo nº **024.00097596/2024-51,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE LACRE DE SEGURANÇA (MALOTE) E CAIXAS DE ARQUIVO** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/09/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 04/09/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SYN PROP E TECH S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.801.621/0001-86 - NIRE 35.300.341.881

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os acionistas da SYN Prop e Tech S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 02 de outubro de 2024, às 10h30, na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 14º andar, conjunto 141, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) Redução do capital social da Companhia no valor de R$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões), por considerá-lo excessivo, sem o cancelamento de ações; (ii) Alteração do Artigo 6º, caput, do estatuto social, com a sua consequente consolidação, para refletir a redução de capital a ser deliberada como item (i) da ordem do dia, com eficácia condicionada à efetivação da referida redução de capital; (iii) Alteração do Artigo 43, Parágrafo Segundo, do estatuto social, com a sua consequente consolidação, para esclarecer o disposto na legislação aplicável; e (iv) Aprovação da distribuição de dividendos intercalares, ratificando a deliberação tomada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de agosto de 2024. **Informações Gerais**: (a) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.syn.com.br), da CVM e da B3, os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81/22; (b) o acionista deverá apresentar à Companhia, com no mínimo 48 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 dias antes da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária; ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível das ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição custodiante; e (c) o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo/SP, 02 de setembro de 2024.

Elie Horn - Presidente do Conselho de Administração